



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANDRÊSSA GLAUCYARA SILVA RAMOS

**INFÂNCIAS DO CAMPO E COVID-19: UM ESTUDO SOBRE OS REFLEXOS DA
PANDEMIA NA VIDA DE CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS DE UM
MUNICÍPIO DO SERTÃO PARAIBANO**

**Campina Grande - PB
2025**

ANDRÊSSA GLAUCYARA SILVA RAMOS

**INFÂNCIAS DO CAMPO E COVID-19: UM ESTUDO SOBRE OS REFLEXOS DA
PANDEMIA NA VIDA DE CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS DE UM
MUNICÍPIO DO SERTÃO PARAIBANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Campina Grande (PPGE/UFCG), vinculada à Linha de Pesquisa 2: Práticas Educativas e Diversidade, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Fernanda de Lourdes Almeida Leal.

Campina Grande - PB
2025

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
Sistema de Bibliotecas - SISTEMOTECA
Catalogação de Publicação na Fonte. UFCG - Biblioteca Central

R175i

Ramos, Andrêssa Glaucyara Silva.

Infâncias do campo e Covid-19: um estudo sobre os reflexos da pandemia na vida de crianças residentes em áreas rurais de um município do Sertão Paraibano / Andrêssa Glaucyara Silva Ramos. – 2025.

136 f. : il. color.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2025.

“Orientação: Profa. Dra. Fernanda de Lourdes Almeida Leal”.

Referências.

1. Educação Infantil do/no Campo. 2. Crianças. 3. Infância. 4. Campo. 5. Covid-19. 6. Políticas Sociais. I. Leal, Fernanda de Lourdes Almeida. II. Título.

UFCG/BC


CDU 373.2(043.3)

ANDRÊSSA GLAUCYARA SILVA RAMOS


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Campina Grande (PPGE/UFCG), vinculada à Linha de Pesquisa 2: Práticas Educativas e Diversidade, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Campina Grande, 28 de maio de 2025.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **Fernanda de Lourdes Almeida Leal**
Data: 23/09/2025 21:44:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Fernanda de Lourdes Almeida Leal (Orientadora - UFCG/PPGE)

Documento assinado digitalmente
 **JOEDSON BRITO DOS SANTOS**
Data: 25/09/2025 17:39:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Joedson Brito dos Santos (Membro Interno - UFCG/PPGE)

Documento assinado digitalmente
 **DANIELE MARQUES VIEIRA**
Data: 24/09/2025 12:45:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Daniele Marques Vieira (Membro Externo - UFRGS/FACED)

As máscaras

Rostos ao meio vendados,
Os olhos órfãos, lá fora...
Encarcerados no agora.
(Há tempos que, só passados
São grandes, porque passaram).
Lábios sem lábios, com a fala
Que, sem ouvintes, se cala,
Mãos sem outras, que as deixaram
Até um sonhado amanhã.
Homens — como nos moldamos
Ao que veio, ao que enfrentamos —,
Só nossa é a nova manhã
(Alexei Bueno, 2020).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a mim que, através das bênçãos divinas, fui vitoriosa a cada linha escrita.

Agradeço a minha querida orientadora Prof^ª. Dr^ª. Fernanda de Lourdes Almeida Leal, que desde o início abraçou essa proposta e acreditou no meu potencial. Seus ensinamentos, aliados à amorosidade e respeito, me fizeram continuar trilhando o caminho, mesmo nos momentos difíceis.

Agradeço ao PPGEd/UFCG e aos docentes que, em cada disciplina, contribuíram para esse estudo e, em especial, ao Prof. Dr. Joedson Brito (membro titular) e a Prof^ª. Dr^º. Kátia Patrício (suplente), que compõem a banca avaliadora do trabalho, acompanharam e colaboraram com o seu desenvolvimento.

Agradeço à CAPES que, por meio do Projeto de Pesquisa “Do outro lado da margem: desafios e proposições no enfrentamento das desigualdades sociais das infâncias em pandemia”, financiou a pesquisa e presenteou-me com um grupo de pesquisadores/as competentes e humanizados, que elevaram o potencial do estudo, em especial, à Prof^ª. Dr^ª. Daniele Marques (membro titular) e à Prof^ª. Dr^ª. Emília Peixoto, que têm feito contribuições desde o início, compondo também a banca avaliadora. Grata também à companheira da região Nordeste, Lavinia Brasilino, que se fez amiga para além dos momentos das reuniões do grupo.

Agradeço a todos/as os/as profissionais da Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e da Secretaria de Trabalho e Ação Social do município pesquisado que, de forma direta (com as entrevistas e documentos) e de forma indireta, contribuíram para a coleta dos dados.

Agradeço, especialmente, à minha mãe, Maria da Glória Silva Ramos, ao meu pai, Francisco Paulino Ramos, à minha irmã, Monalyza Galdyt Silva Ramos, e ao meu companheiro, Manoel Rodrigues Leite Neto e sua família. Sem o cuidado diário e o incentivo dessas pessoas, nada disso seria concretizado.

Agradeço às amigas Liza, Gessica Kênia, Marcilânia e Cinthya Karina que, de modo virtual e/ou presencial, permaneceram ao meu lado durante esse processo.

Agradeço à minha tia Selma e à sua família, que desde o início me acolheram com carinho e cuidado em sua casa.

Por fim, em nome da minha Coordenadora, Maria Ivanilda, agradeço aos colegas que compõem a equipe do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do município de Conceição-PB, que apoiaram este estudo de diferentes modos.

A Andrêssa, enquanto mestranda, jamais poderá ser lembrada sem que também se traga à memória cada pessoa e grupos que aqui foram carinhosamente mencionados.

RESUMO

Inseridas socialmente, as crianças são afetadas pelos fatos sociais em maior ou menor grau, sendo atravessadas pelos marcadores sociais da diferença. No Brasil, em um cenário de políticas sociais precarizadas pela adoção de políticas de austeridade, seguido de um governo negacionista, a pandemia da Covid-19 acentuou as desigualdades sociais, impactando a vida também das crianças de diferentes modos. Ante o exposto, a pesquisa possui o objetivo geral de conhecer os reflexos da pandemia da Covid-19 na vida das crianças residentes em áreas rurais de um município do Sertão Paraibano. E como objetivos específicos: a) verificar quais foram as ações relacionadas à Covid-19 nas áreas de educação, saúde e assistência social direcionadas para as crianças do campo no município pesquisado; b) identificar se e como as crianças do campo foram consideradas no processo de planejamento e implementação das ações relacionadas à Covid-19 no município pesquisado; e, c) compreender como as crianças do campo do município pesquisado vivenciaram a pandemia. Essa dissertação compõe uma das investigações vinculadas ao Projeto de Pesquisa “Do outro lado da margem: desafios e proposições no enfrentamento das desigualdades sociais das infâncias em pandemia”, financiado pela CAPES, e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande (PPGED/UFCG) e ao Grupo de Estudos e Pesquisas Infâncias, Educação Infantil e Contextos Plurais (Grão/UFCG/CNPq). O estudo apoiou-se nos referenciais teóricos da infância, Educação do Campo, Educação Infantil e Educação Infantil do/no Campo, destacando especialmente as discussões sobre as infâncias do campo e os desdobramentos da pandemia da Covid-19. A pesquisa possui um percurso metodológico de natureza básica, com uma abordagem qualitativa, sendo do tipo estudo de caso, envolvendo sujeitos das áreas da educação, da saúde e da assistência social. Os dados foram coletados através da pesquisa documental e de entrevistas semiestruturadas individuais. Os resultados provenientes da pesquisa bibliográfica apontam que a pandemia afetou de modo incisivo as crianças do campo, sendo que elas também já sofriam mais com as desigualdades no período que antecedeu a crise. Esses dados se alinham aos coletados e analisados nas entrevistas, que mostram como a crise sanitária afetou diretamente as crianças, não apenas pela infecção pelo vírus causador da Covid-19, mas também pelos seus desdobramentos, especialmente no âmbito da educação. Os dados coletados através da pesquisa documental mostram que as crianças do campo foram deixadas à margem no planejamento e em algumas ações de implementação das políticas, não havendo menção de ações abrangentes para estas nas reuniões registradas nas atas do CMAS, CMDCA, CME e CMS. Desse modo, os dados informaram acerca das demandas das crianças do campo e suas famílias durante a pandemia, evidenciando a importância direta de programas sociais, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), evidenciando a impossibilidade de pensar as políticas para a infância de forma dissociada, exigindo assim um diálogo entre as áreas, especialmente saúde, educação e assistência social, com ações igualmente intersetoriais, que contemplem suas múltiplas necessidades, principalmente em tempos de crise, priorizando as crianças no processo de planejamento e implementação das políticas sociais, especialmente aquelas que compõem as áreas rurais.

Palavras-chave: Crianças; Infâncias; Campo; Covid-19; Políticas sociais; Educação Infantil do/no campo.

ABSTRACT

Socially integrated, children are affected by social events to a greater or lesser extent, permeated by social markers of difference. In Brazil, in a context of social policies weakened by the adoption of austerity policies, followed by a denialist government, the COVID-19 pandemic has exacerbated social inequalities, impacting children's lives in various ways. Given the above, the research has the general objective of understanding the impact of the COVID-19 pandemic on the lives of children living in rural areas of a municipality in the Sertão region of Paraíba. The specific objectives are: a) to determine the COVID-19-related actions in the areas of education, health, and social assistance directed at rural children in the municipality studied; b) to identify whether and how rural children were considered in the planning and implementation of COVID-19-related actions in the municipality studied; and c) to understand how rural children in the municipality studied experienced the pandemic. This dissertation is part of the research project "On the other side of the margin: challenges and proposals for addressing social inequalities among children during the pandemic," funded by CAPES, and linked to the Graduate Program in Education at the Federal University of Campina Grande (PPGE/UFCG) and the Study and Research Group on Childhood, Early Childhood Education, and Plural Contexts (Grão/UFCG/CNPq). The study was based on the theoretical frameworks of childhood, rural education, early childhood education, and early childhood education in/from the countryside, with a particular emphasis on discussions about rural children and the consequences of the COVID-19 pandemic. The research adopts a basic methodological approach, with a qualitative approach and is a case study involving subjects from the fields of education, health, and social assistance. Data were collected through documentary research and individual semi-structured interviews. The results of the bibliographic research indicate that the pandemic has had a significant impact on rural children, and they also suffered more from inequalities in the period leading up to the crisis. This data aligns with the illustrations and analyses in the interviews, which show how the health crisis directly affected children, not only through infection with the virus that causes COVID-19, but also through its consequences, especially in the educational sphere. The data collected through documentary research show that rural children were left out of the planning and some policy implementation actions, with no mention of comprehensive actions for them in the meetings recorded in the minutes of the CMAS, CMDCA, CME, and CMS. Thus, the data provided information about the needs of rural children and their families during the pandemic, highlighting the direct importance of social programs such as the Bolsa Família Program (PBF) and the National School Feeding Program (PNAE). It also highlights the impossibility of considering policies for children in isolation, thus requiring dialogue between areas, especially health, education, and social assistance, with intersectoral actions that address their multiple needs, especially in times of crisis, prioritizing children in the process of planning and implementing social policies, especially those that comprise rural areas.

Keywords: Children; Childhoods; Countryside; Covid-19; Social policies; Early Childhood Education in/from the countryside.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sujeitos da pesquisa.....	15
Quadro 2 - Dissertações do PPGEd/UFCG, relacionadas à Educação Infantil do/no Campo (2018-2024).....	35
Quadro 3 – Principais temas abordados nas dissertações do PPGEd/UFCG, relacionadas à Educação Infantil do/no Campo (2018-2024).....	36
Quadro 4 - Número de crianças que testaram positivo para Covid-19 no município pesquisado, no ano de 2020.....	53
Quadro 5 - Número de crianças que testaram positivo para Covid-19 no município pesquisado, no ano de 2021.....	54
Quadro 6 - Número de matrículas totais na Educação Infantil (2016-2022).....	57
Quadro 7 - Número de matrículas na divisão creche por tipo de instituição (2016-2022).....	58
Quadro 8 - Número de matrículas na divisão pré-escola por tipo de instituição (2016-2022).....	58
Quadro 9 - Número de matrículas na divisão creche por instituição urbana e rural (2016-2022).....	59
Quadro 10 - Número de matrículas na divisão pré-escola por instituição urbana e rural (2016-2022).....	59
Quadro 11 – Dissertações e teses resultantes da busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (2020-2024).....	73
Quadro 12 – Dissertações e teses selecionadas a partir da busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).....	74
Quadro 13 – Trabalhos resultantes da busca no Portal de Periódicos da CAPES (2020-2024).....	74
Quadro 14 – Trabalhos selecionadas a partir da busca no Portal de Periódicos da CAPES.....	75
Quadro 15 - Documentos solicitados e disponibilizados pelas Secretarias.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS - Agentes Comunitários de Saúde

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BA - Bahia

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

C4 - Comitê Científico de Combate ao Coronavírus

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDC - Convenção sobre os Direitos da Criança

CE - Ceará

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CME - Conselho Municipal de Educação

CMS - Conselho Municipal de Saúde

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COEGEMAS - Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COVID-19 - Corona Virus Disease 2019

CPI - Comissões Parlamentares de Inquérito

DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

DOLM - Do outro lado da margem: desafios e proposições no enfrentamento das desigualdades sociais das infâncias em pandemia

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EDUFPI - Editora da Universidade Federal do Piauí

ENERA - Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária

EPI - Equipamento de Proteção Individual

FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social

GRÃO - Grupo de Estudos e Pesquisas Infâncias e Educação Infantil e Contextos Plurais

IA - Insegurança alimentar

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEAA - Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente

IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

II VIGISAN - II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

MG - Minas Gerais

MIEIB - Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil

MLST - Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra

MMC - Movimento das Mulheres Camponesas

MPPB - Ministério Público da Paraíba

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEPEI - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Infância e Educação Infantil

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PB - Paraíba

PE - Pernambuco

PET-PB - Plano Educação Para Todos Em Tempos de Pandemia

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPG-EDUCAÇÃO - Programa de Pós-Graduação em Educação

PPGECM - Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da

PPGED - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande

PPGES - Programas de Pós-Graduação em Educação

QUAL - Qualitativo

QUAN - Quantitativo

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

REDE PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

RJ - Rio de Janeiro

RN - Rio Grande do Norte

SA - Segurança alimentar
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SAN - Segurança alimentar e nutricional
SC - Santa Catarina
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SP - São Paulo
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TV - Televisão
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UTI - Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1 Introdução	6
2 Percurso metodológico	14
2.1 Caracterização do campo de pesquisa	16
2.2 Procedimentos metodológicos	17
2.3 Procedimentos éticos da pesquisa	19
3 Campesinato brasileiro, Educação do/no Campo e infâncias do campo	21
3.1 A construção do campo brasileiro: do campesinato aos destituídos da terra	22
3.2 A constituição do sujeito do campo exige uma Educação do/no Campo	25
3.3 Infâncias plurais: os sujeitos do campo	29
4 Crianças, infâncias e desigualdades no contexto da pandemia da Covid-19	41
4.1 Infância e infâncias	41
4.2 Pandemia da Covid-19	43
4.3 Infâncias do campo, Educação Infantil do/no Campo e pandemia da Covid-19: o que dizem as pesquisas publicadas no período de 2020 a 2024?	72
5. Mapeando a oferta das políticas para as crianças do campo durante a pandemia: dados da pesquisa documental e das entrevistas	79
5.1 O longo percurso até a chegada aos documentos e às profissionais entrevistadas	81
5.2 Pandemia, crianças do campo e políticas sociais: o campo foi esquecido enquanto lugar de vida?	87
5.2.1 O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	87
5.2.2 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)	94
5.2.3 O Conselho Municipal de Educação (CME)	95
5.2.4 O Conselho Municipal de Saúde (CMS)	98
5.3 Campo: território invisível para os conselhos e as secretarias municipais?	99
Considerações finais	101
Referências	106
APÊNDICES	119
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS	119
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PROFESSORA DO CAMPO	120
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM A ASSISTENTE SOCIAL	122
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM A ENFERMEIRA	124
APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	126
ANEXOS	130
ANEXO A - TERMO DE ANUÊNCIA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO)	130
ANEXO B - TERMO DE ANUÊNCIA (SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL)	131
ANEXO C - TERMO DE ANUÊNCIA (SECRETARIA DE SAÚDE)	132
ANEXO D - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA EM ARQUIVOS E/OU	

DOCUMENTOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO)	133
ANEXO E - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA EM ARQUIVOS E/OU DOCUMENTOS (SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL)	134
ANEXO F - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA EM ARQUIVOS E/OU DOCUMENTOS (SECRETARIA DE SAÚDE)	135
ANEXO G - PARECER DE APROVAÇÃO DA PESQUISA EMITIDO PELO CEP	136

1 Introdução

A reflexão sobre as infâncias e os modos diferentes de vivenciá-las tem se dado em minha trajetória por meio de estudos, das memórias da minha própria infância convivendo com uma professora do campo (minha mãe) e, por vezes, frequentando sua sala de aula, mas também através das vivências nos estágios em turmas da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Tais contextos explicitam o fato de que as infâncias são vivenciadas de modos diferentes, mesmo em uma sala de aula com crianças na mesma faixa etária. Ampliando o olhar para além da sala de aula, atuando em grupos com crianças e adolescentes no âmbito da educação não escolar, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), notei que há desigualdades de condições socioeconômicas e dificuldade de acesso às políticas sociais, condições estas que se intensificaram diante da pandemia da Covid-19. Tais observações me incentivaram a cursar pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal, ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), produzindo um trabalho de conclusão de curso sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na vida da população negra brasileira.

O olhar sobre a criança é uma construção histórica, que se intensificou ao longo de todo o século XX. Conforme Sarmiento e Pinto (1997), a partir de 1990, o estudo das crianças ampliou-se, não limitando-se apenas às áreas da medicina, psicologia do desenvolvimento ou pedagogia. Uma nova forma de se conceber a infância emergiu, analisando suas relações com a estrutura social e considerando-a como uma categoria social autônoma. Houve então um movimento de emergência da infância na cena social, assim como no âmbito das pesquisas, inclusive na área sociológica, expressa pela crescente publicação de artigos na esfera da sociologia da infância. Ao abordar os estudos da infância pela ótica da (in)visibilidade, Sarmiento (2007) descreve o processo do interesse histórico pela infância, analisando as concepções de infância enquanto construção histórica e destacando a modernidade como período de surgimento de uma nova ideia de infância, agora caracterizada como uma fase própria do desenvolvimento humano. Porém, embora essa nova concepção tenha proporcionado avanços no modo de se conceber a infância, refletindo no aperfeiçoamento das legislações e sua inserção nas agendas das políticas públicas, tais avanços ainda não são universais, resultando em infâncias marcadas pela desigualdade social e invisibilização, expondo o abismo entre as legislações e a realidade.

Rizzini e Pilotti (2011) apresentam um estudo que tem como recorte as crianças e adolescentes que eram alvos da assistência pública e privada no Brasil, fazendo então uma

leitura histórica focada na história da infância pobre, daquelas que permaneceram à margem da sociedade e que, ao longo dos séculos, passaram por muitas mãos. Partindo da história das crianças desde o período colonial, os autores mostram que, com o decorrer do tempo, elas foram tratadas de diversas maneiras, partindo das crianças disciplinadas e catequizadas pelos jesuítas, passando pelas crianças escravas, as crianças expostas, as crianças órfãs, abandonadas ou desvalidas, a criança trabalhadora e, por muito tempo, antecedendo a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Constituição Federal de 1988, os “menores”.

A partir da luta de movimentos sociais em favor dessas crianças e adolescentes, reivindicando seus direitos de cidadania, foi inserido na Constituição Federal de 1988 o artigo 227, assegurando-lhes direitos, com absoluta prioridade, e proteção, delegando esse dever à família, à sociedade e ao Estado (Rizzini; Pilotti, 2011). A promulgação da Constituição de 1988 marca um novo olhar sobre a infância e sobre os direitos das crianças e adolescentes no Brasil. A Constituição concebe a criança enquanto cidadã, como sujeito possuidor do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, direitos estes que devem ser assegurados pela família, a sociedade e o Estado, cabendo também a estes garantir-lhes proteção contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988). Assim, a Constituição preconiza a garantia de direitos que não devem ser assegurados apenas pela família, formada por pessoas que convivem com a criança de modo mais próximo, mas também pela sociedade e pelo Estado. Nesse sentido, Silva, Jaccoud e Beghin (2005) apontam que a CF de 1988 consolidou o regime democrático no país, ampliando os direitos sociais e viabilizando a participação social nas políticas públicas, através de mecanismos de participação social, como os conselhos, conferências, fóruns, câmaras, comissões e ouvidorias. Estes também são responsáveis pela proteção das crianças.

O processo constituinte brasileiro e a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) coincidiram com os momentos de discussão e aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC). A CDC foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989, entrando em vigor em 2 de setembro de 1990. Ratificada por 196 países, incluindo o Brasil, a Convenção é considerada um dos documentos mais importantes no âmbito dos direitos humanos e simboliza um marco na proteção e garantia dos direitos da criança, mas também a coloca enquanto sujeito que, além da proteção, possui o direito à participação. Os quatro grandes princípios da CDC são: direito de participação da criança, o

princípio da não-discriminação, o direito à vida e ao desenvolvimento e o princípio do melhor interesse da criança (Arantes, 2012).

No âmbito de tais mudanças, nasce o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que propõe resolver as problemáticas da infância e da adolescência baseando-se em uma sociedade democrática e participativa, descentralizando e transferindo para a sociedade civil a responsabilidade pelas questões de crianças e adolescentes (Rizzini; Pilotti, 2011), mas sem isentar o Estado da sua responsabilidade com estas. Promulgado em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, sendo um marco no avanço da legislação para a infância e reafirma o novo olhar social e jurídico sobre as crianças que deixam de ser alvos de medidas judiciais, através do então vigente Código de Menores que desconsiderava suas condições socioeconômicas (Pini, 2015) e passam a ser sujeitos de direitos, com garantia de proteção integral. No artigo 3º, o ECA preconiza que

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem (Brasil, 1990).

Os avanços legislativos mencionados acima evidenciam a mudança do olhar sobre a criança enquanto sujeito de direitos, porém, o dia a dia denuncia a desigualdade de acesso a esses direitos que lhes são garantidos por lei, mas negados na prática. Em 2019, ano que antecedeu a crise sanitária ocasionada pela pandemia da Covid-19, a CDC completava 30 anos de sua aprovação. Durante a pandemia, no ano de 2020, o ECA completava também 30 anos de sua aprovação. Inseridas socialmente, as crianças e suas infâncias são afetadas pelos fatos sociais, sentindo os impactos destes em maior ou menor grau, a depender de sua classe social, raça/cor, etnia, gênero e território, sendo estes alguns marcadores sociais da diferença, definidos por Macedo e Medeiros (2025, p. 03) como

[...] uma ferramenta teórico-conceitual que abarca categorias classificatórias tais como gênero, orientação sexual, classe social, geração, raça, etnia e deficiência, que, em relação, produzem diferenças e desigualdades nas trajetórias de indivíduos e grupos em diferentes contextos históricos e culturais.

Durante a crise sanitária ocasionada pela pandemia da Covid-19, tais marcadores sociais da diferença delinearam as formas como os sujeitos foram afetados por esta pandemia.

No dia 05 de maio de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o fim da Covid-19 como emergência de saúde pública, enfatizando que não significa necessariamente que a doença tenha deixado de ser uma ameaça global, visto que ainda continua causando óbitos e o vírus segue apresentando mutações (Nações Unidas Brasil, 2023). Conforme dados do Ministério da Saúde (Brasil, 2025), até o mês de maio de 2025, o Brasil acumulou 39.271.471 casos de Covid-19, registrando um total de 716.153 óbitos. Na Paraíba, foi registrado um total de 731.598 casos de Covid-19, acumulando 10.735 óbitos. Assim, a realização de pesquisas de diversas áreas sobre o tema, continuam sendo essenciais tanto para compreender estes fatos vivenciados e ações implementadas, como para aprimorá-las em caso de crises sanitárias futuras.

Com a pandemia e o necessário distanciamento social, as instituições escolares fecharam e as residências tornaram-se o principal ambiente de convivência dos sujeitos. Sabe-se que as crianças vivenciam suas infâncias de formas diversas, sendo atravessadas pelos marcadores sociais da diferença. Desse modo, considerando a multiplicidade das crianças e suas infâncias, bem como os diferentes desdobramentos da pandemia para os diversos sujeitos, esta pesquisa investigou quais foram os reflexos da pandemia na vida de crianças residentes em áreas rurais de um município do Sertão Paraibano, sendo esta a problemática da pesquisa proposta. O problema da pesquisa é: como a pandemia da Covid-19 refletiu nas infâncias de crianças residentes em áreas rurais de um município do Sertão Paraibano, considerando aspectos como saúde, educação e assistência social? Com isso, delineou-se como sujeitos da pesquisa profissionais da Secretaria de Educação (Professora do campo), Secretaria de Saúde (Enfermeira) e da Secretaria de Trabalho e Ação Social (Assistente Social) do município, que responderam a uma entrevista semiestruturada individual, focada no período da pandemia ao qual a pesquisa direciona o foco (2020 e 2021). O fato de estes serem os sujeitos e não outros, como as próprias crianças, justifica-se pelo curto período do mestrado em detrimento do tempo necessário para realizar pesquisas com crianças, considerando as questões éticas, além do fato de a pesquisa focar no planejamento e oferta de três políticas sociais.

Considerando a Emenda Constitucional número 59 (Brasil, 2009), que trata da obrigatoriedade da matrícula para crianças de quatro anos de idade na Educação Infantil e também a menor cobertura para crianças de 0 a 3 anos em áreas rurais (Rosemberg; Artes, 2012), a entrevista direcionada à área da educação foi composta por perguntas acerca da

oferta e das crianças da pré-escola do campo, pelo fato de que a oferta da Educação Infantil do/no Campo tende a ocorrer apenas a partir da idade referente à matrícula obrigatória.

Além da educação, que é uma política essencial para as crianças e área de pesquisa na qual essa dissertação está vinculada, o estudo também abrange as políticas de saúde e assistência social, considerando que todas são políticas essenciais e que atravessam o cotidiano das crianças, principalmente em momentos de crise. Como enfatizado por Buss-Simão e Lessa (2020, p. 1423)

Não podemos deixar de considerar que discutir as relações infância, crianças, corpo(s) e pandemia significa um esforço de compreensão dessa discussão dentro de uma crise que expõe muito mais do que uma crise sanitária, mas, um aprofundamento da crise social, econômica, política e ambiental, na qual, as crianças caminham junto, à deriva nesse caos viral cotidiano.

Nessa perspectiva, o objetivo geral da pesquisa foi conhecer os reflexos da pandemia da Covid-19 na vida das crianças residentes em áreas rurais de um município do Sertão Paraibano. Os objetivos específicos foram: a) verificar quais foram as ações relacionadas à Covid-19 nas áreas de educação, saúde e assistência social para as crianças do campo no município pesquisado; b) identificar se e como as crianças do campo foram consideradas no processo de planejamento e implementação das ações relacionadas à Covid-19 no município pesquisado; c) compreender como as crianças do campo do município pesquisado vivenciaram a pandemia.

As políticas enfocadas nesse estudo (educação, saúde e assistência social) são políticas sociais essenciais para as crianças brasileiras. Para uma compreensão do que são as políticas sociais, faz-se necessário conhecer o conceito de políticas públicas. Acerca destas, baseando-se em Gobert e Muller (1987), Höfling (2001) define as políticas públicas como o “Estado em ação”, ao implantar um projeto de governo por meio de programas e ações direcionadas para determinados setores da sociedade. Nessa perspectiva, conforme definição de Rua e Romanini (2013), as políticas públicas podem ser classificadas em políticas sociais, políticas econômicas, políticas de infraestrutura e políticas de estado. As políticas sociais (de maior interesse neste estudo) são então um tipo de política pública, definidas pelas autoras como “[...] aquelas destinadas a prover o exercício de direitos sociais como educação, seguridade social (saúde, previdência e assistência), habitação, etc.” (Rua; Romanini, 2013, p. 52). No rol dos direitos sociais, além dos já citados, estão também a alimentação, o trabalho, o transporte, o lazer, a segurança, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados, conforme o artigo 6º da Constituição Federal (Brasil, 1988). Portanto, dentro

do conjunto das políticas públicas, há as políticas sociais que, através da ação do Estado na oferta de programas, ações e serviços, viabilizam o acesso da população aos direitos sociais e, como sustentam Menicucci e Gomes (2018), “[...] a garantia de direitos sociais permite reduzir as desigualdades geradas pela sociedade ou pelo mercado e, dessa forma, assegurar igualdade de *status* entre cidadãos” (p. 16, grifos do autor), o que faz desses direitos essenciais para toda a população.

Os dados amplamente noticiados evidenciam que a pandemia da Covid-19 atingiu a todos os brasileiros e brasileiras, afetando bruscamente suas vidas, porém, porém, de formas diferentes, justamente pelo fato de que as desigualdades sociais existentes no país a antecederam, levando alguns segmentos da população a enfrentarem a referida crise sob condições diferentes, a exemplo da população residente no campo e de outras como a população negra, as pessoas em situação de rua, bem como a população privada de liberdade. Esses são grupos que, dentre outros, enfrentam dificuldades históricas para ter acesso às políticas públicas e aos direitos.

Através da divulgação de protocolo sanitário para prevenção ao vírus, a OMS recomendou a adoção de medidas não farmacológicas, como isolamento e distanciamento social, uso de máscara, e higienização das mãos e objetos com álcool etílico 70%, água e sabão. Tais medidas, aparentemente simples, não puderam ser cumpridas por todas as pessoas, principalmente pela classe trabalhadora. Além de terem que lidar com a insegurança alimentar, muitas famílias viveram em situação de rua ou residindo em moradias com quantidade reduzida de cômodos e com grande número de pessoas, o que impossibilitava o distanciamento, mesmo se um dos membros familiares estivesse infectado. Além disso, a vulnerabilidade socioeconômica impossibilitou que algumas pessoas tivessem acesso a máscaras, álcool e sabão, fato que, atrelado a condições de insegurança hídrica e ausência de saneamento básico, dificultaram a prevenção, influenciando diretamente na probabilidade de contágio, evidenciando as desigualdades de condições de vida e acesso a políticas por diferentes grupos.

Em um cenário de incertezas e medos, diferentes grupos tentaram lidar com a instabilidade do contexto sanitário, financeiro e profissional. Em cada grupo, crianças vivendo infâncias múltiplas, em diferentes territórios e sob condições diversas. A pandemia não foi vivenciada por todas as pessoas da mesma forma, assim como as infâncias durante este período.

Embora a ciência tenha sido desvalorizada e sofrido diversos ataques no decorrer dos últimos anos no Brasil, a pandemia evidenciou sua importância, sendo esta indispensável para

responder às diferentes demandas sociais. Nesse período, a grande relevância da ciência ficou ainda mais evidente através das pesquisas que buscaram respostas efetivas para o combate a Covid-19, tratamento dos infectados, produção de vacinas e formas eficazes de prevenção, bem como nos registros e levantamentos de dados sobre número de óbitos e infectados, para viabilizar a compreensão da dimensão dos casos em diferentes locais do país e do mundo. Pensar uma pandemia sem a ciência nos leva a imaginar um único fim para a humanidade: a dizimação parcial ou até mesmo total da população.

Ao refletir sobre a importância das Ciências Humanas, das Ciências Sociais e da antropologia na pesquisa e combate às pandemias, Jean Segata, professor do PPG em Antropologia Social da UFRGS, em matéria publicada na página do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ressaltou que as pesquisas de abordagem qualitativa realizadas por estas áreas atribuem rostos, trajetórias e biografias para os números, casos e estatísticas das pesquisas quantitativas. Para Segata (2020), os sujeitos partilham experiências e compõe ambientes singulares, portanto, é necessário considerar a pandemia como uma experiência vivida nos corpos e nas sensibilidades coletivas, de modo que cada experiência conta, faz história, e ainda que os números sejam universais, os fenômenos e as experiências descritas por estes não são, o que faz da Covid-19 uma doença de escala global, mas não um fenômeno universal, fato que demanda pesquisas das Ciências Humanas para refletir sobre seus efeitos de forma situada.

Pesquisas sobre contextos e sujeitos específicos, refletindo acerca das suas particularidades, são importantes para pensar as infâncias, a exemplo das infâncias do campo, considerando o acesso destas a outros direitos que lhes são assegurados por lei, além da educação, mas que são igualmente cruciais para o seu desenvolvimento e, no contexto pandêmico, essenciais para enfrentar o período de crise em que a apreensão de contagiar-se com o vírus da Covid-19 já era suficiente para causar preocupação em todas as pessoas, dificultando suas vidas.

Há, predominante, uma visão de pesquisadores e pesquisadoras da educação direcionada à criança apenas centrada nesta enquanto aluno e aluna, o que resulta na grande concentração de pesquisas voltadas ao processo de ensino-aprendizagem, currículo e demais temas acerca do ambiente escolar, porém, a pandemia evidenciou que para além dos muros da escola, estes educandos são sujeitos que possuem outras demandas, além das educativas. Quando casa e escola reduziram-se ao mesmo ambiente, a necessidade de acesso à educação e demais políticas sociais tornou-se evidente. Desse modo, a pesquisa possui relevância social, caracterizando-se como uma pesquisa sobre e para crianças, e justifica-se por objetivar

conhecer como a pandemia da Covid-19 refletiu na vida de crianças residentes em áreas rurais de um município do Sertão Paraibano, considerando aspectos como saúde, educação e assistência social, possibilitando a educadores/as, gestores/as e demais interessados/as conhecerem as especificidades desses sujeitos e suas demandas em tempos de crise, contribuindo também para a formulação ou reformulação de políticas, com a inclusão destas demandas nas agendas das políticas públicas do município no qual será realizada a pesquisa. Em vista disso, ao pensar em crianças e infâncias nos últimos anos, implica considerar o contexto de crise sanitária que atingiu todo o mundo, mas que impactou alguns grupos em maior grau. Compreender como as crianças do campo foram impactadas pela pandemia da Covid-19 é urgente, visto que estas podem ser duplamente invisibilizadas por serem crianças e por residirem no campo.

Visando dar continuidade às pesquisas sobre infâncias e sobre a pandemia, propus essa pesquisa, que passou a integrar o Projeto de Pesquisa “Do outro lado da margem: desafios e proposições no enfrentamento das desigualdades sociais das infâncias em pandemia - DOLM”¹, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo objetivo geral é

Conhecer, mapear e propor ações estratégicas que melhorem as condições de vida das crianças e suas famílias em pelo menos três das cinco macrorregiões brasileiras no contexto das desigualdades sociais, pela investigação das diferenças entre os diversos grupos pesquisados a fim de elaborar uma agenda de políticas públicas intersetoriais em pandemia (Vieira; Tomazzetti; Henriques, 2023, p. 495).

Vieira, Tomazzetti e Henriques (2023) pontuam que, por envolver a colaboração entre diferentes instituições que partilham dos mesmos interesses sobre determinada área temática, a referida pesquisa é do tipo Pesquisas em Rede, com ênfase nas áreas-eixo Educação, Assistência Social e Saúde, possuindo uma abordagem mista quanti-qualitativa. Abrangendo as 5 macrorregiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul), pesquisadoras e pesquisadores de Programas de Pós-Graduação em Educação - PPGes trarão os dados para o

¹ Pesquisa contemplada pelo Edital de Seleção Emergencial IV CAPES - Impactos da Pandemia - CAPES-EPIDEMIAS. Programa Estratégico Emergencial de Prevenção e Combate a Surtos, Endemias, Epidemias e Pandemias. Conta com pesquisadoras e pesquisadores de sete universidades e oito programas de pós-graduação, distribuídos por todo território nacional: Universidade Federal do Pará (Altamira), Universidade Estadual da Bahia (Santa Cruz), Universidade Federal de Campina Grande (Campina Grande), Universidade Federal do Mato Grosso (Cuiabá), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Goiânia), Universidade Federal de São Carlos (Sorocaba e São Carlos), Universidade Federal do Paraná (Curitiba). A coordenação é sediada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba (PPGE/UFSCar/Sorocaba). A pesquisa está em andamento, teve seu início em 2022 e a finalização está prevista para 2026. Processo CAPES 88881.657925/2021-01 (Coutinho; Santos; Siqueira, 2023, p. 478).

Projeto DOLM a partir de suas pesquisas, que já foram e ainda estão sendo realizadas nessas macrorregiões.

A presente dissertação é uma das pesquisas que compõem o Projeto de Pesquisa DOLM e que estão sendo desenvolvidas na região Nordeste (a outra pesquisa é vinculada ao PPGE/UDESC, em Ilhéus-BA) e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande (PPGE/UFCG) e ao Grupo de Estudos e Pesquisas Infâncias e Educação Infantil e Contextos Plurais (Grão/UFCG/CNPq), estando organizada em seis capítulos. O capítulo 1 apresenta reflexões iniciais sobre a pandemia. O capítulo 2 aborda o percurso metodológico da pesquisa, apontando a caracterização do município estudado e os métodos de coleta de dados utilizados. O capítulo 3 aborda a história do campesinato brasileiro, fazendo interface com os direitos das crianças do campo e, entre esses, o direito à Educação Infantil do/no Campo e algumas pesquisas sobre as diferentes infâncias do campo. O capítulo 4 discorre sobre as crianças, infâncias e desigualdades, abordando o contexto da pandemia e seus reflexos na vida das crianças, especialmente aquelas que compõem a população rural brasileira e que estavam vinculadas à Educação Infantil no período da crise sanitária, através de pesquisas realizadas no âmbito do PPGE/UFCG e dos dados coletados nas entrevistas individuais e na pesquisa documental. O capítulo 5 apresenta o percurso da pesquisa documental, das entrevistas e a análise dos documentos disponibilizados pelas secretarias. Posteriormente, estão incluídas as considerações finais, referências, apêndices e anexos.

2 Percurso metodológico

Este capítulo apresenta o contexto da pesquisa, os sujeitos da pesquisa, a abordagem utilizada, o percurso metodológico, os métodos adotados, a caracterização do campo de pesquisa e demais procedimentos metodológicos e éticos adotados.

A pesquisa aborda os reflexos da pandemia da Covid-19 na vida das crianças residentes em territórios rurais de um município do Sertão Paraibano, partindo do estudo bibliográfico sobre os desdobramentos da pandemia na vida das crianças brasileiras.

Inicialmente, além destes, pretendia-se acrescentar como sujeitos da pesquisa familiares de crianças que, em 2024, estivessem matriculadas no 3º ano do Ensino Fundamental em escolas do campo, pelo fato de que no período da pandemia ao qual a pesquisa direciona o foco (2020 e 2021), estas crianças já possuíam idade (entre quatro e seis anos) referente à matrícula obrigatória e, certamente, estavam matriculadas em turmas da Educação Infantil. O acesso às famílias seria através das professoras, no entanto, em detrimento do tempo levado para conseguir o aceite dessas profissionais, não foi possível realizar a entrevista com familiares das crianças.

Visando abarcar a escuta de profissionais das três áreas implicadas nesta investigação, definiu-se como sujeitos da pesquisa servidoras municipais sendo estas: uma Professora do campo, vinculada à Secretaria de Educação, uma Enfermeira, vinculada à Secretaria de Saúde, e uma Assistente Social, com vínculo na Secretaria de Trabalho e Ação Social, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Sujeitos da pesquisa

SUJEITO	FORMAÇÃO	TIPO DE VÍNCULO
Assistente Social	Especialização	Efetivo
Enfermeira	Graduação	Contrato
Professora	Especialização	Efetivo

Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

O percurso metodológico é de natureza básica que, conforme Gil (2022), se refere a estudos que objetivam preencher uma lacuna no conhecimento, mas podendo igualmente contribuir para solucionar problemas de ordem prática.

No que se refere a propósitos mais gerais, classifica-se como pesquisa exploratória, por permitir uma maior aproximação com o problema da pesquisa, considerando variados aspectos ligados ao fato estudado, utilizando diferentes formas para a coleta de dados (Gil, 2022).

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa que, conforme apontado por Lüdke e André (2018), possibilita o contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação investigada, de modo que os dados coletados são predominantemente descritivos, pois descrevem os sujeitos e as situações, utilizando entrevistas, depoimentos e variados tipos de documentos, com foco na perspectiva dos participantes, no significado que estes atribuem às questões da pesquisa.

A pesquisa é do tipo estudo de caso, por possibilitar a coleta e análise de informações sobre um indivíduo, um grupo ou uma comunidade, visando estudar situações da vida real e descrever uma situação em determinado contexto (Prodanov; Freitas, 2013). Conforme pontuam Lüdke e André (2018), há a predominância de algumas características fundamentais no estudo de caso e entre elas está a busca pela realidade de forma profunda, revelando as múltiplas dimensões de uma situação, utilizando variadas fontes de informação. Desse modo, ao adotar o estudo de caso, o interesse do pesquisador "[...] incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações. Quando queremos estudar algo singular, que tenha um valor em si mesmo, devemos escolher o estudo de caso." (Lüdke; André, 2018, p. 20). Portanto, por possuir interesse em um recorte específico de sujeitos quanto à geração (crianças), determinado período (pandemia) e território (territórios rurais de um município do Sertão Paraibano), o estudo de caso é o método adotado para a realização da pesquisa. Para tal, foram utilizados como métodos de coleta de dados a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada individual - com membros das equipes das Secretarias de Educação, Saúde, de Trabalho e Ação Social -, além de alguns dados quantitativos, disponibilizados pela Secretaria de Saúde do município e outros acessados a partir dos dados contidos nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica, com dados do Censo Escolar, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

2.1 Caracterização do campo de pesquisa

A escolha do *locus* da pesquisa justifica-se, primeiramente, pelo fato de o município estar localizado no interior do estado, não possuindo instituições de ensino superior públicas,

o que possivelmente pode invisibilizá-lo no âmbito da produção acadêmica enquanto um *locus* de pesquisas científicas. Atrelado a isto, soma-se o fato de alguns territórios rurais do município estarem distante da área urbana, sendo mais um fator que, junto aos citados anteriormente, ressalta a importância de pesquisas voltadas para este município.

De acordo com dados do portal Cidades@², do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município pertence ao bioma Caatinga, localizando-se na mesorregião do Sertão Paraibano.

Sua área territorial é de 226,798 km², com uma população composta por cerca de 10.000 (dez mil) pessoas, cuja proporção de pessoas ocupadas, em relação à população total, era de 7,74 %, o que equivale a 793 pessoas. O salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2,0 salários mínimos, conforme o IBGE (2022). O município possui um distrito que fica a uma distância de 15,1 km da sede.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (último divulgado pelo IBGE), a área dos estabelecimentos agropecuários do município era de 19.083 hectares, com terras utilizadas principalmente para pastagens e lavouras. Nestas, havia um total de 670 estabelecimentos agropecuários, com predominância da lavoura temporária, com a produção centrada no milho, feijão e fava. Na pecuária, predomina a criação de galináceos (galinhas, galos, frangos/os e pintos), bovinos e suínos.

Quanto ao pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, o Censo Agropecuário (2017) apontou um total de 1.504 pessoas. Dessas, 163 pessoas (93 temporários, 53 permanentes e 17 parceiros, cujos dados não foram desagregados por sexo) não possuíam laço de parentesco com o produtor, enquanto 1.341 pessoas possuíam laço de parentesco com o produtor, das quais 968 eram do sexo masculino e 373 eram do sexo feminino, indicando assim que no município havia a prevalência da agricultura familiar e a presença das mulheres nos espaços de trabalho no campo.

Embora alguns dados estejam desatualizados, estes são importantes para se ter uma visão do território. Portanto, é no contexto acima descrito que a pesquisa situa-se.

2.2 Procedimentos metodológicos

Para compreender melhor o problema pesquisado, a pesquisa possui uma abordagem qualitativa, por apresentar informações mais detalhadas e centralizadas sobre os reflexos da

² Todas as informações sobre o município foram acessadas no portal Cidades@, do IBGE, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>

pandemia da Covid-19 na vida das crianças residentes em áreas rurais do município, coletadas através da análise dos documentos e das entrevistas.

Gatti e André (2010) afirmam que, por muito tempo, os estudos da Educação permaneceram apoiados na psicologia experimental, de modo que a abordagem qualitativa só ganhou destaque na área em 1960, a partir dos movimentos sociais, das lutas contra a discriminação racial e a favor da igualdade de direitos. No Brasil, a introdução dos métodos qualitativos foi influenciada pelos estudos desenvolvidos na área de avaliação de programas e currículos como também das novas perspectivas defendidas para a investigação da escola e da sala de aula. Antecedidos por um contexto político e social marcado pela censura e privação da liberdade de manifestação, em 1980 cresceram diversos movimentos sociais, propiciando uma abertura para manifestações socioculturais, lutas políticas, sociais e críticas sociais. Neste período de transição e retorno à democracia, emergiram os grupos de pesquisadores que trabalhavam com a abordagem qualitativa em várias instituições do país, integrando a pesquisa educacional à crítica social, tecendo críticas aos métodos clássicos de investigação da Educação no país. O uso dos métodos qualitativos trouxe grande contribuição para o conhecimento em Educação, proporcionando uma relação próxima entre pesquisadores e pesquisados, posturas investigativas mais flexíveis, compreensão dos problemas da Educação através de enfoques multi/inter/transdisciplinares e foco sobre os atores em educação, procurando retratar o ponto de vista dos sujeitos envolvidos nos processos educativos.

Portanto, rompendo com um método rígido, A abordagem qualitativa defende uma visão holística, considerando todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas, defendendo uma pesquisa sob a perspectiva da integração com o contexto pesquisado e da compreensão de significados nas dinâmicas histórico-relacionais (Gatti; André, 2010).

Os primeiros dados foram coletados através de pesquisa documental e, posteriormente, por meio das entrevistas semiestruturadas individuais com as profissionais das secretarias.

Para analisar dados mais específicos sobre o tema e sobre o objeto de estudo, um dos métodos de coleta de dados utilizado foi a pesquisa documental. Para Gil (2022), embora se assemelhe a pesquisa bibliográfica por utilizar dados existentes, a pesquisa documental diferencia-se por utilizar fontes de natureza diversa, a partir de documentos elaborados com diferentes finalidades. Um documento pode ser definido enquanto qualquer objeto que comprove algum fato ou acontecimento, podendo ir além do texto escrito no papel, passando por objetos concretos e inscrições em paredes, por exemplo. Entre os documentos mais utilizados nas pesquisas, estão os documentos institucionais, documentos pessoais, materiais

de divulgação, documentos jurídicos, documentos iconográficos e registros estatísticos. Ante o exposto, tomando por base a pesquisa documental, foi realizada a análise dos documentos coletados nas Secretarias de Educação, Saúde e de Trabalho e Ação Social do município, relativos ao período da pandemia da Covid-19 (2020 e 2021, especificamente), após autorização dos(as) gestores(as).

Gaskell (2002) explica que a entrevista qualitativa permite ao pesquisador obter dados sobre os atores sociais e sua situação, observando ainda que quando o objetivo da pesquisa é conhecer de forma mais profunda a vida do indivíduo, suas experiências individuais e assuntos de sensibilidade particular, é indicada a entrevista individual. Em vista disso, a coleta de dados mais específicos sobre os reflexos da pandemia na vida das crianças residentes nas áreas rurais foi realizada por meio da entrevista semiestruturada e individual, por possibilitar uma relação de interação e flexibilidade entre o pesquisador e a pessoa entrevistada (Lüdke; André, 1986). Desse modo, as informações foram coletadas através da entrevista com profissionais das secretarias, mediante um roteiro previamente elaborado e revisado, evitando o constrangimento e/ou exaustão da pessoa entrevistada.

A análise dos documentos e das entrevistas foi realizada através da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), iniciando com uma leitura flutuante das transcrições das entrevistas e dos documentos. Posteriormente, houve a exploração dos materiais, de modo que os dados foram sintetizados e agrupados, para que fosse possível encontrar as respostas desejadas de forma objetiva, passando assim pelos processos de categorização e interpretação. Na categorização, foram criadas categorias descritivas elaboradas previamente e baseadas nos objetivos da pesquisa, nas quais os dados foram organizados e alocados e, em seguida, realizadas interpretações e inferências sobre estes.

2.3 Procedimentos éticos da pesquisa

Inicialmente, o projeto de pesquisa foi apresentado às gestoras das Secretarias de Educação, Saúde e de Trabalho e Ação Social do município, apontando os objetivos da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e o percurso da coleta. A pesquisa foi autorizada por estas, que assinaram duas vias do termo de anuência e do termo de autorização para pesquisa em arquivos e/ou documentos das instituições, ficando com uma via e entregando outra para a pesquisadora. Posteriormente, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFCG e aprovado na sua segunda versão. A pesquisa documental foi iniciada após a assinatura dos termos pelas gestoras.

Na etapa seguinte, após a realização da banca de qualificação, membros das equipes das secretarias foram convidados/as para responderem a entrevista semiestruturada individual. Ao aceitarem, receberam previamente uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e informaram sobre a disponibilidade de dias e horários para participarem da entrevista. Após a assinatura do TCLE, as entrevistas foram realizadas de modo presencial, em ambiente reservado, utilizando um celular para gravar a voz das pessoas entrevistadas, a partir dos seus consentimentos.

No capítulo a seguir, será abordada a trajetória do campesinato brasileiro, fazendo interface com os direitos das crianças do campo e, entre esses, o direito à Educação Infantil do/no Campo, apresentando também algumas pesquisas sobre as diferentes infâncias do campo.

3 Campesinato brasileiro, Educação do/no Campo e infâncias do campo

A Educação do Campo, conforme descrito no Art. 1º da Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008

[...] compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (Brasil, 2008).

Embora abrangente, a Educação do Campo enfrenta alguns problemas. Para Arroyo, Caldart e Molina (2011), “As reflexões que abarcam a complexidade dos problemas da Educação do Campo, não podem ser compreendidas sem se analisar a dificuldade maior, que é a de sobrevivência no espaço rural, na sociedade brasileira” (p. 13). Em concordância com a perspectiva do autor e das autoras, compreendendo o entrelaçamento entre a história do campesinato brasileiro, da Educação do Campo e as dificuldades que são enfrentadas pelas crianças e suas famílias que vivem neste espaço, o presente capítulo visa refletir sobre as infâncias do campo e o acesso a direitos, especialmente à educação, partindo da análise da trajetória do campesinato brasileiro e da luta dos movimentos sociais do campo por terra e educação, abordando posteriormente as reivindicações e conquistas no âmbito da Educação do/no Campo e da Educação Infantil do/no Campo, apresentando também algumas pesquisas com, sobre e para as crianças, desenvolvidas por pesquisadores/as da área e também no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFCG), ao qual esta dissertação está vinculada, viabilizando assim a compreensão dos modos como as infâncias estão sendo vivenciadas nos diversos territórios rurais.

Uma visão homogeneizadora das crianças não é capaz de contemplar suas especificidades e, quando pensamos em quais territórios estão vivenciando suas infâncias, evidencia-se particularidades vinculadas a estes, como no caso das crianças pertencentes a população rural, composta pelos povos do campo, das florestas e das águas³, definida pela Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008 como “[...] agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas,

³ Os povos do campo, das florestas e das águas são os povos que têm seu modo de vida diretamente relacionado com a natureza. Fonte: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/equidade-em-saude/povos-e-comunidades-tradicionais#:~:text=Conforme%20Decreto%20n%C2%BA%208.750%2F2016,e%20fecho%20de%20pasto%3B%20extrativistas%3B>.

caiaçaras, indígenas e outros” (Brasil, 2008), que possuem modos próprios de vida, marcadamente ligados à natureza. Em vista disso, olhar para as crianças do campo demanda um conhecimento sobre este lugar, sobre o campesinato brasileiro, sobre os sujeitos que o compõem e lhe dão vida.

Conforme definição de Wanderley (2014, p. 26), de modo geral, o campesinato

[...] corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura (p. 26).

Esta relação imediata entre o campesinato e a cooperação familiar é permeada pela terra, fonte de subsistência, de onde se tira o alimento, onde se tecem relações humanas e com a natureza, e onde a cultura e os modos de vida e de trabalho coletivo vão sendo partilhados entre as gerações. Entretanto, concentrada nas mãos de poucos, os conflitos pela terra marcam a história do campesinato brasileiro.

3.1 A construção do campo brasileiro: do campesinato aos destituídos da terra

Wanderley (2014) pontua que o acesso à terra no Brasil ocorreu muitas vezes de forma precária para alguns grupos, visto que a concentração de grandes extensões iniciou ainda no período da colonização, pela doação das capitâneas hereditárias, dando origem ao sistema de sesmarias, que consistia na doação de terras da capitania. Todavia, em 1822, com a independência do Brasil, a legislação fundiária colonial perdeu a validade, sendo substituída pela Lei de Terras em 1850. Entre os dois períodos, a ausência de legislação acerca da posse de terras resultou na ocupação precária destas, sendo então ocupadas por pequenos agricultores sem uma titulação jurídica. A respeito disso, Westin (2020) explica que na ausência de legislação, a apropriação de terras não ocorreu apenas pelos camponeses que cultivavam para a própria subsistência, mas também por grandes latifundiários que exportavam a plantação. Sem o título oficial da propriedade, ambos eram posseiros, sendo, inclusive, mais numerosos do que os sesmeiros - aqueles que possuíam registro das terras doadas oficialmente pelo rei de Portugal. Posteriormente, com a Lei de Terras, a invasão de terras públicas foi proibida e a aquisição passou a ser por meio da compra, assim, para quem não possuísse o registro legal da terra, haveria anistia. Nesse caso, os posseiros receberiam a

escritura. Porém, o que de fato aconteceu foi que a anistia foi usufruída apenas pelos grandes posseiros, pois a cobrança de taxas para regularização da propriedade tornou-se um obstáculo para os pequenos posseiros camponeses. Pelo fato de as ocupações e invasões de terras terem sido tornadas ilegais e haver exigência de pagamento de taxas para a aquisição legal, além dos pequenos posseiros, ex-escravos e imigrantes pobres ficaram impossibilitados de adquiri-las, fato que favoreceu os latifundiários, pois tais entraves faziam destes trabalhadores uma mão de obra barata para as plantações. Ante o exposto, torna-se evidente que o benefício da Lei de Terras para os latifundiários não limitou-se à aquisição dos grandes lotes e a sua assinatura evidenciou a escolha do Brasil pela divisão da área rural em latifúndios e não em pequenas propriedades. Entretanto, Wanderley (2014) afirma que mesmo após a promulgação da Lei de Terras, as terras localizadas em regiões mais distantes das grandes propriedades do litoral ainda continuaram sendo ocupadas pelos camponeses “posseiros”. Outra forma de acesso precário à terra se dava através da moradia de famílias de trabalhadores no interior das fazendas. Nestas, eles podiam cultivar alimentos em volta da sua casa, mas eram obrigados a trabalhar na plantação principal do proprietário da terra, nem sempre recebendo um pagamento. Nos espaços dos latifúndios que não eram ocupados pelos senhores das terras, os pequenos agricultores camponeses desenvolviam uma agricultura de base familiar e comunitária, sendo estas estratégias de resistência camponesa a forma como a atividade agrícola se estruturou no Brasil. Dessa forma, o acesso precário às terras ocorreu de diferentes modos.

O modo como a atividade agrícola se estruturou no Brasil favoreceu a concentração fundiária em diferentes períodos. De acordo com Vendramini (2022), no período no qual iniciou-se a industrialização do país, que ocorreu sem reforma agrária, um contingente de trabalhadores deslocou-se para as cidades. Nesse processo

Na primeira metade do século XX trabalhadores do campo são expulsos e se dirigem para as áreas onde se inicia o processo de industrialização. Nos anos 1960, acirra-se tal movimento no contexto da chamada “revolução verde”, que impõe um novo padrão produtivo para a agricultura, ainda centrado na monocultura e dependente de máquinas agropecuárias e de insumos químicos produzidos e comercializados por empresas estrangeiras. Esse processo dificulta, ou até mesmo impossibilita a produção da vida no campo por parte dos pequenos agricultores. Muitos perderam suas terras em função do endividamento (Vendramini, 2022, p. 32).

Portanto, a adoção do novo modo de produção desconsiderou os pequenos agricultores na sua relação com a terra e com a forma de produzir, viabilizando a continuidade da concentração fundiária e favorecendo os grandes produtores.

A partir de 1960, a modernização da produção agrícola incidiu diretamente no meio rural e, consequentemente, afetou imediatamente os pequenos agricultores camponeses, visto que, não havendo mais necessidade de manter a mão de obra nas terras durante todo o ano, foram expulsos das grandes propriedades nas quais residiam, sendo contratados somente quando havia algum trabalho que não pudesse ser realizado por equipamentos, como no caso da maioria das colheitas. Os trabalhadores passaram então a viver nas periferias, procurando ocupação nas colheitas que ocorriam ao longo do ano e em diferentes regiões. No entanto, os camponeses não ficaram inertes diante dessa situação e organizaram-se por meio dos movimentos sindicais e outras formas de organizações, reivindicando uma reforma agrária. A luta pela terra se disseminou por todo o país, sendo uma marca desse período a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984, período final da ditadura militar. Nesse momento, houve também o fortalecimento do Movimento Sindical Rural, com liderança da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Tais movimentos trouxeram para a sociedade o debate sobre a questão fundiária e a importância da luta pela terra dos camponeses expropriados ou que possuíam pouca terra. Com os crescentes conflitos, a violência na luta por terras foi denunciada em 1980 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através do documento intitulado “A Igreja e os problemas da terra”, evidenciando a dimensão da violência que assolava o campo (Wanderley, 2014).

A análise do campesinato mostra que os períodos da história do contexto rural brasileiro não são homogêneos e estão diretamente relacionados com a história política do país. Isto posto, no período que antecedeu a redemocratização do Brasil, composto pelos governos militares (1964-1985), houve amplo apoio do Estado na modernização da agricultura e expansão capitalista da fronteira econômica, sendo igualmente marcado pela repressão aos movimentos sociais e impedimentos à implantação de projetos de reforma agrária. Posteriormente, com o início da redemocratização do país, em 1985, os movimentos sociais se fortaleceram, culminando no debate democrático e na emergência de sujeitos de direitos plurais, que passaram a exigir seu reconhecimento no âmbito da sociedade brasileira (Wanderley, 2011). É nesse contexto de reivindicações que emergem também os movimentos sociais no campo. Como explica Arroyo (2011)

O movimento social no campo representa uma nova consciência do direito à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram quanto se reconhecem sujeitos de direitos (p. 73).

Reconhecerem-se enquanto sujeitos de direitos impulsionou a luta coletiva dos homens e mulheres do campo, reivindicando, entre outros direitos, a oferta de uma educação do e no campo.

3.2 A constituição do sujeito do campo exige uma Educação do/no Campo

Até ser reconhecida legalmente como um direito dos sujeitos residentes nos territórios rurais, a EC (educação do campo) passou por diferentes fases - incluindo invisibilização e dominação, sob viés da Educação Rural -, que estavam diretamente atreladas ao olhar que se tinha sobre esses territórios. Ao apresentar essa trajetória, Fernandes (2011) explica que embora todas as Constituições brasileiras - Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988 - tenham contemplado a educação escolar, a oferta de educação nos territórios rurais surgiu no texto constitucional apenas a partir da Constituição de 1934. No silêncio dos textos de 1824 e 1891, a primeira referência à educação nesses territórios ocorreu nos anais do 1º Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro, em 1923, no qual foi concebida sob uma perspectiva de dominação dos trabalhadores pelas elites. Mencionada pela primeira vez na Constituição de 1934, a educação nos territórios rurais seguiu esse modelo de dominação, que foi aperfeiçoado nas Constituições de 1937 e 1946, com a implantação do ensino agrícola, cuja continuidade deu-se até a Constituição de 1967, promulgada durante a ditadura militar. Tal modelo de educação, voltado à subjugação da população do campo, iniciou seu rompimento com a promulgação da Constituição de 1988, na qual a educação foi declarada como direito de todos, bem como com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002, que preconiza a efetivação deste direito vinculado aos sujeitos do campo, à sua cultura, sua história, as suas lutas e demais aspectos relativos aos seus territórios.

Desde 1980, a sociedade brasileira passou a reconhecer a educação como um direito humano de todo cidadão e dever do Estado, porém, o grito que a decretava não chegou ao campo de modo que incluísse seus sujeitos com suas especificidades, deixando-os à margem. Por muito tempo, a visão do campo como um lugar atrasado prevaleceu, enquanto o urbano era visto como espaço de progresso. Com o início dos esforços pela dissolução dessa dicotomia campo-cidade, as particularidades e potencialidades do campo e dos seus sujeitos emergiram com os movimentos sociais. Foi a partir desse outro olhar sobre o campo que a EC nasceu (Arroyo; Caldart; Molina, 2011).

Na definição de Leal (2012), a Educação do Campo é um conceito-movimento que se opõe à Educação Rural “[...] que pautou e ainda pauta boa parte da concepção de educação voltada aos sujeitos que moram na zona rural do país” (p. 30) e surge, conforme Molina e Freitas (2011), a partir da luta dos movimentos sociais, compostos por sujeitos coletivos que compreendiam a educação como uma via para construir uma sociedade sem desigualdades e com justiça social. O Movimento de Educação do Campo, composto pelos movimentos sociais e sindicais rurais, reivindicou não apenas o direito à educação, mas também o direito à terra e teve os trabalhadores e as trabalhadoras rurais como protagonistas, sendo uma resposta a expropriação de suas terras e ao novo modelo agrícola do país, que impactou também no seu trabalho. Essa luta pela garantia do direito à educação se fez também enquanto estratégia de preservação dos seus territórios, do trabalho e da identidade, resistindo à Educação Rural, que mantinha a precarização da educação no campo, favorecendo a perpetuação das desigualdades nos territórios rurais.

Com a intensificação das discussões acerca da EC, em 1997 foi realizado o Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA). O evento tornou-se uma referência importante na luta pela EC por ter viabilizado o início da materialização das ideias que estavam sendo debatidas desde a criação do Setor de Educação do MST (Fernandes, 2011). Posteriormente, outros encontros também foram realizados, simbolizando um marco na luta dos movimentos sociais do campo pelo direito à educação, como a I Conferência Nacional "Por Uma Educação Básica do Campo", realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 31 de julho de 1998 e com a ampliação da participação de outros sujeitos coletivos na luta, em agosto de 2004 foi realizada a II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo (Arroyo; Caldart; Molina, 2011).

Molina e Freitas (2011) apontam que o Movimento de Educação do Campo construiu uma nova concepção de escola do campo, questionando a escola rural quanto ao modo de ensinar, a forma de lidar com o conhecimento e com as relações sociais existentes no seu interior, bem como por esta não vincular-se à comunidade. Conforme as autoras, entre as conquistas do Movimento, destacam-se os marcos legais que ratificam o direito à uma educação no e do campo, que reconheça as especificidades dos sujeitos, como as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1/2002), as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo (Resolução CNE/CEB nº 2/2008) e o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

(Pronera), sendo este um importante instrumento legal, que firmou a Educação do Campo enquanto uma política de Estado a ser implementada sem desconsiderar as especificidades dos seus sujeitos. Fruto ainda da luta dos movimentos sociais e sindicais do campo em prol do fortalecimento da EC, outras conquistas desses movimentos foram programas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), o Programa Saberes da Terra e o Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo). Unindo-se a outros movimentos do campo, o Movimento de Educação do Campo ampliou sua luta ao articular-se com os movimentos sociais, sindicais e com setores das universidades ligados às ações de EC.

No decorrer da caminhada, o Movimento da Educação do Campo subsidiou seus ideais de como poderia ser uma EC a partir de práticas educativas que já vinham sendo desenvolvidas principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas áreas de reforma agrária, tendo em vista que possuía um Setor de Educação bem estruturado (Molina; Freitas, 2011).

No que se refere a relação do MST com a educação, Caldart (2011) explica que o início da luta dos sem-terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela terra foi seguida da luta por escolas, a partir da preocupação do Movimento com a formação dos seus sujeitos. Assim, a relação do MST com a escola começa a partir das primeiras mobilizações pelo direito a esta instituição, tanto nos assentamentos, como nos acampamentos. Inicialmente, as mobilizações foram realizadas pelas mães e professoras, juntando-se a estas, posteriormente, os pais, algumas lideranças do Movimento e as crianças. Em 1987, com a criação do Setor de Educação dentro do MST, a luta do Movimento foi formalizada. Inicialmente, foram reivindicadas escolas da 1ª à 4ª série, estendendo-se para a Educação Infantil, a Universidade e a alfabetização de jovens e adultos. Em 1997, fruto ainda dessa preocupação do MST com as crianças, foi criada a Ciranda Infantil, um espaço educativo da infância Sem Terra, no qual educadores e educadoras desenvolvem atividades pedagógicas com as crianças, sendo este igualmente um espaço de encontros e fortalecimento das relações entre elas, com os adultos e a comunidade, além de aprenderem a compartilhar e a viver de forma coletiva e respeitosa, construindo sua identidade de criança Sem Terrinha, sentindo-se parte do MST (Rossetto; Silva, 2012).

Com o tempo, o MST percebeu que seria necessário transformar a escola tradicional, o que o fez discutir sobre uma proposta de escola que considerasse a realidade do Movimento e seus sujeitos, refletindo sobre isso junto ao movimento pedagógico da Educação Popular. Nessa perspectiva, a pedagogia gestada no MST está fincada na coletividade, sendo também

uma pedagogia que educa seus sujeitos na luta social. É uma pedagogia da terra, que reconhece um entrelaçamento entre o ser humano e a terra, ensinando que tudo precisa ser cultivado; uma pedagogia do trabalho e da produção, que reconhece a potencialidade pedagógica do trabalho e das relações sociais; uma pedagogia da cultura, que toma as relações, os diálogos e os exemplos como capazes de educar os sujeitos; uma pedagogia da escolha, que ensina sobre o cultivo de valores e a reflexão acerca destes; uma pedagogia da história, cultivando a memória e construindo a identidade; é também uma pedagogia da alternância, que integrando a escola, a família, a comunidade e o educando, fortalece as raízes e os laços (Caldart, 2011).

As reivindicações do Movimento da Educação do Campo e a pedagogia do MST assinalam a necessidade de se conceber a escola como espaço para ampliação dos saberes historicamente produzidos, priorizando de modo igual a formação humana dos sujeitos, coadunando com os preceitos de uma educação do/no Campo, assim denominada porque “*No*: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; *Do*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (Caldart, 2011, p. 149-150, grifos do autor).

O Movimento de Educação do Campo, em suas reivindicações, mostra que o acesso à terra é primordial, mas não é o suficiente, pois os sujeitos que nela vivem precisam cultivar também a si, precisam do conhecimento, mas de um conhecimento que não os desconsidere em suas particularidades históricas, culturais e identitárias, precisam assim de uma educação para a liberdade. Como definido por Freire (1987), “A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens” (p. 45), e esse reconhecimento do não esvaziamento dos sujeitos e dos contextos onde se inserem mostra que é necessário trazer a vida para a escola, para o currículo, compreendendo que a educação não se dá de modo dissociado das vivências, mas junto a elas. Educar para a liberdade é também levar a escola para a vida.

A trajetória dos movimentos supracitados é composta por conquistas importantes, especialmente aquelas que inserem-se no âmbito jurídico, garantindo direitos aos povos do campo. No entanto, entre os problemas que ainda reverberam nesses territórios, estão a concentração de terras e de renda, bem como a ausência de investimentos, resultando na ameaça do seu dinamismo pelo êxodo rural, ocasionado, entre outros fatores, pelo acesso precário a bens e serviços básicos e pela escassez de recursos naturais, atingindo assim os pequenos agricultores, particularmente aqueles que não são proprietários ou que o são de

forma insuficiente (Wanderley, 2009). Para que permaneçam no campo, as famílias precisam ter acesso a direitos e, entre eles, o direito à Educação do/no Campo para homens e mulheres, para as crianças, jovens e adultos. Em vista disso, Alves e Tiriba (2022) ressaltam que

A manutenção dos(as) agricultores(as) e de seus filhos e suas filhas na terra passa também pela Educação do Campo, ou seja, a luta pelo reconhecimento da importância da escola está relacionada à articulação entre trabalho e educação como potencializadora da transformação da realidade (p. 27).

Dessa maneira, a posse da terra e de meios para nela trabalhar, prover o alimento e o sustento familiar, aliado ao acesso à educação formal, ampliando os conhecimentos dos sujeitos, além do acesso à outras políticas sociais, são elementos que garantem melhores condições de vida para as famílias que vivem nas áreas rurais, transformando suas realidades. Essas famílias, em suas diversas configurações, são também compostas por crianças que possuem, entre outros direitos, o direito à uma Educação Infantil do e no campo.

3.3 Infâncias plurais: os sujeitos do campo

Historicamente, as mudanças na forma de se conceber a infância foram cruciais para pensar em uma educação para as crianças, todavia, este movimento é marcado por avanços e retrocessos que deixaram marcas na Educação Infantil brasileira. Segundo Paludo e Silveira (2014), a Educação Infantil surge junto a premência de assistência às crianças e mães pobres e/ou trabalhadoras que, diante da expansão capitalista, passaram a vender sua força de trabalho, havendo a necessidade de um local onde pudessem deixar os/as filhos/as enquanto trabalhavam. Esse percurso, como descrevem Kuhlmann Jr. e Fernandes (2004), iniciou-se quando houve a queda do feudalismo e ascensão do capitalismo, momento no qual mulheres e crianças foram exploradas no trabalho das fábricas, oficinas e minas. Assim, a infância no mundo industrial e a exploração do trabalho infantil tornou-se então uma das preocupações do novo mundo. Em defesa das crianças e do seu desenvolvimento, movimentos médicos psicológicos ou pedagógicos implementaram ações no âmbito institucional, promovendo a instalação de escolas, asilos e hospitais, ao passo que movimentos sociais incitavam a criação de normas jurídicas e das instituições em prol do bem-estar da infância. No decorrer do século XIX, as crianças menores ganharam visibilidade, com isso, as instituições educacionais passaram a ser pensadas também para o período de 0 a 6 anos e a puericultura passou a envolver o período da gestação. No fim do século XIX e início do século XX, o cuidado com

a infância e a educação das crianças constam nos discursos relacionados aos avanços da nação. Tais ideias, junto a outras propostas para a infância, foram difundidas nas Exposições Internacionais, iniciadas na Exposição de Londres, em 1851, e difundidas ao longo do século XX, sendo sediada também no Brasil. Nestas, a educação era posta como expressão da modernidade e progresso e as proposições para a educação que surgiam eram difundidas. Nas exposições, havia ainda os congressos internacionais, eventos que igualmente puseram em pauta a infância e sua educação, marcando a influência médico-higienista na área e a preocupação acentuada com a relação entre a cidade, a infância pobre e a educação (Kuhlmann Jr.; Fernandes, 2004)

Com base nos estudos de Lamb *et al.* (1992), Rosemberg (2003) explica que os modelos de instituições de Educação Infantil que conhecemos datam do final do século XIX, possuindo origem europeia, havendo dois modelos de instituições prevalecentes nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos até o final dos anos 1960, que eram “[...] o das creches e similares, instituições acolhendo exclusiva ou principalmente crianças pobres; o dos jardins-de-infância, não especialmente destinados a crianças pobres” (p. 179). Tais modelos demarcam instituições destinadas a determinadas classes sociais, sendo predominantes também no Brasil. Durante muito tempo, prevaleceu no país um cuidado assistencialista das crianças, concebendo a creche e a pré-escola como meios de assistência à criança carente, sendo ofertadas por meio de programas emergenciais de massa e iniciativas comunitárias e filantrópicas (Paludo; Silveira, 2014).

Com o fim da ditadura, em 1985, intensificaram-se no Brasil os movimentos em prol da redemocratização. Nesse cenário, os novos movimentos sociais, compostos pelo movimento de mulheres e o pelo movimento “criança pró-Constituinte” lutaram em prol de uma educação para as crianças que fosse legalmente assegurada, o que culminou na elaboração de uma proposta que foi aprovada na Constituição Federal de 1988, reconhecendo a Educação Infantil como um direito das crianças de 0 a 6 anos⁴ e, igualmente, como direito de trabalhadores e trabalhadoras a instituições adequadas - creches e pré-escolas - para o cuidado e educação dos/as filhos/as pequenos/as (Rosemberg, 2003). Vê-se então uma mudança de perspectiva da Educação Infantil, que passa do paradigma da necessidade da mãe/família, para um paradigma de direito da criança, sendo uma mudança que “[...] marca o reconhecimento da importância da creche/pré-escola para o processo de formação humana da

⁴ Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) defina como faixa etária atendida na Educação Infantil o 0 a 5 anos, a mencionamos como um direito das crianças de 0 a 6 anos por considerar que as crianças que completam seis anos após o dia 31 de março seguem nessa etapa educacional.

criança bem pequena, em ambiente coletivo especialmente organizado para educá-la” (Silva; Pasuch; Silva, 2012, p. 47), fazendo dessas instituições locais com potencialidades para o brincar, interagir, explorar espaços, objetos, sons e experienciar a infância em um espaço que também envolve cuidado, educação e desenvolvimento, comprometido com a formação humana das crianças.

Para Paludo e Silveira (2014), o reconhecimento na Constituição de 1988 da Educação Infantil como um direito das crianças representou uma conquista dessa etapa no campo social e político, consolidando-se ainda a partir da promulgação da Lei nº 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Na tentativa de rompimento com as concepções e práticas prevalecentes anteriormente, novas concepções de Educação Infantil foram se desenvolvendo, resultando, em 1998, na formulação pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (Parecer CEB Nº 22/1998), revista em 2009 (Resolução CNE/CEB Nº 5/2009).

Desde 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Educação Infantil passou a integrar o sistema de ensino como primeira etapa da Educação Básica, sendo consolidada no âmbito das políticas públicas, mas ainda centrada no contexto urbano e pensada para atender as necessidades da sociedade capitalista. Pensando no direito também das crianças do campo de serem cuidadas e educadas, bem como no direito de mulheres trabalhadoras rurais, a população camponesa articulou-se através de diferentes Movimentos, como o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reivindicando a oferta da Educação Infantil do e no Campo (Paludo; Silveira, 2014). As reivindicações resultaram em conquistas e mudanças legais e, de acordo com Vieira, Vieira e Leal (2023), no final da primeira década do século XXI, surge um novo olhar da legislação e do âmbito da produção de conhecimento acerca do direito à Educação Infantil das crianças do campo. Desse modo, o diálogo entre a área da Educação Infantil e da Educação do Campo se intensificou, culminando na luta pela educação das crianças de 0 a 6 anos, residentes nas áreas rurais, protagonizada especialmente a partir da interlocução de movimentos como o MST e o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB), defendendo a oferta de uma educação que considerasse as especificidades etárias, sociais e culturais das crianças.

Desse novo olhar, foi criada em 2009 a primeira legislação que articulou a Educação Infantil e a Educação do Campo, reconhecendo as diferentes infâncias do campo: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), Resolução CNE/CEB Nº 5/2009,

de 17 de dezembro de 2009, que no seu artigo 8º, parágrafo 3º, contempla as especificidades da Educação Infantil das crianças do campo, indicando que suas propostas pedagógicas devem reconhecer os modos próprios de vida no campo enquanto essenciais para a constituição da identidade das crianças; vincular-se às suas culturas, tradições e identidades; respeitar a atividade econômica da população, podendo flexibilizar para isso o calendário, rotinas e as atividades; valorizar os saberes dessa população na produção do conhecimento e oferecer brinquedos que respeitem as características ambientais e socioculturais da população do campo (Brasil, 2009).

Em 2010, as Orientações Curriculares Nacionais para a Educação Infantil do Campo foram publicadas. Para Paludo e Silveira (2014), é a partir da publicação desse documento que a Educação Infantil do Campo começa a tomar forma como política pública. Reconhecendo as especificidades das crianças e do campo, esse marco normativo faz-se valioso, uma vez que “Mesmo as crianças da Educação Infantil, dizem os Movimentos Sociais, em tenra idade, já são importantes na construção deste novo campo, no qual deverá ser ‘muito melhor de viver’” (Paludo; Silveira, 2014, p. 182).

No documento supracitado, Silva e Pasuch (2010) explicam que as crianças do campo possuem direitos e entre eles está o direito de frequentar a creche e a pré-escola na sua comunidade, perto de sua casa, sem que para isso precisem percorrer trajetos longos, sendo transportadas de forma digna; direito a espaços e materiais planejados para sua educação e desenvolvimento pleno, em contato com outras crianças; direito a uma Educação Infantil do Campo que

[...] valorize suas experiências, seus modos de vida, sua cultura, suas histórias e suas famílias, que respeite os tempos do campo, os modos de convivência, as produções locais. Uma educação infantil que permita que a criança conheça os modos como sua comunidade nomeia o mundo, festeja, canta, dança, conta histórias, produz e prepara seus alimentos. Creches e pré-escolas com a cara do campo, mas também com o corpo e a alma do campo, com a organização dos tempos, atividades e espaços organicamente vinculados aos saberes de seus povos (Silva; Pasuch, 2010, p. 02).

Não se trata do direito a uma educação desvinculada do território, cunhada nos moldes urbanocêntricos, mas sim sobre uma educação que reconheça a inserção das crianças em determinado contexto com características particulares, que considere na proposta pedagógica todos os aspectos acima descritos, valorizando os sujeitos, suas experiências, sua cultura e seu território, que represente positivamente seu grupo e seu lugar de vida, para que construa uma identidade positiva. No entanto, mesmo com os marcos normativos, a Educação Infantil do Campo ainda enfrenta desafios na sua oferta, principalmente relativos à criação de vagas de

Educação Infantil nas escolas do campo, a presença de um modelo urbano de educação e o fechamento e nucleação das escolas. Considerando os vários obstáculos envolvidos em sua oferta, Rosenberg e Artes (2012) caracterizam a oferta da Educação Infantil no contexto rural como insuficiente, discriminadora e precária, revelando ainda uma significativa desigualdade no acesso à Educação Infantil entre áreas rurais e urbanas, com menor cobertura para crianças de 0 a 3 anos em áreas rurais.

E quem são as crianças que vivem no campo? Silva e Pasuch (2010) descrevem que como todas as crianças, as crianças do campo são sujeitos que brincam, imaginam, fantasiam, relacionam-se como o espaço, construindo sua identidade e autoestima, que sofrem e se alegram, mas são também crianças que possuem características próprias, modos particulares de brincar, de ser e de se relacionar, com rotinas e experiências fortemente ligadas à natureza e seus elementos: a terra, as águas, os animais, as plantas e as condições climáticas.

Com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), as especificidades do campo e suas infâncias passaram a dialogar com a Educação Infantil, reverberando no meio acadêmico e sendo contempladas em diversas pesquisas, como as descritas a seguir.

A partir das DCNEI, evidencia-se um campo que é composto por crianças assentadas, filhas de agricultores/as e que, desde bebês, estão inseridas em um espaço de lutas coletivas, conforme destaca a pesquisa realizada por Araújo e Silva (2013), ao acompanharem o dia a dia de Bárbara, uma criança de 10 meses, pertencente a uma comunidade rural assentada, situada na microrregião de Franca - SP, na qual estão presentes dois movimentos de luta pela terra: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra (MLST). Cuidada principalmente por uma mulher agricultora e líder do MST na comunidade, o estudo mostra uma infância em mobilidade, que em uma conjuntura de lutas, se apresenta em diferentes espaços e momentos, se fazendo presente em casa, na prefeitura e em outros acampamentos, estando também em reuniões e ocasiões de discussões políticas, que entre um colo e outro, é cuidada, participando de momentos de decisões coletivas, em um cotidiano de interações com pessoas de diferentes idades, uma infância marcada pela coletividade e o sentido de cooperação. As particularidades das infâncias em assentamentos do MST também se evidenciam na pesquisa realizada por Gobbi e Finco (2013), no assentamento Comuna da Terra Dom Tomás Balduino, em Franco da Rocha - SP. Através de desenhos e fotografias produzidos por crianças com idade entre 4 e 12 anos, as autoras buscaram compreender essas infâncias e seus cotidianos. As crianças registraram em fotografias as suas diferentes moradias e nos desenhos, um campo de futebol,

evidenciando-os enquanto conquistas. Também fotografaram diferentes animais e espaços, revelando momentos de brincadeiras ao ar livre, repletos de criatividade e liberdade. Assim, as narrativas visuais mostraram que as infâncias que se constituem nos assentamentos são pautadas na luta e na vivência coletiva, onde as crianças se relacionam com os espaços e as pessoas, tanto nas cirandas infantis, como nos momentos juntos aos colegas e familiares.

É o campo das meninas e dos meninos extrativistas, filhas/os de pescadoras/es artesanais, como mostram Aviz e Santos (2021), ao realizarem a escuta de crianças de uma comunidade da Amazônia Paraense, no município de Tracuateua. São crianças que brincam no caminho para a escola, cujas brincadeiras variam conforme o período das chuvas, relacionando-se diretamente com os rios e a terra. Pertencentes a famílias que mantêm o sustento familiar através de atividades como a pesca (predominantemente), a criação de bovinos, equinos, bubalinos e a agricultura de subsistência (sendo muitas delas também beneficiárias do Programa Bolsa Família), as crianças participam junto a elas dos diferentes momentos de trabalho, acompanhando as atividades de pesca, lavoura e cuidado dos animais. Marcantes em suas vidas, as crianças levam tais experiências para o ambiente escolar.

É composto também pelas crianças ribeirinhas, que como mostra Teixeira (2013) na pesquisa sobre as crianças ribeirinhas da Ilha do Combu, em Belém - PA, pode ser um lugar de participação das crianças em muitos momentos da comunidade, como no trabalho e nas atividades religiosas e de lazer. São sujeitos que brincam na escola e fora dela, utilizando materiais acessados na natureza, estendendo os momentos de diversão para a casa e tantos outros espaços da ilha (rio, igarapé, terreiro e matas), nos quais estão presentes diferentes aspectos da cultura local. São infâncias que mostram a importância da escola nesses territórios, considerando para isso o caso das crianças com interações limitadas devido ao isolamento geográfico e/ou que não possuem irmãos e irmãs, onde a escola torna-se ainda mais importante, viabilizando as interações com outras crianças.

Do mesmo modo, é o campo das infâncias indígenas, vivenciadas de múltiplas formas entre as diferentes etnias, como é apresentado no estudo de Silva (2013), que ao abordar as infâncias Kayapó-Xikrin e Xakriabá, destaca a centralidade da preocupação com a fabricação do corpo da criança desde bebê, havendo cuidados com a alimentação e a saúde, buscando formar um corpo forte e prevenir doenças que, quando surgem, são tratadas por meio de rezas e benzimentos. Nessas infâncias, estão também as crianças Maxakali, destacando-se pela participação na vida religiosa do seu grupo, no qual desempenha um papel de mediadora de diversas entidades cósmicas. Entre esses povos, o corpo da criança é cuidado pela família,

mas é também um corpo que participa de rituais e que aprende ao circular pelos diferentes espaços.

Sendo dessas e de outras, é também o campo das crianças quilombolas que, desde cedo, enfrentam diversos desafios cotidianos, principalmente relacionados ao racismo. Na pesquisa de dissertação de Silva (2018), vinculada ao PPGEd/UFCG, são apresentados aspectos das infâncias de crianças da Comunidade Quilombola Negros do Osso, localizada em Pesqueira - PE. O estudo mostra infâncias que, embora enfrentem dificuldades para acessar algumas políticas, existem e resistem no território, fazendo deste um espaço de vida e diversão, no qual estão presentes brincadeiras tradicionais, como empinar pipas e brincar com bolas de gude, que são escolhidas conforme as estações do ano. Na comunidade, a escola é vista como uma conquista importante e a oferta da educação para as crianças representa a esperança por dias melhores.

Assim como a dissertação de Silva (2018), outras pesquisas com, sobre e para as crianças do campo vêm sendo realizadas no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), vinculadas tanto a Linha 1, “História, Política e Gestão Educacionais”, quanto a Linha 2, “Práticas Educativas e Diversidade”. Ante o exposto, objetivando conhecer as infâncias do campo a partir das pesquisas realizadas no PPGEd/UFCG, ao qual esta dissertação está vinculada, foi efetuada uma busca no site do Programa, acessando as dissertações das Linhas 1 e 2, publicadas entre os anos de 2018 e 2024. Inicialmente, realizou-se a leitura dos títulos e resumos, buscando localizar os termos “crianças”, “infâncias”, “campo”, “Educação Infantil” e “Educação do Campo”. Quando estes não apareceram no título ou resumo, foram buscados no capítulo de caracterização do *lôcus* da pesquisa e caracterização dos sujeitos, bem como no capítulo de análises dos dados e nas considerações finais. Os critérios de inclusão foram pesquisas com e sobre crianças do campo e que estavam direta ou indiretamente relacionadas à Educação Infantil. A busca resultou na seleção de 13 dissertações, apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 2 - Dissertações do PPGEd/UFCG, relacionadas à Educação Infantil do/no Campo (2018-2024)

	Autoria e título da publicação	Ano
1	SILVA, João Estevão da. Escola Negros do Osso: concepções, práticas pedagógicas e significados culturais de uma comunidade quilombola em Pesqueira - PE.	2018

2	SILVA, Wanessa Maciel Ferreira da. A demanda por educação infantil do/no campo: a perspectiva das famílias do Assentamento Zé Marcolino, no Cariri paraibano.	2019
3	BARROS, Rosa Amélia de Queiroz. A gestão e a organização das escolas/turmas multisseriadas nos municípios de Barra de Santana e Boqueirão - Paraíba.	2020
4	SOUZA, Rayffi Gumercindo Pereira de. Educação infantil do/no campo: como a pré-escola vê e vive as culturas infantis?	2020
5	LEMOS, Janiéli Silvestre da Silva. Educação Infantil do e no Campo: a oferta de Educação Infantil para crianças que residem em áreas rurais de um município do brejo paraibano.	2021
6	VASCONCELOS NETO, José Euriques de. O direito à educação das comunidades campestres em contexto de fechamento de escolas públicas: uma análise a partir de Solânea - PB.	2021
7	EUFRASIO, Cintia Leticia Bittar de Araújo. Garantia do direito à educação escolar das comunidades quilombolas: desafios e perspectivas.	2021
8	MENDES, Elizabeth. A educação do campo no município de Queimadas-PB: política, caminhos e desafios.	2021
9	FARIAS, Danilo de Souza. O papel dos movimentos sociais pela efetivação do direito à educação do e no campo na Paraíba: resistências e proposições no período de 2010-2020.	2022
10	ANDRADE, Laurenice Gomes. A organização e a oferta da educação infantil para as crianças camponesas no município de Barra de Santana-PB.	2022
11	FARIAS, Tiago José Vasconcelos de. Política de nucleação das escolas no campo no município de Caraúbas-PB: contradições, desafios e perspectivas.	2022
12	BARBOSA, Maria Antonia Henrique. Os direitos das crianças na base nacional comum curricular da educação infantil: a perspectiva de docentes de uma escola do campo.	2023
13	BARBOSA, Liliane Monteiro. O direito à educação escolar indígena e a perspectiva ambiental: desafios decoloniais do bem-viver a partir das comunidades potiguaras da Paraíba.	2024

Fonte: elaborado pelas autoras (2024)

Após a seleção, as dissertações foram agrupadas de acordo com os principais temas abordados nos trabalhos, relacionados às crianças do campo, conforme exposto no quadro abaixo:

Quadro 3 – Principais temas abordados nas dissertações do PPGEd/UFCG, relacionadas à Educação Infantil do/no Campo (2018-2024)

Temas	Autores/as
Fechamento e nucleação das escolas do campo	Barros (2020), Vasconcelos Neto (2021), Eufrazio (2021), Souza Farias (2022), Vasconcelos de Farias (2022).
Oferta e demanda da Educação Infantil do/no Campo	Silva (2019), Lemos (2021), Mendes (2022), Andrade (2022), Monteiro Barbosa (2023), Henrique Barbosa (2023).
Brincadeiras e culturas infantis	Silva (2018), Souza (2020).

Fonte: elaborado pelas autoras (2024)

Algumas dissertações trataram, entre outros assuntos, do fechamento e nucleação das escolas do campo em municípios do estado da Paraíba, como a pesquisa realizada por Barros (2020), cujo objeto de estudo foi a gestão e a organização das escolas/turmas multisseriadas nos municípios de Barra de Santana e Boqueirão, na Paraíba, constatando, entre outros aspectos, que há uma concepção estereotipada sobre as turmas/classes multisseriadas, que são postas como um problema que geralmente é tratado com a nucleação/fechamento das escolas. O fechamento das escolas do campo também tem ocorrido em outros municípios, como aponta Vasconcelos Neto (2021) na pesquisa sobre o fechamento de escolas do campo em comunidades campesinas do município de Solânea-PB, resultando na necessidade de deslocamento das crianças para outras comunidades, para ter acesso à educação. Tal problema também está presente em comunidades quilombolas, como é possível notar na pesquisa de Eufrazio (2021) que, ao abordar os desafios e perspectivas da educação escolar para comunidades quilombolas na Paraíba, mostrou que a educação escolar quilombola enfrenta desafios como a falta de escolas e a nucleação, além da falha quanto ao cumprimento das Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Escolar Quilombola, com currículos que não contemplam as particularidades das comunidades onde as escolas estão inseridas.

A respeito desse quadro de fechamento e nucleação das escolas, Souza Farias (2022) abordou o papel dos movimentos sociais na efetivação do direito à educação do e no campo na Paraíba, no período de 2010 a 2020, mostrando a importância destes movimentos e de outros sujeitos políticos coletivos na luta em defesa da escola como um direito dos povos do campo, mobilizando-se ainda contra o fechamento dessas instituições. Nesse sentido, a pesquisa de Vasconcelos de Farias (2022), que teve como objeto de estudo a Política de Nucleação e o Direito à Educação do e no campo no município de Caraúbas-PB, revelou que a nucleação possui um caráter contraditório diante da garantia do direito dos povos do campo de terem acesso a uma educação dentro de suas comunidades. No município pesquisado pelo

autor, a nucleação das escolas tem se intensificado e é implementada sob um viés de desresponsabilização do Estado, como se as próprias comunidades fomentassem o fechamento das instituições.

A oferta e demanda da Educação Infantil do/no Campo também foram contempladas pelas pesquisas. Enquanto as dissertações de Lemos (2021), Mendes (2022), Andrade (2022), Monteiro Barbosa (2023) e Henrique Barbosa (2023) apresentaram diferentes aspectos relacionados à oferta da educação para crianças do campo em algumas cidades do estado da Paraíba, a dissertação de Silva (2019) tratou da demanda por esta em um assentamento. As pesquisas serão detalhadas abaixo.

A pesquisa realizada por Lemos (2021) abordou a oferta de Educação Infantil para crianças residentes em áreas rurais de um município do Brejo Paraibano. Os resultados mostraram que o município enfrentava desafios quanto a oferta da Educação Infantil para crianças, estando relacionados ao acesso, qualidade, as práticas pedagógicas implementadas, as especificidades da infância e a cultura das crianças do campo, apontando a necessidade de avanços na concretização das políticas, planejamentos e práticas pedagógicas da Educação Infantil do Campo. No estudo, ainda foram mencionados desafios enfrentados pela Educação Infantil durante a pandemia, os quais serão detalhados no capítulo 4.

A necessidade de avanços na concretização das políticas, planejamentos e práticas pedagógicas da Educação Infantil do Campo, como apontou Lemos (2021), também é evidenciada na dissertação de Mendes (2022), que teve como objeto de estudo os caminhos e desafios para a implementação das políticas de Educação do Campo no município de Queimadas-PB. Entre os principais resultados da sua pesquisa, é possível destacar que no município ainda havia a necessidade de oferta de formação continuada para professoras/es das escolas do campo e de implementação de políticas educacionais específicas para estas instituições, visto que, quando ocorria um ensino contextualizado, era por iniciativa das/os docentes e não por orientação oficial do município. Resultados semelhantes foram encontrados na pesquisa de Andrade (2022) que, ao buscar compreender como ocorria a organização e a oferta da Educação Infantil no campo no município de Barra de Santana-PB, apontou que haviam divergências entre a legislação e as políticas educacionais para as crianças, visto que, entre outros pontos destacados, algumas eram atendidas na sede do município, além de haver a inserção das crianças da Educação Infantil nas turmas multisseriadas, o que indicou a necessidade de maior conhecimento dos gestores sobre os marcos normativos da Educação do Campo. Também contribuindo com a discussão sobre a oferta da Educação Infantil no campo, ao analisar se e como docentes de uma pré-escola do

campo no município de Campina Grande-PB compreendiam os direitos das crianças, com ênfase nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BNCC-EI) (Brasil, 2018), Henrique Barbosa (2023) revelou em seus resultados que a BNCC-EI era conhecida pelos/as entrevistados/as, porém, estes/as não possuíam uma apropriação completa dos conceitos e direitos de aprendizagem e desenvolvimento (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se).

Embora a maioria das pesquisas sobre a oferta da Educação Infantil do/no Campo mostrem um desencontro entre as legislações e as reais condições, pesquisas como a de Monteiro Barbosa (2023) simbolizam o potencial do diálogo entre escola, comunidade e seus diferentes saberes. Assim, tendo como objeto de estudo o direito à educação escolar indígena no estado da Paraíba, apoiando-se nos princípios de uma educação ambiental pautada no Bem Viver, ao final da sua pesquisa, a referida autora considerou que, embora o termo Bem Viver ainda fosse desconhecido institucionalmente, as escolas que participaram do estudo desenvolviam uma educação pautada nos princípios deste e na cultura, com a adoção de uma pedagogia de projetos que visava fomentar a discussão ambiental na cultura potiguara, valorizando de igual modo os conhecimentos ecológicos desse povo.

Já a demanda por Educação Infantil no campo foi abordada na dissertação de Silva (2019). Sua pesquisa analisou a demanda por Educação Infantil do/no Campo de famílias do assentamento Zé Marcolino, no Cariri paraibano. Os resultados apontaram que questões estruturais, político-partidárias e pessoais influenciavam a decisão das famílias de matricular as crianças, no entanto, elas reconheciam a escola como um direito das crianças e lutavam para enfrentar obstáculos e garantir o direito à educação dentro do assentamento.

Entre os trabalhos que contemplaram as brincadeiras e culturas infantis está o de Silva (2018) (pesquisa descrita anteriormente), que apresenta aspectos das infâncias de crianças da Comunidade Quilombola Negros do Osso, localizada em Pesqueira-PE, mostrando que, embora enfrentem dificuldades diversas, divertem-se através das brincadeiras tradicionais nos espaços da comunidade. Olhando para as crianças, o *lócus* de pesquisa de Souza (2020) foi uma instituição educacional localizada na zona rural do município de Campina Grande-PB e as residências de 15 crianças, objetivando compreender como a pré-escola do campo vê e vive as culturas infantis, cujos resultados mostraram que as crianças possuem suas próprias culturas, apresentando uma relação forte com o campo, mas sem isolar-se do contexto urbano. Quanto a articulação entre a pré-escola e as culturas infantis do campo, notou-se que os modos de ser criança do campo não foram contemplados de modo suficiente nas práticas pedagógicas da instituição, mas que eram valorizados por agentes escolares como a

merendeira e o vigia, refletindo-se, principalmente, no preparo da alimentação ofertada na instituição.

As dissertações analisadas mostram que as pesquisas que vêm sendo realizadas no PPGEd/UFCG contribuem para pensar as crianças do campo, suas infâncias e a (não) efetivação dos seus direitos em diversas cidades do estado da Paraíba e em uma cidade do estado do Pernambuco, principalmente no que tange ao direito à educação. Enquanto algumas escolas do campo estão sendo fechadas, outras têm ofertado uma Educação Infantil que não contempla as particularidades das crianças e do território onde vivem. Ambas as condições evidenciam que embora haja conquistas no âmbito da legislação sobre a Educação do Campo e Educação Infantil do Campo, conforme visto no decorrer do presente capítulo, a maioria das pesquisas realizadas nos municípios mostram um distanciamento entre o legal e o real.

O próximo capítulo discorre sobre as crianças, infâncias e desigualdades, abordando o contexto da pandemia e seus impactos na vida das crianças, especialmente aquelas que compõem a população rural brasileira e que estavam vinculadas à Educação Infantil no período da crise sanitária.

4 Crianças, infâncias e desigualdades no contexto da pandemia da Covid-19

Neste capítulo, serão apresentadas as concepções de criança e infância, abordando igualmente um histórico das políticas destinadas a estas e seus entrelaces com as mudanças na concepção de infância, proporcionando uma base para que se compreenda sua emergência na contemporaneidade, que implicou em avanços no campo da legislação, mas que ainda enfrenta um desafio quanto a efetivação do acesso aos direitos. Como as crianças são afetadas pelas questões sociais, que incidem diretamente nas suas vidas, o capítulo também aborda a gestão da crise sanitária ocasionada pela pandemia da Covid-19 e como diferentes pesquisas têm explicitado ou, para melhor descrever, denunciado as desigualdades que tornaram-se mais incisivas nas vidas das crianças neste período, inclusive na vida das crianças do campo, violando seus direitos e ocasionando retrocessos de conquistas históricas. As desigualdades sociais, tão presentes em muitas infâncias, expressam os desencontros entre a legislação e o real acesso a direitos.

4.1 Infância e infâncias

A palavra infância remete a um período específico da vida humana, vivenciado por cada criança de maneira distinta. Mesmo quando estão na mesma faixa etária, as crianças diferem, havendo distinção inclusive quanto ao acesso a direitos como a educação e saúde, por exemplo. As infâncias, diversas, são compostas por crianças afetadas por diferentes questões sociais e de modo desigual. Sarmiento (2005) define a infância como uma categoria social do tipo geracional própria que, entretanto, é também marcada pela heterogeneidade, a partir da existência de diferenças entre as crianças de uma mesma geração, sendo assim impossível haver uma concepção única da infância, mediante as desigualdades presentes entre elas.

A história da construção social do conceito de infância tem sido relatada a partir da obra clássica de Ariès (1986), tornando-a a principal referência enquanto ponto de partida para compreender o surgimento do sentimento de infância. Conforme destaca Sarmiento (2007), a obra de Ariès recebe algumas críticas, e entre elas está a crítica ao fato de o autor abordar toda a categoria social infância com base em registros de documentos provenientes do clero e da nobreza, não considerando as classes sociais. Entretanto, apesar destas, a obra de Ariès é considerada referência e resultou em uma mudança significativa nos rumos da história

da infância e nos estudos da infância em geral, possibilitando indagações acerca das concepções e práticas sociais historicamente produzidas sobre as crianças, acerca do modo como a emergência ou as mudanças na concepção de infância alteraram as condições sociais de existência na sociedade, suas formas de vida e outras questões relativas à infância.

Embora a obra de Philippe Ariès seja um clássico no que se refere a pesquisas acerca do surgimento da concepção da infância moderna, Kuhlmann Jr. e Fernandes (2004), ao analisarem a evolução das representações da infância, consideram a tese desse autor como enigmática, com fundamentos insuficientes para assegurar a afirmação de que havia indiferença relativa às crianças na Idade Média. Baseando-se em outros estudos, os autores discordam dessa afirmação, destacando que em diversas culturas os adultos tinham consciência das particularidades infantis desde a Antiguidade, sendo esta percepção nítida no período medieval, expressando-se principalmente através do papel da mãe em relação à criança, que poderia ser de acolhimento, rejeição ou infanticídio, eventualmente. A concepção da infância como um ciclo específico da vida humana também é notada a partir da literatura medieval portuguesa, visto que na sociedade medieval a inserção da criança de 7 anos no mundo adulto ocorria de forma gradativa e por etapas, fato que inspirou a organização escolar por idade. Tais estudos evidenciam a necessidade de considerar as particularidades das sociedades quanto à concepção de infância e as práticas de cuidado e educação com as crianças para que não se universalize as particularidades da infância francesa para outros países que possuem diferentes condições históricas, sociais, culturais e geográficas, como no caso dos povos nativos brasileiros que “[...] também se podem encontrar evidências tanto de infanticídio quanto de cuidados e significados especiais para o período inicial da vida, como nas lendas indígenas que têm crianças como protagonistas” (Kuhlmann Jr.; Fernandes, 2004, p. 18). Com a mudança de pensamento cada vez mais aprofundada da sociedade em relação à infância, no decorrer dos séculos XIX e XX surgiram ações direcionadas às crianças no âmbito da legislação e das políticas públicas. O sentimento de infância moderno se intensifica e é marcado também pelo estabelecimento das instituições escolares como locais de aprendizagem, transformando a criança em aluno e definindo este aluno como criança, em prol do “prolongamento da infância”, embora fosse um local acessível a poucas crianças.

Na visão de Sarmento (2007), o interesse histórico pela infância e a referência histórica a esta surge de forma tardia. Junto a isso, houve também a ausência de uma problematização do conceito de infância no processo de construção científica do estudo da realidade social. A crença da infância enquanto "ser em devir" ocultou por muito tempo a complexidade da realidade social das crianças, resultando na marginalização conceitual da

ideia de infância, relacionando-se diretamente com a sua própria situação de marginalidade social. Todavia, embora se tenha avançado quanto à concepção de criança e nas pesquisas no campo da infância, na sociedade ainda há a prevalência da díade adulto-criança (Rosemberg, 1976), que se expressa em uma relação entre emissor e receptor, sendo o adulto o ensinante e a criança o aprendente. Desse modo, “Na sociedade-centrada-no-adulto a criança não é. Ela é um vir a ser. Sua individualidade mesmo deixa de existir. Ela é potencialidade e promessa” (Rosemberg, 1976, p. 1467). Há então uma visão ligada a um vir a ser, que a projeta como sujeito capaz de atingir ideais que adultos e sociedade ainda não atingiram. Kramer (2000) critica a visão que considera a infância enquanto esperança de um futuro melhor, que ignora o presente e suas reais condições econômicas e sociais, deixando para esse futuro as possibilidades de mudança. Em sua definição, as crianças são

[...] sujeitos sociais e históricos, marcados por contradições das sociedades em que vivem. A criança não é filhote do homem, ser em maturação biológica; ela não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em deixar de ser criança). Defendo uma concepção de criança que reconhece o que é específico da infância - seu poder de imaginação, fantasia, criação e entende as crianças como cidadãs, pessoas que produzem cultura e são nela produzidas, que possuem um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, subvertendo essa ordem. Esse modo de ver as crianças pode ensinar não só a entendê-las, mas também a ver o mundo a partir do ponto de vista da infância. Pode nos ajudar a aprender com elas (Kramer, 2000, p. 05).

Não raro, o discurso que proclama as crianças enquanto futuro do Brasil ainda é proferido, invisibilizando-as no tempo presente, como sujeitos sociais e históricos e ocultando sua condição de cidadã, possuidora de direitos que lhes devem ser garantidos desde bebês.

4.2 Pandemia da Covid-19

Em março de 2020, a OMS confirmou a circulação do SARS-CoV-2 por todo o mundo, sendo este o vírus responsável pela pandemia da doença denominada Covid-19. O que se imaginava ser provisório, transformou-se em uma batalha diária contra um inimigo invisível “a olho nu”, mas com grande potencial de contaminação e letalidade, principalmente entre as pessoas com comorbidades, consideradas grupos de risco para a doença.

O período que antecedeu a pandemia já apresentava efeitos do sucateamento das políticas sociais - essenciais em todos os tempos e mais ainda em tempos de crise - e anunciava tempos difíceis, que se concretizaram com a chegada do vírus.

O neoliberalismo, que adentrou em muitos países a partir dos anos 90 e, entre eles, no Brasil, vem servindo aos interesses do capital, contrapondo-se ao investimento em políticas sociais, acentuando as desigualdades sociais. Desde então, enquanto alguns governos se rendem aos anseios do capitalismo, outros (os governos progressistas) tentam mitigar as desigualdades produzidas por ele, ainda que o façam não de forma linear e sem tensões, mas sempre em busca da justiça social. A esse respeito, em estudo sobre as desigualdades no Brasil, Campello *et al.* (2017) faz uma análise do período compreendido entre 2002 e 2015, analisando os progressos do Brasil no que se refere à redução das desigualdades durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Os dados apontaram uma redução das desigualdades na educação, com o aumento de jovens pobres ingressando no ensino médio e superior. Nas áreas de infraestrutura, habitação e acesso a bens de consumo, a oferta de água, saneamento e energia elétrica, além da redução de domicílios precários e acesso a bens como geladeira e máquina de lavar foram avanços que impactaram diretamente na qualidade de vida da população brasileira, assim como o aumento da renda, ocorrendo principalmente entre os mais pobres. Quanto à saúde, os indicadores apontaram uma ampliação da cobertura dos serviços da área e do atendimento médico na atenção básica, registrando também a queda da mortalidade infantil. Tais governos, com investimentos em políticas sociais, reduziram a pobreza e as desigualdades no país. Entretanto, os avanços alcançados pelos governos progressistas e o modelo de desenvolvimento com inclusão foi interrompido em no ano de 2016, com a ascensão da agenda neoliberal no país (Campello *et al.*, 2017), uma agenda mais agressiva, que previa o desmonte do estado pela intensificação da privatização de empresas estatais.

O ano de 2016 ficou marcado pela ameaça à democracia, com o golpe de Estado que resultou na perda do mandato da então presidenta Dilma Rousseff. Após a destituição de Dilma, o vice-presidente Michel Temer assumiu o governo, adotando medidas em conformidade com as diretrizes da agenda neoliberal, com um pacote de reformas para o desmonte do Estado e privatizações, tendo como alvo principal a classe trabalhadora e a regressão das políticas sociais (Soares; Nobre, 2018). Entre as medidas adotadas pelo governo de Michel Temer, destacou-se a Emenda Constitucional nº 95/2016, também conhecida como PEC do teto dos gastos públicos. Essa política de austeridade fiscal limitou por 20 anos os gastos públicos, tendo sua vigência iniciada em 2017, afetando diretamente políticas essenciais, como a educação, saúde e proteção social.

Em janeiro de 2019, Jair Messias Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil, dando início a um governo de extrema direita, neoliberal e marcado por um caráter autoritário e

negacionista. A partir de março de 2020, com a oficialização da pandemia da Covid-19, na luta contra o inimigo invisível (o vírus) e visível (o então presidente), a batalha dos/as brasileiros/as pela vida diariamente ameaçada foi constante, principalmente entre a classe economicamente desfavorecida, principal destinatária das políticas que vinham sendo atacadas, compondo também a parcela da população mais impactada pelos efeitos da pandemia e, consequentemente, sendo a classe que mais demandou ações rápidas e efetivas do Estado, principalmente no início da crise sanitária.

Ao abordar a questão das políticas públicas emergenciais de auxílio do governo federal e, mais especificamente, as medidas adotadas pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, Bezerra (2021) afirma que este não demonstrou capacidade de organização para a assistência social e a grande expressão da desorganização dessas políticas deu-se através da assistência emergencial para grupos vulneráveis, com acesso por meio de conta digital e do cadastro via aplicativo “Caixa, auxílio emergencial”, evidenciando a desconsideração do governo com as condições de vida da população, visto que nem todas as pessoas tinham acesso a recursos digitais, como um smartphone, principalmente no início da pandemia. Por diferentes motivos, pessoas enfrentaram problemas para receber o Auxílio Emergencial, inclusive por terem dificuldade para acessar o aplicativo, deslocando-se então para as agências e postos de saque da Caixa em busca da resolução dos problemas, formando filas e aglomerações em um momento no qual o número de casos de Covid-19 era crescente no país. Como afirmam Marins *et. al* (2021)

As problemáticas de execução e de implementação do Auxílio Emergencial no Brasil prejudicaram enormemente os cidadãos vulneráveis. As longas horas na fila para cadastramento e recebimento do benefício, as dificuldades iniciais quanto ao CPF não regularizado, a demora no pagamento do Auxílio Emergencial, a instabilidade do site para cadastramento, a falta de recursos humanos no Centro de Referência de Assistência Social e a dificuldade de acessibilidade digital da população pobre indicam obstáculos relativos à garantia da cidadania e do acesso ao direito à assistência em momento de crise sanitária, econômica e social (p. 688).

Tais dificuldades para acessar direitos mostram a ausência de consideração e diálogo do governo federal com a sociedade e com a própria assistência social, cujos desdobramentos dos problemas apresentados na implementação do Auxílio Emergencial geraram uma sobrecarga nos servidores de um serviço que é essencial em todos os momentos e, especialmente, em períodos de crise. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é considerado a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e também

estava atendendo a outras demandas dos seus usuários, em detrimento dos impactos da pandemia. A respeito disso, a Assistente Social relatou durante a entrevista que

Assistente Social: [...] o problema foi justamente esse: que as pessoas tiveram acesso pelo aplicativo e faziam seu próprio cadastro, né, sem uma avaliação social, pra ver realmente a questão dos critérios e é tanto que tá tendo um reflexo hoje. Porque agora tá tendo um monte [de benefícios] de [família] unipessoal bloqueado devido na época da pandemia, que o governo Bolsonaro, ele criou essa “brilhante” estratégia, que agora, infelizmente, está refletindo realmente naqueles que mais precisam, que moram sozinhos, mas que tá todo mundo bloqueado.

Pesquisadora: É, assim, o pessoal chegava muito para vocês auxiliarem naquela questão de baixar o aplicativo, ter acesso?

Assistente Social: Não diretamente pra mim, né? Mas pra [...], que é diretamente da coordenação do Bolsa Família, a gente sempre via.

Portanto, a incapacidade de organização e a falta de planejamento da política de assistência social pelo governo Bolsonaro, como afirma Bezerra (2021), foi também evidenciada pela Assistente Social entrevistada, mostrando que, para além das consequências imediatas naquele período (dificuldade de acesso a auxílio por meio de conta digital, cadastro via aplicativo e sobrecarga dos serviços), outras surgiram no pós-pandemia, como o bloqueio de benefícios de famílias unipessoais, iniciado no ano de 2024, que realmente estavam/estão em situação de vulnerabilidade.

Ao tratar das políticas de assistência social nesse período, Bezerra (2021) enfatiza uma característica marcante do governo Bolsonaro, que foi a construção de resoluções extremamente verticais, que incluía a participação dos seus aliados e excluía do diálogo os movimentos sociais ou setores organizados e interessados no tema. Das decisões verticalizadas do governo, surgiu a proposta do valor de R\$ 200 para o auxílio, por três meses, mas que em virtude das mobilizações de organizações, movimentos, cidadãos e parlamentares, foi aprovada a Renda Básica Emergencial através da Lei 13.982/2020, com a proposta de um auxílio no valor de R\$ 600,00 e de R\$ 1.200,00 para mães-solo que estivessem na condição de trabalhadoras informais, autônomas ou micro empreendedoras individuais, durante três meses, prazo que poderia ser estendido a partir da situação da pandemia (Marins *et al.*, 2021).

Considerando a dificuldade que muitos sujeitos possuem para acessar até mesmo os direitos mais básicos, tornando a vida árdua, os tempos de crise sanitária mostraram ainda que

A pandemia se alimenta da desigualdade, muitas vezes matando pessoas pobres e historicamente desfavorecidas a taxas mais altas do que em relação às pessoas ricas

e privilegiadas. Isso não é um acidente, é o resultado de decisões políticas e econômicas tomadas considerando o interesse de poucos (Oxfam, 2020, p. 24).

As decisões políticas e econômicas que vinham sendo tomadas pelos governantes brasileiros, respondendo aos interesses do capital, fizeram da pandemia um período de intensificação das desigualdades e de muitos outros problemas, fazendo com que o país passasse por tempos sombrios, como descrito por Albino (2021), ao pontuar que

A desqualificação da política, a instabilidade e insegurança institucionais e o ambiente de terror são a marca do Brasil em tempos sombrios. Em relação ao terror, muito pode ser dito, a exemplo das manifestações pró-ditadura, louvores ao AI-5, passando pelo fundamentalismo cristão, *fake news*, o fechar os olhos para queimadas, desmatamentos e incentivo ao uso de agrotóxicos, culminando com o total descaso em relação à Pandemia (Covid-19) (p. 63-64).

Portanto, o caráter negacionista e extremista do então presidente resultou em um cenário de ataques à democracia, ao meio ambiente e à ciência, havendo também a disseminação de *fake news* e gestão ineficiente da pandemia.

A má gestão da crise sanitária pelo presidente Bolsonaro foi provada pelos registros apresentados no relatório final da CPI da Pandemia, divulgado em 2021. Conforme o relatório, havia um gabinete paralelo formado por pessoas (médicos, políticos e empresários) que não ocupavam cargos públicos e nem mesmo a pasta da Saúde, mas que aconselhavam o presidente quanto às medidas a serem tomadas em relação à pandemia. O negacionismo diante do cenário catastrófico se expressou através de falas do presidente minimizando a gravidade da doença causada pelo vírus, desencorajando a população quanto ao uso de máscara, álcool e adoção das medidas de distanciamento social, recomenda pela Organização Mundial da Saúde (OMS), buscando atingir a chamada “imunidade de rebanho”, incentivando igualmente o uso de tratamento precoce contra a covid, com medicamentos de ineficácia comprovada, como a cloroquina, ivermectina, azitromicina etc. O então presidente também não foi ágil quanto à aquisição de vacinas e envio de testes, por parte do Ministério da Saúde, para estados e municípios (Senado Federal, 2021).

A ineficiência do governo Bolsonaro, também no processo de aquisição de vacinas, contribuiu para uma maior propagação do vírus da Covid-19 e, conseqüentemente, dos óbitos, situação que foi sendo amenizada a partir do início da campanha de vacinação, como explicitado pela Enfermeira entrevistada, que em um dos relatos sobre o período pandêmico, afirmou que

Enfermeira: [...] foi bem difícil, mas a partir do momento que a vacinação chegou, a gente evitou muitos óbitos, comparado a outras regiões do Brasil, né isso? E eu estava à frente da vacinação e pra mim foi muito satisfatório vacinar aquela quantidade de pessoas e evitar que famílias perdessem seus entes queridos e, Andrêssa, foi... é inesquecível aquela época do Covid e que a gente... hoje em dia nós estamos com a vacinação ativa e a gente faz essa divulgação para que não venha a acontecer mais aquele sofrimento que foi no ano de 2020 e 2021.

Enfermeira: Nós dividíamos os dias de vacinação através das faixas etárias. Nós começamos com profissionais de saúde, depois idosos, gestantes... e assim sucessivamente, até chegar a época das crianças.

Pesquisadora: Houve uma adesão satisfatória da população do campo à vacinação?

Enfermeira: Com certeza. Havia dias que nós vacinávamos oitocentas pessoas. As filas iniciavam à meia-noite do dia anterior e nós finalizávamos o serviço às cinco horas da tarde do dia seguinte.

A Enfermeira aponta a pandemia como uma época inesquecível, demarcando os anos de 2020 e 2021 como um período de sofrimento. Nesse contexto, com o atraso na aquisição das vacinas, grandes números de óbitos eram registrados diariamente. Pensando nas crianças, embora, inicialmente, elas não tenham sido incluídas como público-alvo da campanha de imunização contra a Covid-19, os adultos responsáveis por estas estavam. É importante questionar: quantas vidas foram perdidas por conta do atraso na aquisição das vacinas? Quantas crianças ficaram órfãs e tiveram que lidar com mais uma dor ocasionada pela pandemia da Covid-19?

A partir de (Unwin *et al.*, 2022), Lopes (2023) aponta que, de acordo com uma pesquisa estatística acerca da orfandade associada à Covid-19 em 21 países, publicada em abril de 2022 na revista científica *The Lancet*, no Brasil, entre março de 2020 e abril de 2021, aproximadamente 169.900 crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos ficaram órfãos (monoparental ou bilateral⁵) de seus principais cuidadores (como pai, mãe e avós), em razão da Covid-19. Ao analisar esse cenário, Lopes (2023) define a pandemia da Covid-19 como um fenômeno socioepidemiológico gerador de problemas sociais, inserindo-o para além de um problema sanitário, ao apontá-lo também como fenômeno social que impactou de modo profundo as dinâmicas familiares, ocasionando amplas consequências sociais

Diante da crescente propagação do vírus, a ausência de investimentos, planejamento e medidas efetivas de combate à Covid-19 ocasionou um número elevado de óbitos, infecção e

⁵ De acordo com Lopes (2023), a orfandade monoparental caracteriza-se pelo falecimento pela Covid-19 do único responsável legal e/ou cuidador principal da criança e/ou adolescente. A orfandade bilateral, por sua vez, é uma situação na qual se insere a criança e/ou adolescente cujos pais (biológicos ou adotivos), responsáveis legais e/ou cuidadores principais faleceram, sendo ao menos um destes óbitos ocasionados pela Covid-19.

colapso do sistema de saúde, como no trágico caso de Manaus. Consequentemente, as medidas ineficazes e amplamente divulgadas pelo presidente - que recorrentemente tentou desacreditar a ciência, a vacina e medidas de combate ao vírus - influenciaram os comportamentos das pessoas diante da crise, contribuindo com a propagação do vírus. O Brasil experienciou assim uma necropolítica (Mbembe, 2018), uma política de soberania que dita quem pode viver e quem deve morrer, que visa a destruição de corpos e populações. Assim sendo, brasileiros e brasileiras viveram em meio a uma política de fazer viver e deixar morrer.

O posicionamento extremista e negacionista do então presidente ocasionou uma ausência de diálogo com gestores/as que mostravam-se favoráveis às medidas de contenção do vírus. Nesse momento, o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste) mostrou-se essencial na gestão pactuada da crise na região.

O Consórcio Nordeste foi criado em 2019, momento no qual o governo Bolsonaro se iniciava e instaurava-se uma conjuntura política contrária aos interesses da região. Neste momento, havia uma governadora e oito governadores que faziam oposição ao então presidente. Desse modo, a pactuação do Consórcio entre os governadores dos nove estados da região, com identidade regional, visava e ainda visa o fortalecimento regional, o aprimoramento dos serviços públicos e a promoção dos direitos da população nordestina, almejando o desenvolvimento regional sustentável, com justiça e inclusão social. Como instrumento de gestão pública, a iniciativa surgiu e propôs ações conjuntas em momento de crise política e econômica, com um discurso baseado nas instituições de fomento ao desenvolvimento, possuindo um fundo constitucional e com relações intergovernamentais em nível estadual e articulação de lideranças políticas, demonstrada através do Fórum dos Governadores. Sendo o primeiro consórcio entre estados federados no Brasil, o ineditismo do Consórcio Nordeste também se faz pela horizontalidade das relações intergovernamentais (Clementino, 2019).

Conforme explica Clementino *et al.* (2020), durante a pandemia, com a ausência de diretrizes nacionais e a dificuldade da União para coordenar o combate ao vírus da Covid-19, a preexistência do consórcio, através da cooperação, se apresentou como uma estratégia para o enfrentamento da crise sanitária.

Em março de 2020, o Consórcio Nordeste iniciou uma atuação direcionada ao combate à pandemia, mostrando seu posicionamento através da publicação de duas cartas: a primeira, referindo-se ao combate à Covid-19, ressaltou o interesse do consórcio em atuar em conformidade com as evidências científicas, seguindo as orientações de órgãos especializados

em saúde pública, como a Organização Mundial da Saúde (OMS). A segunda carta, intitulada “a favor da vida”, expressou a consolidação de uma frente de combate ao vírus da Covid-19 na região Nordeste, reforçando também a importância das medidas de isolamento social. Ainda neste período, foi criado o Comitê Científico de Combate ao Coronavírus (C4NE), composto por representantes dos estados nordestinos, assessorados por cientistas e médicos brasileiros e do exterior. No mês de abril, houve então o lançamento de aplicativo de monitoramento, o Monitora Covid-19, no qual os usuários da plataforma reportavam os sintomas que apresentavam, tendo assim o seu caso acompanhado, viabilizando a atualização das informações sobre os casos de Covid-19 (Clementino *et al.*, 2020). Adotado inicialmente pela Bahia, Sergipe, Paraíba, Maranhão e Piauí, através do aplicativo, os usuários respondiam a um questionário, registrando a presença de sintomas. Ao final, o paciente era classificado como tendo risco nulo, baixo, significativo ou alta infecção pelo vírus da Covid-19. Neste último caso, o paciente recebia atendimento por telemedicina. Por utilizar o georreferenciamento dos usuários, o aplicativo possibilitava atualizações quanto à localização dos novos casos de Covid-19. Posteriormente, o aplicativo foi usado por usuários em todo o país (Nicolelis, 2021).

Entre as medidas implementadas pelo Consórcio Nordeste, uma delas se destaca: a criação do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus (C4NE), que ganhou notoriedade nacional e internacional. Conforme Nicolelis (2021), o C4 foi formado por representantes dos estados nordestinos, indicados pelos governadores, assim como por especialistas das áreas científicas e médicas. Criado para oferecer orientações sanitárias e científicas para auxiliar nas decisões tomadas pelos gestores públicos do Nordeste no combate à propagação do vírus e redução do número de óbitos em decorrência deste, o C4 publicou boletins com diferentes recomendações. Em 2020, O C4 posicionou-se a favor das medidas de isolamento social adotadas por gestores estaduais e municipais e do aumento das testagens de passageiros em rodoviárias e aeroportos, defendendo também ações governamentais que oferecessem apoio material e financeiro às famílias que deles necessitassem, bem como para pessoas em situação de rua e pequenos comerciantes. Posicionou-se também a favor da ampliação de redes de colaboração científicas entre os estados nordestinos, articulando as fundações de amparo à pesquisa dos estados. Entre as várias recomendações e propostas feitas através da publicação de boletins, algumas delas foram: adoção do uso de máscaras de confecção caseira; posicionamento contrário ao uso de qualquer medicamento para tratamento da Covid-19 sem comprovação clínica; instalação de barreiras sanitárias rodoviárias, realizando a testagem e avaliação dos viajantes; desinfecção de lugares públicos, veículos e passageiros; maior

proteção às equipes de saúde; medidas para lidar com a falta de ventiladores nos hospitais; aumento do suporte financeiro das fundações de amparo à pesquisa da região Nordeste; adoção de *lockdown*; criação de “fila única” para leitos de UTI; aumento da testagem para dengue e Covid-19; propostas para combater o impacto socioeconômico da pandemia e propostas relativas à prevenção e combate à violência contra crianças e adolescentes no Nordeste. Outra proposta importante foi relativa à criação de Brigadas Emergenciais de Saúde em todo o Nordeste, para que grupos de profissionais da saúde visitassem domicílios em busca de casos da Covid-19. A proposta também incluía a revalidação de diplomas médicos por meio das universidades estaduais, para recrutar médicos brasileiros formados em outros países. Através dos dados obtidos pelo Monitora Covid-19, foram identificados os pontos com novos focos de infecção pelo vírus, apontando os municípios e os bairros que deveriam ser visitados pela Brigada de cada estado. Entretanto, é importante assinalar que a implantação das Brigadas foi desigual entre os estados.

Entre as contribuições do Consórcio Nordeste para as crianças e suas infâncias, destaca-se a criação do Programa Nordeste Acolhe, uma política pública implementada no âmbito do Consórcio Nordeste. Lopes (2023) aborda que o Programa Nordeste Acolhe foi instituído para impulsionar as políticas públicas de proteção social aos órfãos pela Covid-19 na região Nordeste. O primeiro programa governamental de proteção social aos órfãos da Covid-19 na região foi o Programa Cuidar, do estado do Maranhão, criado em 8 de julho de 2021, antecedendo a promulgação do Nordeste Acolhe (19 de julho de 2021). Posteriormente, a iniciativa foi se expandindo e o primeiro programa oriundo do Nordeste Acolhe foi o Paraíba que Acolhe, criado em 14 de setembro de 2021. Em 22 de outubro de 2021, foi criado o Programa Nordeste Acolhe - Piauí. Em 28 de setembro de 2021, foi criado no estado de Pernambuco o Benefício Continuado Pernambuco Protege. Em 28 de outubro de 2021, o estado de Sergipe criou o Sergipe Acolhe e em 04 de janeiro de 2022, o estado do Rio Grande do Norte também aderiu às iniciativas dos demais, criando o Programa RN Acolhe. Embora os programas ofereçam um auxílio financeiro às crianças e adolescentes órfãos da Covid-19, baseando-se em critérios específicos quanto à orfandade, houve variações também no valor dos auxílios, sendo que as iniciativas não se limitaram à transferência financeira, pois também abordam ações voltadas para a proteção social dos sujeitos beneficiários (Lopes, 2023). Portanto, o Nordeste Acolhe foi uma ação coletiva dos estados da região Nordeste para mitigar os efeitos sociais da pandemia da Covid-19.

Ampliando as ações, o Comitê Científico de Combate ao Coronavírus criou nove subcomitês temáticos, formados por seus membros e por especialistas brasileiros. Estes

estavam principalmente ligados à área da saúde, abrangendo também, entre outras áreas, a área da pesquisa científica, havendo igualmente um subcomitê de políticas públicas de intervenção econômico-sociais, que elaborou uma lista para a população e para os gestores público, apresentando os programas assistenciais ofertados pelo governo federal. Para ampliar o número de colaboradores, o C4 criou um programa de voluntariado, o denominado Projeto Mandacaru, divulgando através de redes sociais uma chamada para voluntários das áreas dos subcomitês, bem como de outras áreas que colaborassem diretamente com o projeto. Entre os colaboradores, a presença de tradutores voluntários para a tradução em português de artigos científicos e de mídia internacional redigidos em diversas línguas foi essencial para que o C4 os publicasse no site oficial. Além desta, muitas outras ações do projeto (desenvolvido por meio de uma plataforma virtual de colaboração científica) colaboraram com o C4 (Nicoletis, 2021).

No âmbito do Consórcio Nordeste, outra ação do Projeto Mandacaru, conforme destaca Leal (2021), foi a defesa dos direitos das crianças quanto ao retorno à creche, à pré-escola e à escola, registrada na publicação realizada em julho de 2020, intitulada “Caderno de Direitos [2020]: Retorno à creche e à escola – direitos das crianças, suas famílias e suas/seus educadoras/es (gestoras/es, professoras/es e funcionárias/os)”, produzida pela Frente Nordeste Criança, organizada por Ana Maria Mello, Fauston Negreiros e Cleriston Izidro dos Anjos e publicada pela Editora da Universidade Federal do Piauí (EDUFPI). A Frente Nordeste Criança foi formada por vários representantes da região Nordeste, das Redes Estaduais Primeira Infância, dos Fóruns de Educação Infantil que compõe o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB), por representantes do Conselho Federal de Psicologia, das ONGs Avante e Campanha Nacional pelo Direito à Educação, por universidades públicas do Nordeste e de São Paulo e por pesquisadores e estudantes de diversas áreas que integraram o Projeto Mandacaru e atuaram no Círculo Temático Violência e Direitos Humanos (Leal, 2021).

O site do Consórcio Nordeste noticiou em 2023 o encerramento das atividades do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus no dia 05 de junho de 2023. Embora o C4 fosse órgão consultivo, atuou na tentativa de mitigar o impacto da pandemia no Nordeste e em todo o país, assumindo também compromisso com a transparência e divulgação de informações com base científica. A criação dos subcomitês, especialmente do subcomitê da área de políticas públicas de intervenção econômico-social, evidenciou a importância de, em meio a uma pandemia, considerar seus impactos para além das infecções. O chamado para a colaboração entre ciência, gestão e sociedade civil no enfrentamento à uma crise sanitária

situada em meio a um posicionamento político negacionista e antidemocrático do presidente, com disseminação de *fake news* e ataque a ciência, mostrou-se fulcral para reduzir os contágios, óbitos e demais impactos da pandemia, demonstrando igualmente a importância das pesquisas científicas de diferentes áreas do conhecimento.

Óbitos, desemprego, fome, desigualdades, falta de leitos em hospitais e até de respiradores... a tragédia anunciada se concretizou, ainda que gestores/as tenham se esforçado para amenizar os impactos da crise que chegou em um momento de políticas fragilizadas pela ausência de investimentos adequados. Cada brasileiro e brasileira, de cada geração, pertencentes a diferentes etnias, da diferente cor/raça, residentes nas diversas regiões, com distintas famílias, moradias e condições de vida, cada pessoa viveu uma pandemia. Em cada família, crianças que tiveram suas rotinas alteradas pela necessária adoção do distanciamento social, afastando-se da escola, instituição que faz parte do seu cotidiano. As desigualdades resultam em crianças vivenciando diferentes infâncias, sendo possível afirmar que, para muitas, este período foi ainda mais difícil.

Dados disponibilizados pela Secretaria de Saúde do município pesquisado mostram que, no decorrer dos anos de 2020 e 2021, de modo geral (sem distinção entre campo e cidade) 32 crianças, com idade entre 0 e 12 anos, foram diretamente afetadas pela pandemia, testando positivo no exame para Covid-19, conforme os quadros abaixo:

Quadro 4 - Número de crianças que testaram positivo para Covid-19 no município pesquisado, no ano de 2020

Ano: 2020	
Nº total de notificações: 326	
Faixa etária	Nº de notificações
0 a 3 anos	01
4 a 6 anos	01
7 a 12 anos	08
Total de crianças que testaram positivo para Covid-19: 10	

Fonte: Secretaria de Saúde do município (2024)

Os dados mostram que, no decorrer do ano de 2020, o município registrou um total de 326 testes positivos para Covid-19. Entre estes, embora tenha havido casos de crianças com idade entre 0 e 6 anos, o maior número foi registrado entre as crianças de 7 a 12 anos.

Quadro 5 - Número de crianças que testaram positivo para Covid-19 no município pesquisado, no ano de 2021

Ano: 2021	
Nº total de notificações: 245	
Faixa etária	Nº de notificações
0 a 3 anos	03
4 a 6 anos	08
7 a 12 anos	11
Total de crianças que testaram positivo para Covid-19: 22	

Fonte: Secretaria de Saúde do município (2024)

Quanto ao ano de 2021, o município registrou um total de 245 testes positivos para Covid-19, o que indica um decréscimo no número de casos, quando comparado ao ano de 2020 (326 casos). No entanto, o ano de 2021 registrou o maior número de casos de Covid-19 entre crianças de 0 a 12 anos, ou seja, pouco mais que o dobro, quando comparado ao ano anterior. De modo geral, houve mais casos entre as crianças de 07 a 12 anos.

Na entrevista, quando questionada sobre casos de Covid-19 entre a população do campo e suas crianças, a Enfermeira respondeu que foram registrados casos entre a população, com alguns testes de resultado positivo também para as crianças. A esse respeito, a Professora afirmou que, na escola onde trabalha:

Professora: Até mesmo antes das aulas serem suspensas, algumas crianças pegaram Covid, sim, e ficaram em casa. Aí, depois que foi pegando num maior número de crianças, aí foi que foram suspensas as aulas. Mas as crianças chegaram a pegar, eu cheguei a pegar a Covid, ainda dando aula, ainda uma vez.

Pesquisadora: As [crianças] pequenininhas também ou só as maiores?

Professora: Não, não. Foram os maiorzinhos, já do Fundamental.

Portanto, embora os dados disponibilizados pela Secretaria de Saúde do município não indiquem a localização geográfica dos pacientes, as entrevistadas pontuam que crianças residentes em áreas rurais do município também foram diretamente afetadas pela pandemia, através da infecção pelo vírus causador da Covid-19.

No município, entre 2020 e 2021, 32 crianças testaram positivo para Covid-19, porém, para além da infecção, de quais outras formas a pandemia afetou a vida dessas e de outras crianças, inclusive aquelas que não foram infectadas pelo vírus causador da doença?

Ao fazer uma análise sobre as desigualdades e a pandemia na vida das crianças brasileiras, Macedo (2020) enfatiza que a crise do capital impõe sacrifício aos trabalhadores para que a burguesia consiga manter seus lucros e os bancos sigam alimentando a especulação financeira do mercado globalizado. Com a crise sanitária, as desigualdades sociais se intensificaram, ocasionando também a queda na renda de famílias que possuíam trabalho autônomo ou informal. Quanto à área da saúde, a pandemia chegou em um momento em que, mediante políticas neoliberais, o sistema de saúde de muitos países, inclusive do Brasil, estava sucateado.

Tendo em vista a intensificação das desigualdades sociais durante a crise sanitária, ao ser questionada se as famílias do campo procuraram a Secretaria de Trabalho e Ação Social durante a pandemia, a frequência da procura e as demandas mais recorrentes, a Assistente Social declarou que:

Assistente Social: Sempre, elas sempre procuraram. Nunca deixaram. Claro, da zona urbana sabe que é bem mais frequente, mas a zona rural, sempre. E a gente tem, assim, umas comunidades aqui que são bem extremas, com extremas necessidades [...].

Este e outros relatos contidos nas entrevistas concedidas pelas profissionais, proporcionaram conhecimentos acerca de determinados aspectos relativos às áreas rurais do município e, entre eles, as situações de vulnerabilidade extrema, presentes em algumas comunidades tanto durante a pandemia, como no período que a antecedeu.

A Assistente Social relatou ainda sobre a situação de algumas famílias do campo com crianças que, mesmo com os atendimentos restritos, procuraram a Secretaria de Trabalho e Ação Social:

Assistente Social: [...] a maior demanda aqui, realmente, era de benefícios eventuais, famílias que já não tinham um sustento, já não tinham uma renda que comportasse, né, o sustento da família e, nessa pandemia, na pandemia é que foi que se agravou a situação, principalmente da questão econômica e os principais, os maiores benefícios, os principais benefícios sociais que saíram daqui, realmente, foi o auxílio alimentar, principalmente nas casas, nas famílias que tinham crianças, aí a gente procurava sempre, assim, fazer o máximo pra assistir essas famílias, mas a maior demanda, realmente, foi das famílias com crianças em casa.

A grande demanda por benefícios eventuais, principalmente o auxílio alimentar, mostra que a pandemia agravou a situação de vulnerabilidade de famílias com crianças em sua composição, de modo que a renda de muitas delas foi insuficiente para arcar com as despesas básicas do lar.

A situação de insegurança alimentar que afetou as crianças e suas famílias durante a pandemia já era uma realidade vivenciada em muitos territórios rurais do município antes da crise sanitária, inclusive na comunidade onde atua a Professora entrevistada que, quando questionada se as famílias relataram sentir falta da alimentação escolar, pelo fato de não terem naquele momento a merenda preparada na escola, a referida afirmou que:

Professora: Falava que estava fazendo muita falta, mesmo porque tem criança que, assim, é de fazer dó, porque chegavam na escola e, assim, fica... o lanche é de nove horas, né, aí de oito e meia já tá: “aí, tia, eu tô com fome, porque não tem lanche, porque eu não comi nada em casa...”, e nem comeu nada em casa e nem trouxe nenhum lanche. Sim, e aí, você vai fazer o que? Tá entendendo? Aí já aconteceu de eu ir na vizinha, pedir um biscoito, pra poder suprir... fome é fome, então, assim, vamos matar a fome. Aí eu falei: “mulher, tem um aluno que não veio [alimentado]... que não trouxe lanche, que não sei o quê, vamos lá, dá pra dar um biscoitinho a ele?”.

O relato da Professora descreve uma situação do cotidiano de sua sala de aula, na qual as crianças já chegavam na escola com fome mesmo fora do período da pandemia da Covid-19.

Analisando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2017), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Macedo (2020) registra que as crianças pequenas já eram as mais afetadas pela pobreza e desigualdades antes da pandemia, porém, essas condições foram intensificadas nesse período, resultando também na violação de seus direitos.

Quando questionada se durante os atendimentos, famílias do campo relataram ter tido alguma dificuldade para ter acesso à água potável, alimento ou a outros insumos e a serviços, durante a pandemia, a entrevistada detalha as condições de renda de muitas famílias, fazendo a seguinte afirmação:

Assistente Social: Devido a não ter emprego, quase 100% deles se mantêm apenas com o Bolsa Família, então poucos, aqueles que ainda trabalhavam, com o que eles chamam os bicos, né, estavam todos parados e, infelizmente, teve essa vulnerabilidade extrema, que foi principalmente essa questão da alimentação e... foi pesado.

Assistente Social: A família, realmente, não estava conseguindo dar o mínimo, que era a alimentação.

Em mais um relato da Assistente Social do município sobre as condições nas quais as famílias estavam enfrentando a pandemia, a questão da insuficiência de renda e, consequentemente, da insegurança alimentar são apontadas. Com a crise sanitária, as ofertas

de vínculos informais e temporários diminuíram, os chamados “bicos”, que complementavam a renda de algumas delas. Nesse trecho, é destacada a importância do maior programa de transferência de renda do Brasil: o Programa Bolsa Família (PBF). O PBF realiza transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e, como pontua Hespanhol (2014), o PBF, junto a aposentadoria rural, são benefícios sociais importantes para a redução da pobreza rural. Ante o exposto, mesmo não suprimindo a necessidade total das famílias, o PBF se fez/faz crucial, sendo a única fonte de renda da maioria delas.

São as crianças que compõem essas famílias que, durante a pandemia, estiveram por trás das telas, receberam atividades impressas e estão hoje nas creches e escolas. São os corpos-infância do campo, quilombolas, indígenas e das periferias urbanas, corpos-infância invisibilizados que, como defende Arroyo (2012), com seus diferentes modos de ser criança, interrogam nosso olhar para as infâncias, nossas práticas educativas e a nossa ética profissional. Ao centrar o olhar nestes sujeitos, Arroyo (2012) reflete que neles estão presentes as desigualdades sociais (de classe) e a diversidade de territórios, de relações sociais, diversidade étnica, racial, de geração, de gênero. No cotidiano da sala de aula, estão presentes esses corpos-infância, marcados pela coexistência das desigualdades sociais e das diversidades socioculturais. O olhar para esses corpos-infância exige uma visão para além das paredes das creches e escolas.

A Covid-19 alterou toda a estrutura social, afetando os modos de vida, relações e o comportamento das pessoas. Com a crescente disseminação do vírus, houve a necessidade de fechamento das instituições escolares. As atividades escolares presenciais foram suspensas em março de 2020 e, no início de 2021 (período de matrículas), ainda continuavam. Uma análise dos dados referentes às matrículas na Educação Infantil, com foco nos anos de 2020, 2021 e 2022, buscando compreender como os números variam e indagando-os sobre os motivos de suas variações, pode indicar possíveis reflexos da pandemia nas infâncias do município, conforme as tabelas apresentadas abaixo.

Quadro 6 - Número de matrículas totais na Educação Infantil (2016-2022)

EDUCAÇÃO INFANTIL						
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
486	449	406	405	381	368	379

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Básica

Os dados da tabela mostram que, em relação ao ano de 2016, as matrículas totais na Educação Infantil do município registraram um movimento de queda, atingindo o menor número em 2021, mas voltando a apresentar um pequeno aumento no ano de 2022.

Quadro 7 - Número de matrículas na divisão creche por tipo de instituição (2016-2022)

CRECHE							
TIPO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
FEDERAL	0	0	0	0	0	0	0
ESTADUAL	0	0	0	0	0	0	0
MUNICIPAL	133	117	130	146	113	137	147
PRIVADA	24	24	22	9	7	9	10
TOTAL	157	141	152	155	120	146	157

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Básica

Tomando por base o ano de 2016, o número total de matrículas na creche apresentou queda em 2017, voltando a crescer em 2018 e 2019, declinando em 2020, mas retomando com o crescimento nos anos de 2021 e 2022. As matrículas em creches da rede municipal seguiram o mesmo movimento das matrículas totais, apresentando declínio (2017 e 2020) e crescimento (2018, 2019, 2021 e 2022) ao longo da série histórica. Na rede privada, o número de matrículas na creche apresentou queda entre 2018 e 2020, registrando um pequeno aumento em 2021 e 2022.

Quadro 8 - Número de matrículas na divisão pré-escola por tipo de instituição (2016-2022)

PRÉ-ESCOLA							
TIPO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
FEDERAL	0	0	0	0	0	0	0
ESTADUAL	0	0	0	0	0	0	0
MUNICIPAL	257	244	191	197	221	206	187
PRIVADA	72	64	63	53	40	16	35
TOTAL	329	308	254	250	261	222	222

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Básica

Os dados do quadro mostram que o número total de matrículas na pré-escola estava diminuindo entre 2017 e 2019, registrando um pequeno aumento em 2020, mas declinando em 2021 e mantendo-se estável em 2022. Na rede municipal, nos anos de 2017 e 2018, o

número de matrículas na pré-escola decresceu, aumentando em 2019 e atingindo o maior número em 2020. No entanto, em 2021 esse número voltou a cair, seguindo em decréscimo em 2022. Já na rede privada, nota-se que o número de matrículas manteve-se em declínio de 2017 a 2021, mas cresceu consideravelmente em 2022.

As análises apresentadas acima incitam algumas indagações, como: A queda nas matrículas na pré-escola municipal e privada no ano de 2021 seria em detrimento da pandemia? Os/as responsáveis não matricularam as crianças? Crianças não foram matriculadas pelo fato de não possuírem os meios necessários para acessar as aulas? Faltaram celulares, computadores ou acesso à internet nas residências? Os/ as responsáveis precisaram trabalhar e não conseguiram dar apoio nas atividades, optando por não matricular as crianças durante o período do ensino remoto? A queda nas matrículas no referido ano pode ter sido motivada pela migração das famílias? Em detrimento da crise sanitária, além do direito à educação, que outros direitos podem ter sido ameaçados ou violados? Ao observar dados de pesquisas com e sobre crianças e, junto a isso, analisar a entrevista com a Professora, algumas dessas perguntas podem ser respondidas, ao passo que outras continuam sendo feitas, inclusive acerca das matrículas em creches e escolas do campo, conforme as tabelas abaixo.

Quadro 9 - Número de matrículas na divisão creche por instituição urbana e rural (2016-2022)

CRECHE							
INSTITUIÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
URBANA	152	140	133	135	114	133	142
RURAL	5	1	19	20	6	13	15

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Básica

Quadro 10 - Número de matrículas na divisão pré-escola por instituição urbana e rural (2016-2022)

PRÉ-ESCOLA							
INSTITUIÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
URBANA	238	218	183	176	177	153	169
RURAL	91	90	71	74	84	69	53

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Básica

Analisando os dados, nota-se que em relação ao ano de 2019, em 2021 o número de matrículas em creches da zona urbana e rural declinou, voltando a crescer em 2022. Quanto à pré-escola, tanto na zona urbana, como na zona rural, também foi registrado decréscimo no número de matrículas, entretanto, enquanto as matrículas da pré-escola da zona urbana voltaram a crescer em 2022, na pré-escola da zona rural, esse número apresentou queda. Tais dados levam a algumas perguntas, como: O maior número de matrículas da zona rural está concentrado na pré-escola. A demanda por creches seria menor nas comunidades ou não há oferta de vagas para esta etapa da Educação Infantil? Os/as responsáveis pelas crianças acharam irrelevante matriculá-las na pré-escola no ano de 2021, tanto na zona urbana, como na zona rural? As crianças não dispuseram de meios necessários para acessar as aulas? A queda no número de matrículas na pré-escola, em 2021, pode ter sido motivada pela migração das famílias? O que pode ter gerado a queda nas matrículas da pré-escola do campo também em 2022? Como a pandemia refletiu na vida escolar das crianças residentes em territórios rurais? A entrevista com a Professora ajuda a pensar algumas dessas questões, sendo resposta para algumas, mas ainda deixando outras em aberto, tendo em vista que não foi possível realizar entrevistas com docentes de todas as escolas municipais do campo.

Acerca de crianças não matriculadas na pré-escola do campo no ano de 2021, quando questionada se houve casos de famílias que não realizaram a matrícula, a Professora afirmou que sim, relatando a seguinte situação:

Professora: [...] como eu trabalho no campo, eu sempre passava na estrada e via um aluno... um aluno, não, ele não era aluno, ainda. Eu via um menino com o avô, na beira da estrada, o avô cortando [algo], como se fosse capim para os bichos e ele lá, pequenininho. Aí eu parei a moto, aí eu disse assim: “Ele estuda?”, eu perguntei a ele, aí ele disse: “Não, não estuda”. [Então perguntei]: “Mas ele não tá na escola por quê?”, e ele disse: “Não, porque as escolas são distantes, e não sei o que...”. Então, aí eu fui até o Conselho Tutelar avisar que esse aluno estava sem estudar, ainda. O Conselho Tutelar foi lá, eu também fui lá, fazendo uma visita, e esse aluno veio e se matriculou na minha sala.

Entre as justificativas dadas pelo avô da criança para não a matricular, estava a distância da escola, sendo esta mais uma questão desafiadora para o acesso à Educação Infantil pelas crianças do campo, visto que não há oferta de vagas em todas as comunidades. Além disso, a pandemia pode ter desestimulado esta e outras famílias a realizarem as matrículas das crianças no ano de 2021.

Aquelas que estavam matriculadas, mas sem frequentar os espaços físicos das instituições, em decorrência da adoção do distanciamento social, necessário para a contenção do vírus, foram submetidas ao ensino remoto emergencial, definido por Behar (2020) como

“[...] uma modalidade de ensino que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e alunos e foi adotada de forma temporária nos diferentes níveis de ensino por instituições educacionais do mundo inteiro para que as atividades escolares não sejam interrompidas (p. 01)”, portanto, remota e emergencial, essa modalidade exigiu uma rápida resposta de professoras/es quanto ao planejamento e readequação das atividades pedagógicas que, junto a um momento de grande propagação do vírus, resultou em impactos na saúde e no trabalho dessas/es profissionais, conforme registrado na pesquisa realizada por Santos (2022) que, em pesquisa sobre os sentimentos apresentados por professoras da Educação Infantil durante a primeira fase da pandemia e suas relações com a saúde, o trabalho e o mal-estar docente, identificou sentimentos como preocupação, ansiedade, medo, tristeza e angústia, cujas preocupações estavam relacionadas ao medo de morrer ou de contagiar-se com o vírus, sendo igualmente relativas ao trabalho, mediante a indefinição de retorno das atividades presenciais, além do medo de ficarem desempregadas e voltarem a trabalhar em espaços que não possuíam uma infraestrutura adequada, conforme os critérios sanitários. Sentimentos de ansiedade também foram registrados nos formulários, estando associados à situação financeira e ao aumento do trabalho escolar e doméstico. As docentes também expressaram sentimentos de tristeza e medo em um momento que, junto às demais dificuldades decorrentes do ensino remoto emergencial, se intensificaram com a demanda pelo uso de recursos digitais que lhes demandou esforços demasiados. Assim como na pesquisa realizada por Santos (2022), nas entrevistas realizadas para essa pesquisa de dissertação, embora atuassem em diferentes áreas, as profissionais relataram diferentes desafios relativos ao trabalho na pandemia, mas todos tinham algo em comum: o aumento das demandas de trabalho.

A respeito dos desafios enfrentados durante a pandemia, a Enfermeira citou que:

Enfermeira: Muita sobrecarga, cansaço mental, físico. Você ia dormir sem saber se você tava infectado com o vírus também, né. Eu também me deslocava daqui com pacientes pra Patos, Campina Grande. Ali, em uma ambulância... diretamente ao lado do paciente, com a proteção individual, mas ali, você tinha que dar assistência ao paciente, até água eu cheguei a dar na boca dos pacientes, tirando a máscara, correndo o risco, mas era algo que eu me sentia na obrigação de fazer pelos pacientes.

Enfermeira: Eu chegava em casa depois de 48 horas e, ao chegar, eu tirava minha roupa na garagem, levava a roupa pendurada na ponta do dedo até o meu quintal. Lá, eu tomava banho, me trocava e aquela roupa já ficava de molho. Meus sapatos não entravam em casa, só depois de ter levado muito sol. Isso, com medo de infectar meus filhos, que eu deixava e só ia ver dois, três dias depois. Era bem complicado e você olhava pro rosto dos seus colegas e via aquela sobrecarga, mas a gente sabia que a gente tinha que estar ali, prestando assistência, ou seja, momento ímpar que nunca mais eu quero vivenciar.

Lidar diretamente com as pessoas infectadas foi um grande desafio para esta profissional, além de precisar dedicar mais tempo ao trabalho, ficando mais exposta ao vírus e, assim, convivendo com o medo constante de infectar-se e infectar seus filhos.

A Assistente Social fez o seguinte relato, quanto aos desafios do trabalho na pandemia:

Assistente Social: Um dos principais desafios que o serviço social enfrentou durante a pandemia, foi, sem sombra de dúvidas, a questão do acompanhamento familiar, da visita domiciliar, porque o serviço social, ele trabalha diretamente com a família, com a observação, com a escuta e, durante a pandemia, isso ficou um pouco comprometido, né, devido ao distanciamento social.

Na assistência social, bem como na educação, áreas que demandam um maior diálogo entre profissionais e usuários dos serviços, a impossibilidade de encontros presenciais, do contato físico, foi um grande entrave para a melhor realização dos trabalhos, como pode ser constatado através dos seguintes relatos da Professora:

Professora: A maior crise, pra mim, na pandemia, em relação a esses alunos do campo, é, assim, a falta do acompanhamento dos pais, por serem analfabetos. Então, eu acho que é um dos danos maiores, pra mim. E o segundo (que foram dois, bem críticos), e o segundo foi a questão dos pais não terem acesso a nada digital.

Professora: [...] esses planejamentos davam dicas de como a gente atuar. É tanto que tinham muitos professores, inclusive eu, que não sabia mexer muito com essas coisas digitais, eu era até leiga, tudo no mundo: “Ah, marido, faz aqui. Filho, faz aqui”. Eu fui obrigada a sentar e aprender [...]. Então, assim, a gente teve esse suporte, suporte, porém, muita coisa não funcionava, porque eles [equipe da secretaria] diziam: “Olhe, chamem os pais, explique para os pais...” aí a gente explicava: “Oh, tem que ensinar assim, tem que ser assim”, só que tinha os analfabetos, que não tinha como eles fazer isso. Aí, eu ainda me dispus a alguns alunos: “Olhe, se tiver alguma dúvida, vá até minha casa, vá de máscara... lhe recebo de máscara”, mas nunca apareceu, não, por questão da pandemia, eu acredito.

O acesso às tecnologias digitais não foi algo possível para todas as crianças, tornando-se assim um desafio para a docente que, mesmo tendo recebido suporte da Secretaria de Educação para aprender a utilizar as ferramentas digitais, não conseguiu aplicá-las de forma ampla na oferta das atividades pedagógicas, de modo que contemplassem a todos os alunos, dada a impossibilidade de alguns quanto ao acesso à internet, celulares ou computadores. Junto a isso, somou-se o fato de muitos responsáveis pelas crianças não serem pessoas alfabetizadas, impossibilitando o auxílio na realização das atividades escolares. Tais questões exigiram mais da docente quanto ao planejamento das atividades, visto que, para aquelas que não possuíam acesso a tais tecnologias, foram ofertadas atividades impressas, que

demandaram mais um trabalho para a docente, ao ter que realizar a distribuição nas casas das crianças, inclusive daquelas que residiam em comunidades vizinhas.

Ante o que foi abordado, é incontestável que a pandemia refletiu nas infâncias de diferentes modos, especialmente no campo da educação. Coutinho e Côco (2020) falam sobre os impactos da pandemia na especificidade da Educação Infantil, considerando seus princípios basilares, ressaltando que, de acordo com a LDB (Brasil, 1996), a Educação Infantil tem como objetivo o desenvolvimento integral das crianças, ao passo que as DCNEI (Brasil, 2009) definem as brincadeiras e interações como seus eixos estruturantes. A partir dessas conquistas legais, que afirmam a especificidade da Educação Infantil, as autoras problematizam as propostas de atividades remotas que estavam sendo ofertadas para as crianças, que priorizavam o desenvolvimento cognitivo, embora não se tivesse certeza sobre esse alcance, desconsiderando outros aspectos como o corpo e as emoções, além do fato de que estas afetam e são também afetadas pelo que acontece ao seu redor. A LDB e as DCNEI definem a especificidade da educação com as crianças pequenas, que demandam espaços e encontros para que se concretizem as interações, brincadeiras e o desenvolvimento integral. Acerca disso, as seguintes falas da Professora detalham os tipos de atividades remotas adotadas para a Educação Infantil nos anos de 2020/2021 e a incerteza da efetividade destas quanto à real aprendizagem desejada:

Professora: [...] tinha casa que não tinha celular, então as atividades eram pelo [Google] Meet, e aí, como era que ia ter acesso? Então, muitas vezes, a gente se deslocava da escola, quando terminava a aula, passava na casa desses alunos, deixava as atividades e vinha para casa. Depois retornava, pegando essas atividades. Era uma forma do aluno não ficar sem acesso a nada [...].

Pesquisadora: E eles devolviam?

Professora: Devolviam, porém... às vezes você percebia que tinha sido outra pessoa que fez, teve muito isso, sabe? Um vizinho, um primo... entendeu? Depois, você conversando com o aluno mesmo, ele termina soltando que não foi ele quem fez.

Portanto, embora as atividades impressas não fossem adequadas para a Educação Infantil, conforme explicitam Coutinho e Côco (2020), para aquele momento repentino e difícil, o ideal foi substituído pelo possível, evidenciando a impossibilidade de se fazer educação com as crianças pequenas sem a presença física destas e das/os professoras/es nos espaços planejados para tal.

A necessidade de manutenção do distanciamento físico, ao passo que algum contato com as crianças e suas famílias era necessário, também foi mais um desafio enfrentado e mencionado pela Professora:

Pesquisadora: vocês iam até a casa, deixar as atividades impressas, e davam alguma orientação aos pais? Para quem não tinha celular, o contato era só quando você ia deixar essas atividades?

Professora: Era. O contato era só isso. Era só isso, porque era recomendado não ter contato e as reuniões ainda era difícil de eles virem, por questão da pandemia. Não vinham. A maioria não vinha, principalmente os que a gente mais necessitava conversar.

Panizzolo e Santos (2023) confirmam que este foi um período de angústias para as crianças, suas famílias e os/as profissionais da educação, no qual foi necessário inventar novos modos de acesso às crianças e manutenção do contato também com suas famílias e entre as crianças e a escola. Esse novo modo se fez através das tecnologias digitais, porém, ainda inacessível para algumas, os encontros *on-line* foram igualmente compostos pela ausência daquelas que tiveram dificuldade para acessar os recursos tecnológicos. Nesse contexto, famílias enfrentaram muitas dificuldades, como a desmotivação das crianças, a falta de recursos tecnológicos para a realização das atividades e comunicação com a escola, a necessidade de trabalharem, mas não terem com quem deixar as crianças, além de terem que lidar com problemas financeiros decorrentes de demissões, com o luto pela perda de familiares e outras questões que as deixaram sem condições materiais e psicológicas para participarem das propostas da escola ou mesmo criar as condições para que as crianças participassem de forma remota. Analisando essa conjuntura, pode-se afirmar que

Em uma sociedade como a brasileira, vinculada por desigualdades abismais, para algumas crianças que convivem em seu cotidiano com a fome, com os maus tratos, com privações, com preconceitos, com exclusões, o não funcionamento presencial das instituições de Educação Infantil se constitui em um grande problema (Panizzolo; Santos, 2023, p. 890).

A interrupção das atividades escolares presenciais impôs uma nova rotina para as crianças e, principalmente para aquelas que são afetadas de modo mais pungente por tais questões, a ausência do espaço físico da instituição foi sentida em muitos momentos.

Quando questionada se as crianças da pré-escola relataram algum sentimento relacionado ao fato de não poderem ir à escola ou relativo a necessidade do distanciamento social, a Professora respondeu que sim, acrescentando:

Professora: Porque, às vezes, eu encontrava algumas crianças na rua e essas crianças corriam [e falavam]: “Ô, tia, a escola... eu tô morrendo de saudade da escola, eu quero voltar pra escola”, e eu dizia: “Tenha calma, nós vamos voltar, mas tenha paciência”. Então você vê que eles... eu sentia a falta que eles sentiam da

escola e isso era até bom, [eu] chegava em casa até contente, porque dizia: “Não, se tá sentindo falta, é porque, né...” e dava pra perceber mesmo.

No entanto, quando as atividades retornaram, algumas crianças expressaram sentimentos como o medo. A Professora descreveu que:

Professora: [...] choravam em sala de aula, bastante, chorava bastante em sala de aula. Coisa que nem quando veio da primeira vez, chorou tanto, entendeu? Mas, era como se fosse, assim... tava com medo do mundo, assim, de tanto medo das pessoas fazerem, era como se estivesse com medo do mundo. A gente não podia chegar perto [da criança], [ela] chorava por tudo.

De acordo com os relatos, sentimentos como saudade e medo permearam as vivências das crianças pequenas, tanto no período do ensino remoto, como no retorno das atividades presenciais. O citado “medo do mundo” e o choro da criança ao aproximar-se da professora, possivelmente estava atrelado ao medo de contagiar-se com o vírus da Covid-19, com forte poder letal conhecido por todos, inclusive pelas crianças. Como observado por Santos e Saraiva (2020), ao discutirem sobre as crianças e suas infâncias em tempos de Covid-19, é importante ressaltar que elas são sujeitos sociais e culturais e que assim sofrem, agem e reagem mediante as situações sociais e nas suas relações com adultos/as, produzindo cultura e interpretando acontecimentos.

Ao pensar nessa relação entre crianças e pandemia, inevitavelmente se chega ao tema das desigualdades sociais da infância. Se faz importante interrogar: Onde, em quais condições e com quem ficaram as crianças no momento de fechamento das escolas?

Adentrando no tema das estratégias adotadas para o retorno das atividades presenciais, a Professora destacou situações e alguns relatos feitos pelas crianças acerca das vivências familiares na pandemia, durante a interrupção das aulas presenciais:

Professora: A gente foi [em] planejamentos, a gente foi orientado a trabalhar o psicológico dessa criança, tentar, né, porque, na realidade, a gente não é especialista. Mas, [alertaram que] as crianças iam chegar de uma forma diferenciada, e de certa forma, chegaram, sim. Chegaram. Uns chegaram mais tristes, assim... então a gente... com o tempo a gente foi trabalhando e hoje a gente vê que voltou ao normal, porém, tem crianças agressivas, têm crianças que contava que não gostava de ficar em casa, porque os pais brigavam, ia contar a história... porque convivia mais com os pais, né, de certa forma. Ia contar que o pai correu atrás da mãe com faca, essas coisas. Então, assim teve até coisas absurdas que eles contaram, como se fosse, assim... não foi bom, para alguns, passar tanto tempo com os pais, que deveria ser diferente, né, mas, na realidade, não foi. E o emocional de muitas crianças, a gente percebia... criança chorava em sala de aula, sem dizer o porquê estava chorando, aí lá vai a gente conversar.

Pensando a criança, a infância e a educação no contexto pandêmico, Santos e Saraiva (2020) enfatizam que é necessário lembrar que o espaço da escola foi trocado por outros espaços e, a depender do contexto social no qual a criança estava inserida, nem sempre estes ofereceram cuidado e proteção.

Ainda sobre as orientações recebidas durante os planejamentos, complementou:

Professora: Depois, o segundo ponto era a questão da aprendizagem, que ficou bem atrasada, de certa forma. Então a gente teve que trabalhar o dobro, pra suprir o que faltou na pandemia.

No retorno das atividades presenciais, em meio às novas demandas levadas para a sala de aula pelas crianças - incluindo o sentimento de tristeza, comportamentos agressivos, choros e relatos de violência doméstica sofrida por suas mães -, exigiu-se que professores/as suprissem as aprendizagens que não foram adquiridas durante o período do ensino remoto, exigindo ainda mais destes profissionais e, conseqüentemente, das crianças também. Como lidar em sala de aula com tudo o que foi vivido fora dela? A pandemia da Covid-19 seguiu/segue impondo desafios à educação.

A incerteza sobre a segurança dos lugares onde as crianças estavam, como apontam Santos e Saraiva (2020), também são apontadas por Buss-Simão e Lessa (2020) que ao pensar na relação entre crianças, corpo(s) e pandemia, registram o caso do menino Miguel, que durante o terceiro mês do período de isolamento social, em um local inseguro, perdeu a vida na cidade de Recife-PE. Filho de Mirtes, uma trabalhadora doméstica que precisava trabalhar, e filho de um agricultor do interior, o caso de Miguel se junta ao de outras crianças negras que, em detrimento de diferentes desdobramentos do racismo, tiveram suas vidas ceifadas ainda na infância. As autoras também citam outro tipo de insegurança levada para as famílias com a pandemia: a insegurança alimentar. Registram a história do filho mais novo de Márcio, morador da periferia de São Paulo que, com a suspensão das atividades presenciais na creche, viu a fome chegar na sua casa. Com as crianças estando em casa por mais tempo, Márcio, sua esposa e seus seis filhos passaram a ter uma alimentação restrita nesse período. Posto isso, ao compreender que as crianças estavam passando por diferentes situações de insegurança, Buss-Simão e Lessa (2020) defendem a creche como território de proteção e provisão dos corpos, no entanto, esta é uma afirmação que pode estender-se para toda a Educação Infantil.

Tais histórias mostram como a pandemia afetou corpos de diferentes modos. Estes foram alguns casos registrados e noticiados sobre as crianças, além dos relatos feitos pela Professora, porém, considerando as condições nas quais muitas famílias brasileiras vivem, é

possível afirmar que não foram casos isolados, levando ao questionamento sobre quais direitos das crianças foram garantidos, ameaçados ou mesmo violados. São histórias de crianças pertencentes a classe economicamente desfavorecida, que se faz maioria neste país e evidencia a indispensabilidade de investimento público nas políticas sociais e, especialmente, na política de Educação Infantil.

Marchioni e Bógus (2022) pontuam que o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 assegura o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e, no Brasil, o direito à alimentação está preconizado no artigo 6º da Constituição Federal. Conforme as autoras, “O direito humano à alimentação adequada consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso de modo contínuo” (2022, s.p.). Considerando os povos do campo e a histórica concentração fundiária no país, o acesso a recursos como a terra para garantir o alimento já os coloca em situação preocupante quanto ao acesso ao direito à alimentação, principalmente em um período de crise sanitária com desdobramentos diversos, como já foi abordado. Referindo-se ao período inicial da crise, Gurgel *et al* (2020, p. 4946) registram que “Dados da Covid-19 ao redor do mundo revelam uma ameaça concreta e imediata referente à segurança alimentar e nutricional (SAN) de populações mais vulnerabilizadas, particularmente povos e comunidades tradicionais” ⁶, que incluem povos do campo e suas crianças (Brasil, 2008), para as quais se defende por diferentes razões o direito de acesso a direitos como a Educação Infantil do/no Campo.

Na Educação Infantil, o cuidado e a educação, junto às brincadeiras e interações, compõem a rotina das crianças. Nas instituições públicas, dentro dessa rotina, há a reserva de momento(s) para que as crianças se alimentem, contribuindo com sua segurança alimentar e nutricional e com a garantia do direito à alimentação, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Todavia, com a pandemia, a oferta de programas como o próprio PNAE, além do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nacional, a distribuição de alimentos e de cestas básicas foi adaptada e apesar de serem importantes, possuíam alcance

⁶ Os Povos e Comunidades Tradicionais reconhecidos nacionalmente são: andirobeiros; apanhadores de flores sempre vivas; caatingueiros; caiçaras; catadores de mangaba; cipozeiros; povos ciganos; comunidades de fundo e fecho de pasto; extrativistas; extrativistas costeiros e marinhos; faxinalenses; geraizeiros; ilhéus; morroquianos; pantaneiros; pescadores artesanais; povo pomerano; povos indígenas; benzedeiros; comunidades quilombolas; povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; quebradeiras de coco babaçu; raizeiros; retireiros do Araguaia; ribeirinhos; vazanteiros; veredeiros; caboclos; juventude de povos e comunidades tradicionais. Fonte: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/equidade-em-saude/povos-e-comunidades-tradicionais#:~:text=Conforme%20Decreto%20n%C2%BA%208.750%2F2016.e%20fecho%20de%20pasto%3B%20extrativistas%3B>

limitado e não eram suficientes para garantir a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários (Gurgel *et al*, 2020).

Ao citar as ações/estratégias governamentais para a garantia da SAN frente à Covid-19 no âmbito dos estados e capitais brasileiras em 2020, Gurgel *et al*. (2020) alertam para o fato de que, no período no qual os dados foram coletados (primeiro semestre do referido ano), em alguns estados e capitais não foram observadas quaisquer medidas relacionadas ao PNAE. No estado da Paraíba, foram registradas ações implementadas através do PNAE (com entrega de kits de alimentos e, na capital João Pessoa, manutenção das refeições nas escolas), através do PAA (com compra e doação simultânea de alimentos e com o PAA leite) e ações de distribuição de alimentos (no formato de cestas básicas, cartão/*voucher* alimentação e equipamentos públicos de SAN, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e banco de alimentos).

Mesmo com todas essas ações registradas no estado, é importante questionar quem as acessou de fato e em quais territórios chegaram. As áreas rurais paraibanas e suas crianças foram alvo das ações oriundas dessas e demais medidas adotadas pelo governo federal, estadual ou pelos governos municipais? Em um dos relatos da Professora, fica evidente um movimento de descontinuidade da distribuição da merenda escolar para as famílias, sem uma justificativa:

Professora: [...] a merenda ainda ficou para a gente entregar, entendeu? Ainda ia para a escola e a gente ainda entregava a merenda, sabe? Pra eles levarem pra casa. Ainda passou um tempo assim, depois... parou. Não sei porquê parou. Mas, a gente ainda passou um tempo entregando essas merendas para os pais.

Professora: [...] a gente marcava um encontro, essas famílias vinham até a escola, pegavam a cesta básica, como se fosse uma cesta básica, e levavam pra casa.

Leal (2021) menciona que, de acordo com o levantamento realizado pelo Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (2020), no período compreendido entre março e abril de 2020, houve desigualdades em termos regionais e etários quanto à adoção de medidas como a entrega de alimentos e kits de higiene no país, não sendo estas medidas garantidas para todas as crianças. Ao tratar da pandemia, é oportuno destacar o papel do MIEIB na defesa dos direitos das crianças durante o período. Através da realização de ciclos de debates realizados entre 2020 e 2022, o MIEIB articulou-se com outras entidades, buscando ações e respostas para o contexto da Educação Infantil. Além deste movimento, no mesmo período as reuniões científicas nacionais e regionais da ANPEd também foram espaços de diálogos e produção de conhecimentos entre a educação e outras áreas, tendo como foco as crianças e

suas infâncias no contexto pandêmico. Tais articulações mostraram importantes contribuições da participação da sociedade civil organizada na proposição de ações políticas que considerassem as especificidades das crianças (Ramos *et al.*, 2023).

Em um período de aprofundamento das desigualdades sociais, os dados do II VIGISAN⁷ (referentes ao período de 2021/2022) apontam que 125,2 milhões de pessoas residiam em domicílios com insegurança alimentar (IA) e mais de 33 milhões em situação de fome (IA grave) e mesmo entre as famílias que solicitaram e receberam o Auxílio Brasil, a fome esteve presente em 21,5% dos lares. Junto a isso, também foi identificada uma coexistência entre a IA grave e a insegurança hídrica em alguns domicílios. O estudo alerta para o fato de que desde o início do governo Bolsonaro, o então presidente atacou as políticas sociais e extinguiu conselhos como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), extinto em 1º de janeiro de 2019, enfraquecendo a política de combate à fome. Ainda nesse período, no ano de 2021, o Brasil voltou para o mapa da fome⁸.

Quanto aos moradores de áreas urbanas e rurais, a desigualdade de acesso aos alimentos foi prevaiente entre os domicílios rurais, dos quais 18,6% estavam em situação de IA grave, convivendo com a fome no seu cotidiano, e outros em IA leve (28,3), IA moderada (16,9) e em SA (36,2%), apontando que a maioria dos domicílios rurais estavam vivendo com a insegurança alimentar em algum grau. Os dados relativos às macrorregiões brasileiras apontam que na região Nordeste, 21,0% dos domicílios estavam em situação de IA grave, índice ultrapassado apenas pela região Norte (25,7%). Diferenças quanto à cor/ raça também foram notadas, de modo que a presença da IA em algum grau foi observada nos domicílios onde a pessoa responsável se identificava como preta ou parda. A desigualdade de gênero também foi evidenciada na pesquisa ao revelar que em domicílios que tinham as mulheres como responsáveis, a prevalência da IA foi maior do que naqueles chefiados por homens. Olhando para as crianças, os dados mostraram que entre 2021/2022, houve um aumento expressivo de IA grave nos domicílios com crianças de até 10 anos de idade. Ainda sobre crianças, os dados mostram que no período da pandemia analisado, o PNAE não conseguiu suprir minimamente as necessidades das famílias que tinham crianças em idade escolar, visto que em domicílios com algum morador/a matriculado/a na rede pública de ensino, a

⁷ O II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) apresenta dados relativos a Segurança Alimentar (SA) da população brasileira com base em dados coletados entre novembro de 2021 e abril de 2022, abrangendo as 5 macrorregiões brasileiras, em suas zonas urbanas e rurais, dos 26 estados e o Distrito Federal (Rede PENSSAN, 2022).

⁸

Fonte:

<https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/radio/2024/06/26/gritos-do-silencio-o-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome>.

prevalência de segurança alimentar (SA) foi menor e de IA grave maior quando comparados aos domicílios que não tiveram acesso (Rede PENSSAN, 2022). Na escola onde a Professora entrevistada atua, a falta da alimentação escolar servida na escola foi sentida pelas famílias:

Pesquisadora: [...] eles [responsáveis pelas crianças] relataram, por exemplo, se a alimentação escolar estava fazendo falta, pelo fato de não ter aquela merenda feita na escola?

Professora: [...] os pais reclamavam que fazia falta, sim, de certa forma, porque mesmo que dê essa cesta básica, não é a mesma coisa, né, dos alunos irem chegar com a barriginha cheia. É diferente, né.

Ante o exposto, a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na vida das crianças e, especialmente, daquelas residentes em territórios rurais, ficou ainda mais evidente com a crise sanitária e o fechamento das escolas.

Pesquisas que apresentam informações sobre segurança e insegurança alimentar são importantes para pensar as condições nas quais as crianças e suas famílias estão vivendo, pois, como afirma Jonsson (2021), a fome é um sintoma da pobreza e pode-se afirmar que “A fome está intimamente relacionada à pobreza. Em verdade, a pobreza pode frequentemente ser medida pela prevalência da fome” (p. 73), e a pobreza acarreta ausências e sofrimentos. Tais dados, densos em sua quantidade e quanto às situações e pessoas que representam, reafirmam que “A desigualdade social brasileira apresenta forte associação com cor/raça, região fisiográfica de residência e idade do cidadão [...]” (Rosemberg, 2006, p. 55). São ainda as pessoas pretas/pardas, residentes em territórios rurais, residentes nas regiões Norte e Nordeste, são mulheres e crianças quem mais sofrem com as desigualdades sociais, que não acessam os direitos sociais de forma plena, foram as pessoas que conviveram com a fome e com acesso limitado a água durante a pandemia e, provavelmente, nos períodos anteriores a ela. São pessoas para quem os direitos sociais ainda não são efetivamente garantidos.

Acerca das crianças do campo e paraibanas, mais especificamente, é possível pensá-las a partir da pesquisa realizada por Leal, Campos e Souza (2022) que, ao realizaram uma conversa remota, via *Google Meet*, com quatro crianças residentes no assentamento Mandacaru, localizado na zona rural do Cariri Paraibano, na cidade de Sumé. Na escuta das narrativas das crianças sobre os modos como significaram a pandemia da Covid-19 e buscando compreender como estas foram afetadas. Os resultados da pesquisa apontam que as infâncias estavam vinculadas às características do lugar no qual residiam as crianças, apresentando modos próprios de vida, ligados à rotina de casa, às brincadeiras, de uma ligação intensa com a natureza. O dia a dia das crianças no assentamento Mandacaru era composto

por uma rotina diretamente conectada à natureza. Cotidianamente, realizavam tarefas como o cuidado dos animais, auxiliando também os pais e as mães nos afazeres agrícolas e domésticos e cuidado de irmãos, dedicando-se igualmente a outras atividades como brincadeiras nos arredores da casa, pesca e, entre outras, a frequência à escola, que no momento havia sido interrompida pela pandemia, funcionando através do ensino remoto. Ao falarem sobre a escola, as crianças disseram compreendê-la como um local que se assemelha a um lar, proporcionando aprendizado, alegria, participação e interações entre elas, colegas e docentes, sendo então uma instituição importante para elas, descrevendo ainda a instituição como um local de formação profissional para “ser alguém”. Quanto ao ensino remoto, apontaram ter dificuldades, assim, mencionaram dificuldade para compreender os conteúdos, enquanto outra falou da dificuldade enfrentada por não ter acesso à internet em casa, necessitando deslocar-se para outro lugar, o que gerava atrasos e até perda da aula. Citaram também a má qualidade da conexão, além da falta que sentiam do acompanhamento docente mais próximo. Em vista disso, atribuíram ao ensino presencial uma maior viabilidade de compreensão dos conteúdos, além de proporcionar encontros que possibilitavam momentos de brincadeiras e interações com materiais como livros e brinquedos, bem como entre elas e delas com os/as docentes.

Para Lima e Silva (2015) há um silenciamento nas pesquisas acerca das características que compõem o contexto das populações rurais, indicando ser necessário aprofundar o olhar para as diferentes comunidades rurais. No campo, a pobreza rural é um fenômeno latente (Becher, 2021), mas este território não pode ser visto e pensado apenas a partir desse ponto, sendo fundamental pensar enquanto “[...] espaços em que temos manifestações de vulnerabilidades, mas que estas não são as únicas e determinantes das dinâmicas territoriais presentes” (Becher; Cordeiro; Amaral Júnior, 2023, p. 89). Posto isso, é importante salientar que no presente trabalho não se buscou retratar as crianças do campo apenas pela ótica das desigualdades, apresentando características de vidas difíceis. Neste, foram abordadas do mesmo modo outras características que compõem seu cotidiano, como os momentos de brincadeiras e vivências comunitárias, presentes também durante o período de adoção do distanciamento social, como descrito pela Professora, ao ser perguntada se as crianças relataram como eram as brincadeiras e com quem elas brincavam nesse período do distanciamento social:

Professora: [...] elas diziam que só podiam brincar com os familiares, com os primos ali, nos arredores. Não brincavam com os colegas distantes, nem nada,

porque as mães não deixavam, mas [as brincadeiras] era com os familiares mesmo, com primos, os amigos mais próximos, ali, das redondezas.

O fechamento das instituições escolares impôs uma nova realidade às crianças e suas famílias, modificando suas rotinas e formas de aprender e conviver. A interrupção dos encontros presenciais restringiu, para algumas delas, os espaços e modos de interação. Todavia, ao realizar a escuta de crianças tão diversas, Silva *et al.* (2022, p. 161) salientam que “Não é possível falar de uma infância confinada, como se a restrição ao espaço doméstico estivesse sido vivida por todas as crianças [...] Podemos assim falar de crianças que vivem, em condições sociais distintas, com impactos também diversos, uma radical transformação em suas vidas”. O relato da Professora evidencia que, na pluralidade das infâncias, diferentes formas de ser criança coexistem nos territórios, indicando a importância de estudos que considerem, dentre os marcadores sociais da diferença, os marcadores de geração e território.

4.3 Infâncias do campo, Educação Infantil do/no Campo e pandemia da Covid-19: o que dizem as pesquisas publicadas no período de 2020 a 2024?

Objetivando identificar os reflexos da pandemia da Covid-19 na vida das crianças do campo, especialmente no que tange às condições de acesso a Educação Infantil, através da análise de estudos que tratam destas no período pandêmico e da forma como foram impactadas pela crise sanitária, foi realizado um mapeamento da produção acadêmica acerca da temática entre os anos de 2020 e 2024.

Para tal, foram realizadas pesquisas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e na Scielo. Nestas bases, as buscas foram realizadas a partir da combinação de três descritores/palavras-chave: “pandemia”, “criança” e “campo”, utilizando entre estes o operador booleano *and*, para fazer a combinação entre os termos e refinar os resultados da busca.

Os critérios de inclusão foram estudos publicados entre 2020 e 2024, com acesso aberto, em Português e que tratassem das crianças brasileiras do campo no período da pandemia, considerando, para os artigos da área da educação, a faixa etária referente à Educação Infantil. O recorte etário justifica-se pelo fato de uma das áreas de interesse da pesquisa ser a educação (além da saúde e assistência social) e, nesta área, interessar-se mais especificamente pela etapa da Educação Infantil, tendo como foco as crianças pequenas. Os critérios de exclusão foram estudos que abordassem outras etapas da educação básica, que

tivessem acesso restrito e que tratassem de crianças que pertencessem a outros territórios que não fosse o campo.

Inicialmente, foi realizada a leitura dos títulos e, quando indicavam tratar diretamente do tema ou aproximar-se deste, foi feita a leitura do resumo. A busca realizada na BDTD resultou em 240 trabalhos. Destes, foram selecionados quatro, sendo três dissertações e uma tese. No Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, dos 24 resultados apresentados para a pesquisa, apenas um estudo tratava das crianças do campo, sendo este uma dissertação da área da educação, mas com foco na narrativa de professoras alfabetizadoras que atuaram em turmas do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental no período da pandemia, não correspondendo ao objetivo da pesquisa, assim, não foram selecionados trabalhos da referida base. No Portal de Periódicos da CAPES, a busca resultou em 36 trabalhos, dos quais apenas um artigo foi selecionado. Por fim, as buscas foram realizadas na plataforma Scielo, no entanto, foram localizados dois artigos que também haviam sido encontrados no Portal de Periódicos da CAPES, mas que não correspondiam aos interesses da pesquisa. Desse modo, foram selecionados cinco trabalhos, sendo três dissertações, uma tese e um artigo.

A tese e as dissertações estão diretamente vinculadas à área da educação. Quanto ao artigo, por tratar de questões que extrapolam o âmbito escolar e adentram no campo de outros direitos sociais, foi classificado como pertencente à área da educação e da assistência social. Entre as pesquisas selecionadas, duas estão vinculadas a universidades do estado de São Paulo, no Sudeste do país. As demais estão vinculadas a universidades das regiões Nordeste, Norte e Sul, totalizando uma pesquisa por região. Até a data do levantamento, não foram localizadas pesquisas oriundas de instituições da região Centro-Oeste.

Os estudos selecionados foram organizados em quadros, de acordo com cada base de dados, contendo as principais informações, sendo apresentados por data, partindo dos mais antigos para os mais recentes, conforme os quadros abaixo:

Quadro 11 – Dissertações e teses resultantes da busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (2020-2024)

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)		
DESCRIPTORES/PALAVRAS-CHAVE	QUANTIDADE ENCONTRADA	QUANTIDADE SELECIONADA
Pandemia AND criança AND campo	240	04

Fonte: elaborado pelas autoras (2024)

Quadro 12 – Dissertações e teses selecionadas a partir da busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

	Autoria e título da publicação	Ano	Tipo de publicação	Área	Programa
1	LEMOS, Janiéli Silvestre da Silva. Educação infantil do e no campo: a oferta de educação infantil para crianças que residem em áreas rurais de um município do brejo paraibano.	2021	Dissertação	Educação	Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Campina Grande (PPGED/UFCG)
2	PRATA, Welton de Araujo. O brincar na Educação Infantil em uma escola do campo no Município de Humaitá-AM.	2021	Dissertação	Educação	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas (IEAA/UFAM)
3	SERAFIM, Olindina Cirilo Nascimento. Prática docente na pandemia em territórios quilombolas do Espírito Santo: aquilombar para aprender e ensinar.	2022	Tese	Educação	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (PPG-Educação/UFF)
4	MACHADO, Susana de Gusmão Silveira. Experiências de professoras da educação infantil na pandemia da COVID-19: histórias, dilemas e reflexões.	2023	Dissertação	Educação	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Pelotas (PPGECM/UFPEL)

Fonte: elaborado pelas autoras (2024)

Quadro 13 – Trabalhos resultantes da busca no Portal de Periódicos da CAPES (2020-2024)

Portal de Periódicos da CAPES		
DESCRITORES/PALAVRAS-CHAVE	QUANTIDADE ENCONTRADA	QUANTIDADE SELECIONADA
Pandemia AND criança AND campo	36	1

Fonte: elaborado pelas autoras (2024)

Quadro 14– Trabalhos selecionadas a partir da busca no Portal de Periódicos da CAPES

	Autoria e título da publicação	Ano	Área	Periódico
1	GOBBI, Márcia Aparecida; PITO, Juliana Diamante; MELEÁN, Simone Maria Magalhães. Crianças e mulheres e nós-nada: reflexões a partir das vidas em despejo no acampamento Campo Grande do MST.	2020	Assistência social/educação	Zero-a-Seis

Fonte: elaborado pelas autoras (2024)

A pesquisa realizada por Lemos (2021), já mencionada no capítulo 3, abordou a oferta da Educação Infantil para crianças residentes em áreas rurais de um município do Brejo Paraibano. Embora inicialmente não objetivasse tratar da pandemia, esta ocorreu no período da pesquisa, passando então a ser considerada. Os sujeitos da pesquisa foram: o Secretário de Educação do Município, três Coordenadoras da Educação Infantil e a presidente do CME. A partir das entrevistas, o estudo apresentou os desafios da oferta da Educação Infantil no campo durante a pandemia, mostrando que estavam associados principalmente à ausência de tecnologias e de materiais pedagógicos adequados para aquele contexto, mas também foram relativos à necessidade de adaptação dos professores e coordenadores ao ensino remoto emergencial e às limitações das brincadeiras e interações, visto que algumas crianças eram filhas únicas.

Em seu estudo, Prata (2021) objetivou analisar como o brincar estava presente nos planejamentos das professoras da Educação Infantil na Escola Municipal Manoel de Oliveira Santos, localizada na área rural de Humaitá, Amazonas. Os sujeitos da pesquisa foram: três professoras da Educação Infantil, dois gestores, a pedagoga da escola e a Coordenação da Área do Campo da Secretaria Municipal de Educação. Inicialmente, a pesquisa não estava focada no período pandêmico, porém, este não poderia ser desconsiderado, passando a abordar também o brincar no planejamento das atividades no ano da pandemia. Ao buscar a presença do brincar nos planejamentos das professoras da turma do Pré I e do Pré II do ano de 2020, os resultados mostraram uma ausência, visto que em momento algum o brincar foi identificado nas atividades propostas. Foi realizado o envio de atividades impressas (atividades de coordenação motora, de pintura e de reconhecimento e escrita de letras e números) para as crianças através de familiares e, para aquelas que moravam distante da escola, professores iam deixar nas residências. Esse foi o modo possível para manter o contato

entre a escola e as crianças e suas famílias, embora não fosse adequado para elas. Nesse novo contexto de trabalho, houve a ausência de formação para os professores.

A tese de Serafim (2022) discute a prática docente na pandemia em territórios quilombolas do Espírito Santo, buscando conhecer os desafios enfrentados pelas professoras e as estratégias pedagógicas que elas construíram durante as aulas remotas e no retorno presencial. Tendo como campo de coleta de dados duas escolas quilombolas municipais no Estado do Espírito Santo, de duas comunidades específicas. Uma das escolas ofertava apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental, e a outra, a escola São Jorge, localizada em São Mateus, ofertava os anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil, sendo o foco dessa análise. Na referida instituição optou-se pelo envio de atividades para as famílias, abordando nestas orientações sobre a pandemia. Professoras enfrentaram dificuldades com o ensino remoto, mesmo tendo recebido apoio e orientações do setor pedagógico e procuraram manter contato com as famílias. Por diferentes motivos, famílias tiveram dificuldade para acompanhar e orientar as crianças nas atividades e as crianças tiveram dificuldade para compreender e realizar as atividades. Para algumas crianças também foi difícil acompanhar orientações das professoras, pelo fato de não possuírem um celular. O difícil acesso às tecnologias é uma das expressões das dificuldades que as comunidades quilombolas tiveram para acessar bens e serviços durante a pandemia e no período que a antecedeu. A autora destaca ainda outros pontos que informam sobre o contexto e condições das crianças na pandemia, ao mencionar que nas comunidades, algumas pessoas precisaram sair para trabalhar, enquanto outras não conseguiram acessar o Auxílio Emergencial. Na instituição, optou-se inicialmente pelo retorno das turmas de Ensino Fundamental e, posteriormente, da Educação Infantil, pois indicaram precisar de mais tempo para organizar essa etapa. Em setembro de 2021, a Educação Infantil retornou com a divisão e revezamento da turma e, para evitar aglomerações, o recreio das turmas foi escalonado.

O objetivo do estudo realizado por Machado (2023) foi investigar como quatro professoras da Educação Infantil enfrentaram os desafios decorrentes da pandemia e quais foram suas experiências, estratégias e transformações no contexto pandêmico. As professoras atuavam nas redes privadas e públicas, em escolas do campo e da cidade do município de Pelotas/RS. De modo geral, elas relataram dificuldade para adaptar-se ao ensino remoto e ao ensino híbrido, que exigiu mais uma vez a adaptação dos docentes a um novo modo de ensinar, conciliando atividades remotas e presenciais. Sentimentos como medo, ansiedade, insegurança, sobrecarga, cansaço, sofrimento e aumento da carga de trabalho foram comumente relatados. Também foi relatada a ausência de suporte por parte do poder público

quanto à oferta de orientação e condições de trabalho para as docentes realizarem o ensino remoto. Mediante inúmeras dificuldades impostas pela pandemia, algumas professoras relataram ter havido uma baixa participação das crianças, dificuldade de contato com as famílias e dificuldades também das próprias famílias para acompanhar as atividades, além do acesso limitado à internet e recursos tecnológicos. Ainda que o foco da pesquisa não tenha sido apenas a Educação Infantil do campo, foi possível conhecer alguns aspectos da oferta desta e do contexto no qual estava inserida. Desse modo, um ponto que já vinha sendo registrado em outras pesquisas também foi evidenciado no estudo de Machado (2023): a desigualdade quanto ao acesso à internet e a dificuldade de interação entre professoras e crianças, mesmo que virtual. As entrevistas mostraram que, enquanto algumas ferramentas de ensino e comunicação utilizadas entre as professoras foram o Zoom e Google Meet, a dificuldade de acesso à internet pelas crianças levou a adoção do envio de atividades impressas para as residências, através do transporte escolar. Outra particularidade do campo mencionada pela docente foi que, apesar de terem informações sobre as estratégias que deveriam ser utilizadas para contenção do vírus da Covid-19, os moradores da comunidade mantiveram suas rotinas com poucas modificações.

No artigo produzido por Gobbi, Pito e Meleán (2020), as autoras trazem em sua escrita as crianças e mulheres em tempos de pandemia, partindo de fotografias publicadas em jornais dos dias 13 a 19/08/2020 acerca do processo de despejo de moradoras e moradores do acampamento do MST Quilombo Campo Grande, em Minas Gerais, que ocorreu no mês de agosto de 2020. Entre moradoras e moradores, crianças de diferentes idades, que desde bebês estão na luta por direitos, inseridas nos movimentos sociais, como mostram as imagens. Na ação de despejo, pessoas ficaram desabrigadas e a escola Eduardo Galeano foi destruída com uma retroescavadeira durante ação da Polícia Militar. Enquanto 6 famílias foram despejadas, 450 foram ameaçadas de despejo. No acampamento, muitas vidas vivendo entre incertezas e medos, entre uma pandemia e um governo que as perseguia, visto que o despejo foi autorizado pelo governo do estado de Minas Gerais. As fotografias mostraram infâncias em luta, crianças retirando materiais pedagógicos da escola que foi destruída, crianças que, ao lado de mulheres, estavam reivindicando o direito de permanecerem no seu lugar, reivindicando o direito à terra, a um lugar para viverem. Registrando 2020 como um marco dos 30 anos da Convenção sobre os Direitos das Crianças, adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), e da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Gobbi, Pito e Meleán (2020) reforçam que, ainda que se considere os avanços legais, “[...] nas transformações existem permanências e essas agruras insistem em se

fazer constantes” (p. 1268), e algumas dessas agruras foram expostas ao longo dos trabalhos selecionados e apresentados neste tópico.

Até o período no qual foi realizado o levantamento dos trabalhos (maio de 2024), pode-se afirmar que ainda é a educação e, mais especificamente a Educação Infantil, a área de pesquisa que tem informado sobre os impactos da pandemia na vida das crianças de 0 a 6 anos.

De modo geral, a entrevista com a Professora do campo, a tese, o artigo e as dissertações mostraram que as crianças do campo sofreram intensamente os impactos da pandemia, sobretudo no âmbito da educação. A dificuldade de acesso à internet e outros recursos digitais levou instituições a adotarem o envio atividades impressas para as turmas de Educação Infantil que, mesmo não sendo as mais adequadas, foram as possíveis, atestando a fragilidade das atividades remotas, especialmente para esta etapa, como já foi discutido no tópico anterior. No entanto, é importante destacar que tais dificuldades se estabeleceram em função de algo exterior ao processo. A imposição das telas pelas contingências da pandemia gerou essa situação, visto que seu uso não é pertinente na etapa da Educação Infantil. Junto a tais problemas, as restrições na interação entre algumas crianças e docentes e, na vida destes, a sobrecarga de trabalho foram os principais impactos. Passado o período do distanciamento social, uma nova demanda de trabalho se fez presente com o retorno gradativo das atividades presenciais, exigindo uma nova adaptação das crianças, docentes e famílias.

Gobbi, Pito e Meleán (2020) mostraram infâncias em luta, reivindicando desde muito cedo seu direito à vida. São infâncias que atestam a imparcialidade das crianças frente a questões que afetam além da sociedade, suas famílias e seus territórios, também as afetam. De diferentes modos, em diversos territórios, crianças resistiram, famílias lutaram para dar conta das demandas das residências e, inesperadamente, das demandas escolares das crianças. Nas entrevistas, nota-se o distanciamento entre os direitos garantidos em leis, mas ainda ausentes no cotidiano de muitas crianças do campo e suas famílias.

Por fim, é indispensável destacar que os trabalhos revelam que a crise sanitária ocasionou impactos também nas pesquisas em curso, exigindo uma adequação do processo de coleta de dados ao novo momento, sem desconsiderá-lo, como foi visto nas pesquisas de Lemos (2021) e Prata (2021), que sinalizam nos textos modificações realizadas diante do novo contexto, mostrando o compromisso da universidade pública com a pesquisa, com a produção de conhecimentos socialmente relevantes e a escolha política de não omitir-se diante de crises que atingem a população brasileira, seja ela política, social, econômica, de saúde ou humanitária.

O capítulo seguinte apresenta o percurso da pesquisa documental, das entrevistas e a análise dos documentos disponibilizados pelas secretarias.

5. Mapeando a oferta das políticas para as crianças do campo durante a pandemia: dados da pesquisa documental e das entrevistas

Embora a proporção de crianças infectadas pelo novo coronavírus tenha sido menor do que a de adultos e, mesmo quando contaminadas, apresentassem, na maioria dos casos, sintomas leves ou fossem até mesmo assintomáticas (Instituto Butantan, 2021), para Gouvêa (2022), há um paradoxo que se constitui pelo fato de estas terem sido um dos grupos geracionais mais afetados pelas medidas de distanciamento social, que impactaram diretamente no seu cotidiano. É importante lembrar que em 2020, o Brasil foi um dos países que apresentou um grande número de óbitos, chegando a ficar em segundo lugar no ranking, sendo também um país no qual a população sofreu impactos nas condições de vida por causa da pandemia, em uma conjuntura de grande concentração de renda e desigualdades, na qual não houve políticas efetivas de apoio à população (Gouvêa, 2022).

Considerando o contexto descrito acima e ao longo deste trabalho, o presente capítulo apresenta as análises dos documentos coletados durante a fase da pesquisa documental e alguns dados coletados nas entrevistas, realizada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social do município pesquisado, objetivando conhecer como ocorreu a oferta dessas políticas para as crianças do campo durante a pandemia, utilizando para tal um roteiro de análise elaborado previamente (APÊNDICE A).

Após o tópico que descreve o percurso até a chegada aos documentos e às entrevistadas, no tópico seguinte será realizada a análise dos documentos, que partirá das atas do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), visto que estas contêm mais elementos que ajudam a compreender o cenário pandêmico no município. Em seguida, serão analisadas as atas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Conselho Municipal de Educação (CME) e do Conselho Municipal de Saúde (CMS), buscando identificar como as crianças do campo e/ou a população do campo aparecem no texto dos documentos, se durante a pandemia foram direcionados para as crianças do campo e/ou para a população do campo, de modo geral, projetos, serviços, programas ou ações de combate a Covid-19 e aos reflexos desta, e se houve ações conjuntas entre as Secretarias Municipais de Saúde, Educação e de Trabalho e Ação Social relativas à pandemia.

5.1 O longo percurso até a chegada aos documentos e às profissionais entrevistadas

Inicialmente, a tentativa de contato com as gestoras deu-se através da Secretária de Trabalho e Ação Social, no dia 01 de setembro de 2023. Na ocasião, a referida se prontificou em colaborar com a pesquisa e pediu para aguardar, pois iria marcar a reunião com as demais. Informou também que recebeu a secretaria sem muitos documentos arquivados e com os computadores formatados, o que poderia prejudicar a pesquisa documental. As Secretárias de Saúde e Educação também apontaram essas questões.

A distância entre o campus onde ocorriam as aulas (pesquisadora residia na cidade de Campina Grande-PB, onde as aulas ocorriam) e o município de realização da pesquisa dificultou um contato mais frequente com as gestoras nesse período inicial. A partir de novembro de 2023, a pesquisadora retornou ao município de realização da pesquisa e deu continuidade às visitas nas instituições.

Após aguardar e não receber resposta, no dia 17 de novembro de 2023, fui até a sede da Secretaria de Trabalho e Ação Social, onde a gestora ligou para as demais e marcou a reunião para o dia 20 de novembro. Chegado o dia da reunião, a referida ligou e informou que seria necessário desmarcar, pois havia surgido uma reunião que não estava prevista com outro órgão, mas que era urgente. Ela pediu para aguardar, pois conversaria com as outras gestoras sobre uma nova data. No dia 04 de dezembro de 2023, estive na instituição novamente e a gestora informou que ainda estava tentando agendar uma nova data.

No dia 22 de dezembro de 2023, enviei mensagem via WhatsApp para as Secretárias de Educação e de Saúde, perguntando sobre a viabilidade de marcar uma reunião individual para a apresentação do projeto de pesquisa na semana posterior ou no mês de janeiro de 2024. Apenas a Secretária de Educação respondeu, indicando o mês de janeiro como um bom período para a reunião, em função da menor quantidade de demandas no período.

Em 09 de janeiro de 2024, fui até a Secretaria de Trabalho e Ação Social. A gestora informou que no dia posterior haveria uma reunião com o prefeito e as demais secretarias também estariam, então tentaria conversar com elas pessoalmente e marcaria a reunião. Justificou ainda que não havia marcado até então porque enfrentaram instabilidade quanto ao contrato durante o mês de dezembro de 2023.

Em 22 de janeiro de 2024, após as tentativas de realizar uma reunião com as Secretárias, decidi marcar reuniões individuais. Fui até a Secretaria de Trabalho e Ação Social, apresentei o projeto para a gestora e expliquei que marcaria as reuniões individualmente, visto que a pesquisa possui um prazo e estava havendo incompatibilidade de

horários entre as gestoras. A gestora ouviu minha apresentação, disse não ter dúvidas e encaminhou para o setor de assuntos jurídicos da prefeitura o termo de anuência e o termo de autorização para pesquisas em documentos. Neste dia, também estive na Secretaria de Saúde, entretanto, a gestora informou que estava muito ocupada e pediu que nos encontrássemos no dia 23/01, à tarde, na sua clínica, porém, no horário combinado, ela estava realizando um atendimento e, quando retornei, a clínica estava fechada.

Fui até a Secretaria de Trabalho e Ação Social e a gestora informou que não havia pego os termos no setor jurídico, mas explicou que estes já haviam sido aceitos e estava autorizada a assinar. Informei que em breve e de forma antecipada informaria sobre o início da pesquisa documental. Nesta data, fui até a Secretaria de Educação, apresentei o projeto à gestora e informei que o setor jurídico já havia analisado e aprovado a documentação enviada pela gestora de Trabalho e Ação Social. Diante disso, a gestora de Educação disse que não havia mais necessidade de encaminhar uma nova documentação para o setor, visto que solicitava as mesmas autorizações, então fez a assinatura dos termos. Informei, igualmente, que em breve e de forma antecipada informaria sobre o início da pesquisa documental. Estive na Secretaria de Saúde, mas a Secretária não estava no local. Em 24 de janeiro, fui até a Secretaria de Saúde, mas a gestora estava ocupada e pediu para que eu voltasse no dia posterior, entretanto, não consegui ir.

Em 26 de janeiro, retornei à Secretaria de Saúde no dia 26 de janeiro, apresentei o projeto à gestora e informei que o setor jurídico já havia analisado e aprovado a documentação enviada pela gestora de Trabalho e Ação Social. Assim, ela realizou a assinatura dos termos e solicitou uma lista com os documentos que estava procurando para a pesquisa. Também informou que, provavelmente, eu teria dificuldade para encontrar documentos na secretaria, pois receberam os computadores formatados da gestão anterior e, quanto aos documentos impressos, havia apenas registros de medicações adquiridas por via judicial.

Em 22 de fevereiro, retomei o contato com as Secretárias. Em cada secretaria, fiz a entrega de um ofício, solicitando arquivos e/ou documentos específicos, referentes aos anos de 2020 e 2021 (período da pandemia). Em todas, ficou acordado que após um mês (22 de março) eu poderia voltar e consultar os resultados, visto que a pesquisa nos arquivos seria realizada por suas equipes.

A Secretária de Saúde pediu para que eu procurasse dois servidores efetivos, que atuaram na secretaria durante a gestão anterior. Para solicitar a busca dos relatórios, pediu para que eu falasse com a servidora que, em 2020, atuou como Coordenadora da

Epidemiologia, a qual informou que faria a busca. Quanto às atas dos Conselhos, pediu para que eu procurasse um servidor que havia presidido o Conselho Municipal de Saúde no ano de 2021. Neste dia, conversei com o servidor e ele disponibilizou uma cópia da ata de reunião do Conselho no período presidido por este.

Fui à Secretaria de Trabalho e Ação Social e a Vice-secretária informou que a gestora estava viajando e que não sabia informar se os documentos haviam sido localizados. Fui também à Secretaria de Saúde e a servidora que ficou responsável por fazer a busca dos relatórios informou que não havia localizado os relatórios, sugerindo que conversasse com um técnico e solicitasse as notificações de casos de Covid-19 registrados nas UBS do município nos anos de 2020 e 2021. Conversei com o servidor e ele informou que poderia disponibilizar os dados, porém, precisaria esperar, pois o sistema demoraria para gerar as informações. Posteriormente, ele me enviou planilhas referentes aos anos de 2020 e 2021, contendo informações sobre os casos notificados de Covid-19 no município. Entretanto, informou que no sistema estes não estavam desagregados por UBS e que não continham informações que possibilitasse localizar o endereço dos usuários. Neste dia, também fui à Secretaria de Educação, mas as Secretárias estavam em reunião, então não consegui falar com elas.

Em 05 de abril, quando estive na Secretaria de Educação, a Vice-secretária informou que não havia arquivos referentes ao ano de 2020 na instituição e que receberam os computadores formatados, informando também que em 2020 não havia Conselho Municipal de Educação, sendo fundado apenas em 2021, após o início da nova gestão. Indicou que procurasse a presidente do CME para acessar a ata. Quanto às atas de reuniões de conselhos das escolas do campo e atas de reuniões realizadas com/por docentes, coordenadores/as das escolas do campo e famílias das crianças matriculadas em escolas do campo - arquivadas na Secretaria de Educação, a Vice-secretária informou que os/as profissionais não registram reuniões em atas, que fazem pauta e lista de frequência. Quanto aos relatórios de projetos e/ou ações realizadas pela Secretaria nas escolas do campo, informou que todos os projetos das escolas do campo são realizados por professores.

Em 09 de abril, quando estive na Secretaria de Trabalho e Ação Social, a Secretária informou que a Secretaria estava com muitas demandas e, em vista disso, não havia conseguido fazer a busca dos documentos solicitados, pedindo para que eu retornasse na semana posterior. Ciente das demandas, optei por ir à instituição após o prazo informado pela gestora.

Em 12 de abril, mandei mensagem para a presidente do Conselho Municipal de Educação e ela informou que a ata estava arquivada na Secretaria de Educação, me

concedendo permissão para acessá-la. No dia 22 de abril, fui até a Secretaria de Educação para acessar a ata, porém, a Vice-secretária informou que a presidente do CME havia recolhido na semana anterior. Enviei mensagem via WhatsApp para a referida e ela pediu que a procurasse na escola onde trabalha. Assim o fiz e tive acesso às atas das reuniões realizadas pelo Conselho Municipal de Educação durante o ano de 2021.

Em 26 de abril, fui até a Secretaria de Trabalho e Ação Social. A Secretária informou que havia encontrado alguns documentos, mas pediu para que eu retornasse na semana posterior, pois iria continuar buscando outros. Em 03 de abril retornei à Secretaria de Trabalho e Ação Social. A Secretária explicou que havia apenas encontrado atas de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA), entretanto, a Presidenta do CMDCA havia levado a ata e, quando ela devolvesse, me comunicaria. Digitalizei as atas das reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social, referentes aos anos de 2020 e 2021.

Após aguardar e não receber retorno, retornei à Secretaria de Trabalho e Ação Social em 06 de junho. Fui recebida pela Vice-secretária, que informou que a ata do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA) ainda não havia sido deixada na instituição. Foi solicitado que eu aguardasse. Tendo em vista os feriados e pontos facultativos do mês de junho, retornei à instituição no dia 11 de junho, para me informar sobre a ata do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA), porém, esta ainda não havia sido deixada na instituição. A Vice-secretária solicitou que eu fosse no outro dia. Devido a um evento de mestrado e aos feriados e pontos facultativos, optei por não ir mais à instituição durante o mês de junho.

Devido à quantidade de visitas realizadas à Secretaria de Trabalho e Ação Social e ao saber da notícia de que a Presidenta do CMDCA estava passando por problemas relativos à saúde, entrei em contato com a Vice-secretária por meio de rede social no dia 04 de julho, explicando que havia ficado sabendo do ocorrido e perguntando se a ata do CMDCA já havia sido deixada na instituição e, caso não, fecharia a pesquisa documental com os materiais já coletados e justificaria a ausência de tal documento. A profissional respondeu que a Presidenta entregaria a ata no outro dia, então solicitou que eu comparecesse à instituição na semana posterior.

No dia 10 de julho de 2024, fui até a Secretaria de Trabalho e Ação Social. A ata do CMDCA não estava na instituição, porém, a Vice-secretária ligou para a Presidenta do conselho, avisando que eu estava lá e solicitou que uma terceira pessoa fizesse a coleta na residência da referida. Desse modo, no dia 10 de julho de 2024 tive acesso a ata das reuniões

do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA), referentes aos anos de 2020 e 2021, encerrando a etapa de coleta de dados para a pesquisa documental.

As Secretárias informaram que não havia relatórios de ações realizadas nos anos de 2020 e 2021.

Abaixo, segue o quadro com os documentos solicitados e disponibilizados pelas Secretarias:

Quadro 15 - Documentos solicitados e disponibilizados pelas Secretarias

SECRETARIA MUNICIPAL	DOCUMENTOS SOLICITADOS	DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS
Trabalho e Ação Social	<ul style="list-style-type: none"> - Atas de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS); - Atas de reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); - Relatórios de projetos e/ou ações realizadas pela Secretaria durante o período supracitado e relacionados à medidas contra a Covid-19. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atas do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), referentes aos anos de 2020 e 2021 (datas das atas do CMAS: 06/04/2020, 22/04/2020, 25/06/2020, 30/09/2020, 02/10/2020, 30/11/2020, 01/12/2020, 02/12/2020, 18/05/2021, 19/07/2021, 10/12/2021, 22/12/2021); - Atas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), referentes aos anos de 2020 e 2021 (datas das atas do CMDCA: 06/01/2020, 10/01/2020 (dois registros), 22/03/2020, 16/08/2021, 13/09/2021, 29/11/2021).
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Atas de reuniões do Conselho Municipal de Saúde; - Atas de reuniões de conselhos vinculados à Secretaria; - Decretos ou outros dispositivos legais de medidas (de prevenção, controle e outras) relacionadas à Covid-19; - Relatórios de projetos e/ou ações de enfrentamento à pandemia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atas do Conselho Municipal de Saúde (CMS), referentes ao ano de 2021 (datas das atas do CMS: 29/03/2021, 06/04/2021, 03/08/2021, 20/08/2021); - Tabelas com os casos confirmados de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021.

Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Atas de reuniões do Conselho Municipal de Educação; - Atas de reuniões de conselhos das escolas do campo e atas de reuniões realizadas com/por docentes, coordenadores/as das escolas do campo e famílias das crianças matriculadas em escolas do campo (caso estejam arquivadas na Secretaria de Educação); - Relatórios de projetos e/ou ações realizadas pela Secretaria nas escolas do campo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atas do Conselho Municipal de Educação (CME), referentes ao ano de 2021 (datas das atas do CME: 27/05/2021, 02/08/2021, 06/09/2021, 17/12/2021).
----------	---	--

Fonte: elaborado pelas autoras (2024)

No total, foram disponibilizadas doze atas do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), sete atas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), quatro atas do Conselho Municipal de Saúde (CMS) e quatro atas do Conselho Municipal de Educação (CME).

Após a realização do exame de qualificação, iniciei o contato com as pessoas indicadas para participarem das entrevistas. O acesso a Enfermeira e a Assistente Social ocorreu de modo mais facilitado e, embora tenha havido alguns imprevistos, as entrevistas foram realizadas, uma delas ainda no ano de 2024, com a Assistente Social (em 18/12/2024), e a outra no início do ano posterior (13/01/2025), com a Enfermeira.

Foram solicitados à Secretaria de Educação os números dos telefones de professoras/es das escolas do campo. Inicialmente, foi feito o contato com professoras de duas escolas: a mais próxima da sede do município e a mais distante.

O primeiro contato foi realizado no dia 05 de novembro de 2024. No momento, uma professora respondeu (professora da escola mais distante), informando que estava com pouco tempo, pois possuía dois vínculos empregatícios e ainda precisava participar de planejamentos e fazer alguns cursos, mas colocou-se à disposição para participar da entrevista. No dia 28 de novembro, ao ser contatada novamente e receber a proposta para conceder a entrevista no mês de dezembro, a referida informou que as aulas presenciais já haviam sido encerradas e que

possuía muitos trabalhos internos, como relatórios e diários para concluir. Quando questionada se teria disponibilidade para o início do ano posterior (2025), ela não respondeu. No mesmo dia (05 de novembro de 2024), a professora atuante na escola mais próxima da sede do município também foi contatada, justificou a falta de tempo, por possuir dois vínculos empregatícios, mas também se colocou à disposição para participar da entrevista no mês seguinte, porém, quando contatada, não respondeu a mensagem.

Diante da ausência de retorno das convidadas, iniciei o contato com professoras/es das demais escolas, bem como com o coordenador das escolas do campo do município que, no primeiro contato (03/12/2024), confirmou a participação na entrevista após as férias, porém, não mais retornou a mensagem enviada no dia 11 de fevereiro de 2025, tratando da entrevista. De modo geral, dos cinco docentes contatados, apenas uma retornou a mensagem e concedeu a entrevista.

No total, foi realizado o contato com sete professoras/es e o coordenador das escolas do campo do município pesquisado, porém, apenas uma professora aceitou participar da entrevista.

Os desencontros e justificativas dadas ao longo do exaustivo percurso na busca aos documentos das três secretarias, aliado à dificuldade de contatar professoras/es das escolas do campo, sugerem uma apreensão, possivelmente ligada a uma omissão quanto à inserção das crianças do campo no planejamento e execução das ações no âmbito das secretarias.

5.2 Pandemia, crianças do campo e políticas sociais: o campo foi esquecido enquanto lugar de vida?

5.2.1 O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

Ao longo do ano de 2020, de abril a dezembro, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) realizou 8 reuniões. Nestas, além de terem sido realizadas prestações de contas do cofinanciamento do governo estadual e apresentação de demonstrativos de execução financeira, foram abordados assuntos concernentes à pandemia. Em sua primeira reunião do referido ano, realizada em 06 de abril, baseando-se no decreto municipal que dispõe sobre a situação de emergência no âmbito do município, criando mecanismos de prevenção e enfrentamento ante a pandemia da Covid-19 e baseando-se ainda em portaria do Ministério da Saúde, no decreto estadual e reconhecendo estudos que apontavam a eficácia do isolamento social na diminuição do avanço de casos de transmissão da Covid-19, foi decretado pelo CMAS:

Situação de anormalidade, caracterizada como situação de emergência, ante a necessidade de prevenção e enfrentamento a disseminação da Covid-19 (Coronavírus) no município, para o que devem ser adotadas todas as medidas legais e indispensáveis ao propósito do presente ato administrativo (ata do CMAS, 06/04/2020).

Portanto, a situação de anormalidade em decorrência da pandemia da Covid-19 foi oficializada no município, reconhecendo também a necessidade de adoção de medidas para prevenir e enfrentar a disseminação do vírus. Durante a crise sanitária, como observa Leal (2021)

Nas esferas dos governos estaduais e municipais, houve uma tendência a adotar encaminhamentos políticos e sanitários diferentes do proposto pelo governo federal, representando essa diferença mais uma polarização no campo político. A referida tendência foi acompanhada também pelos Poderes Judiciário e Legislativo, os quais se guiaram por protocolos e orientações de saúde, produzidos pela OMS e comitês científicos (p. 163).

Desse modo, indo na contramão do que estava sendo incitado pelo então presidente Bolsonaro, que desencorajava a adoção do isolamento social e outras medidas de prevenção ao contágio pelo vírus da Covid-19, o município adotou medidas para prevenir e enfrentar a disseminação do vírus, seguindo o decreto do Governo do Estado da Paraíba e, conseqüentemente, baseando-se nas recomendações do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus (C4NE), criado pelo Consórcio Nordeste (Nicolelis, 2021) do qual o estado da Paraíba participou ativamente.

No dia 22 de abril de 2020 foi realizada uma reunião que objetivava pedir autorização do CMAS para realizar ações tendo como base o decreto municipal nº 018/2020, que decretava situação de emergência no âmbito do município, criando mecanismos de prevenção e enfrentamento ante a pandemia classificada pela OMS em relação a Covid-19, mantendo ainda o decreto de situação de anormalidade. Acerca das ações, chama atenção na ata o seguinte trecho:

A reunião iniciou com a fala da Presidente do Conselho [...], que cumprimentou os presentes e explicou a importância desta reunião extraordinária devido a pandemia foram desenvolvidas algumas estratégias realizadas para o público vulnerável que se encontram [sic] em risco e sofrimento. Tivemos algumas estratégias realizadas durante a pandemia como a **confecção de 8 mil máscaras que foram distribuídas nos bairros e periferias da cidade** como também a **reserva de alimentos que estava no depósito do SCFV foram feitas cestas básicas para serem distribuídas para as famílias das crianças que participam do serviço** devido a pandemia. Em meio a essa situação de pandemia a secretária [...] veio pedir a autorização ao conselho para as ações discriminadas abaixo: **Entrega de kit de higienização**

(álcool gel, mascaras [sic], sabonete e panfletos explicativos) para pessoas com dificuldade de locomoção e usuários dos grupos de idosos flor da idade, melhor idade, homens e Mulheres Ativas, mulheres ativas **grupos compreendidos na zona urbana e rural (Distrito do [...])**, **Distribuição de Cestas Básicas** [sic] as pessoas que se encontram em vulnerabilidade e risco social **especificamente para as pessoas que não receberam o auxílio emergencial do governo federal**, pagamento normal aos oficineiros do SCFV, que mesmo com os serviços do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo [sic] suspenso em virtude da pandemia continuam trabalhando em escalas e horários alternados como confeccionando máscaras que estão sendo produzidas com recursos próprios e outros serviços em que a secretaria do trabalho [sic] e Ação Social está envolvida (ata do CMAS, 22/04/2020, grifo nosso).

Esse foi o primeiro registro de ações implementadas pela Secretaria de Trabalho e Ação Social voltadas para mitigar efeitos da pandemia na população. Tais ações foram segmentadas, com entregas de máscaras direcionadas aos bairros e periferias da cidade, limitando o campo ao distrito do município. Já a ação voltada especificamente para as crianças limitou-se àquelas que eram usuárias do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), condição que, evidentemente, ainda que incluísse algumas crianças residentes nos territórios rurais, não as incluiu em sua totalidade e, certamente, também não incluiu as crianças pequenas. Quanto a entrega dos *kits* de higienização, ação que menciona o campo como destinatário, o limita ao distrito pertencente à cidade que, pelo que foi descrito, também possuía uma sede do SCFV. A inclusão das crianças do campo nas ações ficou dependente da vinculação a uma instituição de educação não escolar, que é inacessível para muitas.

Como observa Wanderley (2009), há casos em que

[...] a população do campo é excluída dos bens e serviços, concentrados na cidade, sede municipal, seja porque esta é muito distante dos locais de moradia dos “rurais”, seja porque estes têm poucos meios de locomoção; esta situação, que não é rara no Brasil, se traduz por um “isolamento”, relativo, porém profundo, do campo (p. 285).

A seletividade das primeiras ações e a concentração em determinados grupos deixou o campo e suas crianças à margem, isoladas. Fato que talvez não tenha deixado em desvantagem apenas as crianças do campo, mas tantas outras crianças pequenas da cidade que não frequentavam o SCFV, visto que, como pontuam Silva e Pasuch (2010), as crianças do campo estão submetidas a situações semelhantes àquelas enfrentadas pelas crianças da cidade, como nos casos de violação de direitos, relações caracterizadas por dominação etária e invisibilidade nas políticas públicas.

A decisão de realizar a distribuição de cestas básicas para as pessoas que encontravam-se em vulnerabilidade e risco social, restringindo a quem não recebeu o Auxílio

Emergencial, pode ter sido necessária, visto que a pandemia chegou em um momento de sucateamento das políticas sociais, no entanto, esse critério pode ter impedido o acesso ao benefício por pessoas que, embora estivessem recebendo o Auxílio, estavam em situação de insegurança alimentar, já que, como apontou o II VIGISAN, no período de realização da pesquisa (novembro de 2021 a abril de 2022), a fome estava presente em 21,5% dos domicílios que solicitaram e receberam o Auxílio Brasil⁹ (Rede PENSSAN, 2022).

Quando questionada se foram distribuídos alimentos para as famílias residentes em territórios rurais e se houve critérios para a seleção das famílias beneficiadas, a Assistente Social fez a seguinte explicação:

Assistente Social: Teve distribuição durante a pandemia e foram usados os critérios das famílias em vulnerabilidade, famílias cadastradas nos programas sociais, como Bolsa Família, CRAS, Serviço de Convivência. A gente usou os critérios das famílias que realmente já são acompanhadas por programas sociais.

A fala da Assistente Social diverge do que foi registrado em ata, visto que, conforme o documento, a distribuição de cestas básicas destinava-se a pessoas que estavam em vulnerabilidade e risco social, restringindo-se a quem não havia recebido o Auxílio Emergencial. Porém, pensando nas crianças do campo, tanto na ata, como na fala da profissional, fica explicitado que a ação direcionada às crianças limitou-se àquelas que eram usuárias do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), tornando-a limitada.

A reunião posterior, realizada em 25 de junho de 2020, objetivou apresentar e solicitar à comissão do CMAS a aprovação do Plano de Contingência Covid-19, cujos detalhes não foram descritos em ata. Ainda nesta reunião, foi mantido o decreto de situação de anormalidade em decorrência da pandemia. Outros temas tratados foram a aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) para trabalhadores/as da Secretaria de Trabalho e Ação Social, repasse de recursos e a importância do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no contexto da pandemia, enfatizado na seguinte consideração:

Considerando o papel do SUAS no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, de proteção da população em situação de vulnerabilidade e risco social e no desenvolvimento de medidas para prevenir e mitigar riscos e agravos sociais decorrentes da disseminação da Covid-19 (ata do CMAS, 25/06/2020).

⁹ Em outubro de 2021, o governo federal publicou um decreto instituindo o Auxílio Brasil, programa que substituiu o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial. Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/08/governo-publica-decreto-que-institui-o-auxilio-brasil-o-que-acontece-com-outros-beneficios>.

Ao SUAS, foi imputada a responsabilidade de ofertar proteção a população em situação de vulnerabilidade e risco social, cabendo-lhe ainda a adoção de medidas para mitigar os efeitos da pandemia. Tamanha relevância em um contexto de crise justifica a necessidade de que, além de efetivar ações, essas sejam registradas e publicizadas, para que se possa fazer o acompanhamento e avaliação da política, o que não aconteceu no município, pois até o momento da coleta dos documentos, não havia relatórios com registros das ações realizadas durante os anos de 2020 e 2021, ainda que tenham sido pauta das reuniões do CMAS, como foi e será visto em seguida.

Ainda neste encontro, a presidente fez uma explanação da Portaria N° 378, de 07 de maio de 2020, informando que ela dispõe sobre repasse de recurso extraordinário do financiamento federal do Sistema Único de Assistência Social para incremento temporário na execução de ações socioassistenciais nos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus, Covid-19. O recurso tinha a finalidade de aumentar a capacidade de resposta do SUAS no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente da pandemia, acrescendo a capacidade de atendimento da rede socioassistencial, preservando a oferta regular e essencial dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais. Com o município tendo sido contemplado com o repasse, registrou-se em ata:

Consta no Bloco de Proteção Social Básica - do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social de [...] - PB, valor de R\$ 48.825,00 (quarenta e oito mil e oitocentos e vinte cinco reais) na modalidade de piso de Incremento Temporário ao Bloco de Proteção Social Básica para Ações de Combate ao Covid-19 regulamentada pela Portaria n° 378 de 07 de maio de 2020 (ata do CMAS, 25/06/2020).

Conforme descrito, o município recebeu repasse do governo federal e em junho de 2020 já dispunha da verba, no entanto, considerando as demandas do SUAS, este valor pode ter sido diminuto, mesmo para um município de pequeno porte, a exemplo do município pesquisado.

Ao longo do ano de 2020, temas relativos à pandemia da Covid-19 não foram mais registrados nas atas do CMAS e assim decorrem os questionamentos: Quais foram as ações realizadas com o dinheiro do repasse? As crianças do campo e/ou suas famílias foram contempladas? Houve novos repasses? Esse valor foi suficiente para suprir as demandas das

famílias ou indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente da pandemia? As atas não informam. Uma nova reunião sobre valores para implementar ações visando mitigar os efeitos da pandemia só foi registrada em 22/12/2021, já sob uma nova gestão do município.

Em 2021, após as eleições, a nova gestão municipal foi iniciada. No decorrer do referido ano, o CMAS fez quatro reuniões entre maio e dezembro. A primeira reunião, realizada em 18 de maio de 2021, teve como objetivo tratar da nova composição do conselho, referente ao biênio 2021-2022, tendo entre seus membros representantes Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, da sociedade civil e representantes de grupos de usuários atendidos pelo SUAS. Nessa composição do CMAS, não foi citada nenhuma representação vinculada à moradores, trabalhadores e associações do campo ou do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município

A segunda reunião abordou a realização da VI Conferência Municipal de Assistência Social. A terceira reunião tratou da avaliação de um parecer apresentado pela presidente do CMAS no exercício de 2016.

Até então, desde a reunião realizada em 25 de junho de 2020, assuntos concernentes à pandemia da Covid-19 não mais haviam sido contemplados nas reuniões. Em maio de 2021, quase um ano depois, a crise sanitária voltou a ser abordada em uma reunião do CMAS:

Iniciando os trabalhos, o senhor [...] - Presidente do CMAS saudou aos presentes declarando aberta a reunião e ato seguinte passou a palavra para a senhora [...] - Secretária Municipal do Trabalho e Ação Social do município de [...] - PB, que saudou aos membros do Conselho Municipal de Assistência Social agradecendo o compromisso com o desenvolvimento do município e presença no encontro, continuando apresentou a pauta para deliberação da plenária sendo **solicitação de recurso para ações assistenciais de caráter de emergência, com base no inciso III do art. 4º do decreto nº 7.788/2012, que sejam transferidas R\$: 1000.000,00 (cem mil reais) para o Fundo Municipal de Assistência Social deste município**, CNPJ: [...], com o objetivo de atendimento às ações assistenciais de caráter de emergência a serem realizadas para **mitigar os efeitos econômicos e sociais da pandemia da COVID-19 em nossa população**, justificou ainda que a solicitação deverá ser atendida na Ação 219 G - Estruturação de Rede de Serviços dos Sistemas únicos [sic] de Assistência Social (SUAS) - Fundo a Fundo - GND 3 - Custeio. Argumentou-se que como é de conhecimento de todos a secretaria bem como a gestão vem enfrentando grandes dificuldades, haja vista, o corte nos repasses financeiros do FNAS, que o recurso em evidência haveria de ajudar no equilíbrio das ações. Ato contínuo, os conselheiros manifestaram favoráveis a propositura emitindo parecer favorável sobre a vinda de recursos no montante de R\$ 1000.000,00 (cem mil) para o fundo municipal de assistência social [sic] do município de [...] - PB (ata do CMAS, 22/12/2021, grifo nosso).

O relato de dificuldades enfrentadas pela gestão e a secretaria mostra que os impactos do sucateamento das políticas sociais foram percebidos com mais intensidade durante a pandemia, uma vez que a demanda por estas se intensificou. Na ata, foi registrado o corte nos repasses financeiros do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar o benefício de prestação continuada e apoiar serviços, programas e projetos de assistência social (Brasil, 1995), desse modo, o financiamento federal da assistência social ocorre através do repasse de recursos do FNAS aos Fundos de Assistência Social dos estados, municípios e do Distrito Federal, mas ainda há uma falta de compromisso com o processo de financiamento dessa política cuja trajetória tem mostrado que

[...] a assistência social avançou muito no sentido de sua institucionalização como política pública garantidora de direitos, mas ainda é um processo recente e em construção, além de sujeito a vulnerabilidades. Na medida em que não existem regras explícitas para seu financiamento, está sujeita às oscilações políticas e econômicas (Menicucci; Gomes, 2018, p. 126).

Tais instabilidades afetam diretamente a vida da população brasileira e, pensando como tal política está sujeita às oscilações do contexto político e econômico, como afirmam Menicucci e Gomes (2018), o corte nos repasses financeiros do FNAS sustenta a afirmação de que durante a pandemia e sob o governo Bolsonaro, o Brasil experienciou uma necropolítica (Mbembe, 2018), ditando quem poderia viver e quem deveria morrer. O corte no orçamento das políticas sociais é grave, mas torna-se ainda mais danoso em um período de crise sanitária que atinge, sobremaneira, pessoas que já se encontram em situação de vulnerabilidade e precisam acessar os serviços, programas e projetos ofertados através dessas políticas.

No trecho da ata citado acima, consta uma solicitação de recurso para ações assistenciais, visando mitigar os efeitos econômicos e sociais da pandemia da Covid-19 na população do município. O valor recebido (R\$ 1000.000,00), embora talvez não tenha sido suficiente para ações assistenciais por um longo período, foi maior do que o repasse do recurso extraordinário do financiamento federal do SUAS (R\$ 48.825,00), registrado na ata de 25/06/2020, como descrito anteriormente. Novamente, vê-se uma menção a recursos para realizar ações referentes aos impactos da pandemia, mas não foram localizados registros que atestem o acesso a estas pelas crianças do campo e/ou suas famílias, seja de forma ampla, contemplando todas as comunidades, ou mesmo de modo fragmentado, como registrado no ano de 2020.

As falas da Assistente Social, coletadas no decorrer da entrevista, indicam que houve grande demanda de benefícios eventuais (principalmente cesta básica) por parte das famílias do campo, no entanto, as ações centradas no distrito do município sugerem que, para uma parcela das famílias camponesas, o benefício foi concedido apenas a partir do momento que procuraram a Secretaria de Trabalho e Ação Social, fato preocupante quando se pensa nas possíveis dificuldades de deslocamento dessas famílias e, no período mais acentuado da pandemia, a restrição de utilização de transportes coletivos, geralmente bastante utilizados.

5.2.2 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

Entre os documentos solicitados e disponibilizados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, estão também as atas das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Ao longo do ano de 2020, foram registrados quatro encontros, entre os meses de janeiro e março. As três primeiras reuniões, realizadas no mês de janeiro, foram para organização e posse dos novos Conselheiros Tutelares e suplentes. A última reunião, realizada em 22 de março de 2020, foi direcionada para votação da nova chapa do CMDCA, eleita para o quadriênio 2021-2024, o que significa que estes componentes acompanharam todo o processo da pandemia ao longo de 2020 e 2021. Entre os componentes, estavam representantes da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, ou seja, representantes de políticas e organização sindical que tinham contato diretamente ou indiretamente com as crianças do campo. A última reunião do CMDCA, em 2020, foi no dia 22/03, para a eleição dos novos componentes. Depois dessa data, os membros voltaram a reunir-se apenas em 16 de agosto de 2021, isto é, passado mais de um ano.

Ao tratar da visibilidade das crianças pequenas e das desigualdades que as atingem, Rosenberg (2006) enfatiza que há um relativo desinteresse público por essas, que se deve ao pequeno poder de negociação política delas. Tem-se uma hierarquia etária que se manifesta em opções de prioridade das políticas econômicas e sociais. A autora também afirma que

Guardada, o mais das vezes, em espaços fechados, não tendo visibilidade pública, a criança pequena não é tida como vítima nem constitui ameaça, sentimentos que parecem mobilizar a atenção pública do adulto. É como se, no Brasil, questões relacionadas à criança pequena fossem consideradas como sendo da esfera privada, do espaço da casa (Rosenberg, 2006, p. 53).

E qual foi/é o olhar do CMDCA para as crianças e, mais especificamente, as crianças do campo? As atas mostraram um silêncio desse conselho em relação às crianças do município em um período de pandemia e, conforme os dados do CMAS, o município estava sofrendo com impactos econômicos e sociais em detrimento da crise sanitária. O fato de não ter visibilidade pública, como aponta Rosenberg (2006), pode afetar ainda mais as crianças do campo, principalmente aquelas que residem em territórios mais afastados da sede da cidade. Possivelmente, o silêncio dos documentos em relação a essas crianças exprime essa questão.

Em 2021, o CMDCA reuniu-se em três datas, nos meses de agosto, setembro e novembro. O primeiro encontro objetivava retificar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, a pedido do Ministério Público da Paraíba e formação de grupos para coleta de dados e mapeamento de informações sobre atos infracionais. No segundo encontro, a pauta foi a prorrogação do prazo de entrega dos relatórios. O terceiro e último encontro de 2021 objetivou discutir o relatório enviado ao MPPB e tratar de ações do Selo UNICEF. No entanto, não foram registradas informações sobre a discussão das ações do Selo.

As entrevistas realizadas com a Assistente Social e a professora mostraram que famílias com crianças na composição familiar estavam enfrentando dificuldades para acessar um item essencial, que é a alimentação. Os dados fornecidos pela Secretaria de Saúde mostraram que, embora o número de crianças que testaram positivo para Covid-19 fosse menor que o de adultos, ainda assim, entre 2020 e 2021, o município registrou um total de 32 crianças diretamente afetadas pelo vírus. Conforme observado na pesquisa documental e nas entrevistas, o CMDCA silenciou em um momento que, entre outras ações, poderia ter se manifestado sobre a prioridade das crianças na oferta das políticas, como nas próprias ações registradas nas atas do CMAS, relativas à pandemia.

5.2.3 O Conselho Municipal de Educação (CME)

No ano de 2021, entre os meses de maio e dezembro, o Conselho Municipal de Educação (CME) realizou quatro reuniões. As duas primeiras reuniões objetivaram realizar a formação, eleição e posse do CME e a apreciação e aprovação do Regimento Interno do CME. As outras trataram da aprovação do plano de retorno às aulas em tempos de pandemia, da aprovação do calendário escolar municipal e da apresentação, apreciação e aprovação do plano de retorno às aulas 100% presenciais. Acerca do plano de retorno às aulas em tempos de

pandemia, não foram detalhadas as estratégias adotadas para cada etapa, no entanto, há o seguinte registro:

O referido documento tem como norte legal os seguintes documentos anexos a esse: Plano Educação Para Todos Em Tempos de Pandemia - PET - PB Decreto nº 41.010 de 07 de Fevereiro de 2021, Nota Técnica UNCME nº 02/2021 e Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021 (ata do CME, 06/09/2021).

Destes, o Plano Educação Para Todos Em Tempos de Pandemia - PET-PB e a Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021 tratam mais especificamente de orientações para a retomada das aulas presenciais. O PET-PB¹⁰ trata da retomada das aulas presenciais de forma segura e dentro do panorama de convivência com a Covid-19, apontando medidas sanitárias e de ~~de~~ distanciamento nos diferentes espaços da escola e, ainda, estabelecendo fases para a retomada progressiva do ensino presencial nas redes públicas e privadas, partindo da adoção do modelo híbrido e divisão das turmas, com início autorizado para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental a partir de 1º de março de 2021. A Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021¹¹ instituiu as Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. Nas atas das reuniões do CME não foram detalhadas as medidas adotadas pelas escolas do campo ou da cidade quanto ao retorno das turmas de Educação Infantil, no entanto, considerando os documentos que orientaram a elaboração do plano de retorno às aulas em tempos de pandemia do município, pode-se considerar que foram tomadas medidas para que o retorno das crianças às instituições ocorresse de forma segura, seguindo os protocolos de segurança necessários.

Na composição do CME havia representantes da Secretaria Municipal de Educação, de Associações dos Trabalhadores Rurais e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Evidentemente, estes possuem vinculação direta ou indireta com as crianças do campo e a realidade das áreas rurais do município, todavia, não foram registradas quaisquer informações acerca das crianças do campo ou da Educação Infantil do/no Campo no período da pandemia.

Conforme relatado pela presidenta, o CME não estava instituído em 2020. Frente a esta situação reconhecidamente nova e difícil, há perguntas necessárias, como: qual foi o

¹⁰ Governo do Estado da Paraíba. Decreto Nº 41.010 de 07 de fevereiro de 2021. Estabelece o Plano Educação Para Todos Em Tempos De Pandemia - PET-PB. Fonte: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/arquivos/DiarioOficial07022021.pdf>.

¹¹ Ministério da Educação. Resolução CNE/CP Nº 2, DE 5 DE AGOSTO DE 2021. Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=199151-rcp002-21&category_slug=agosto-2021-pdf&Itemid=30192.

espaço de diálogo na educação e quem participou da tomada de decisões acerca da Educação Infantil do/no Campo durante o período de isolamento social e fechamento das escolas? Na entrevista, a Professora relata planejamentos que trataram do retorno das atividades presenciais, descascando orientações acerca de problemas relativos à aprendizagem das crianças e de como lidar com possíveis alterações emocionais e comportamentais destas em sala de aula.

Embora não se tenha registro em atas do CME acerca da Educação Infantil e dos desafios enfrentados pelas crianças do campo no município pesquisado, os estudos analisados no capítulo 4 (Gobbi; Pito; Meléan (2020), Lemos (2021), Prata (2021), Serafim (2022), Machado (2023)), realizados sobre e para crianças dos territórios rurais, assim como a entrevista com a Professora do campo mostram que no âmbito da educação, estas foram as mais impactadas pelas medidas de distanciamento que demandaram o fechamento das escolas.

As atas do CME registram um planejamento para um retorno seguro das atividades escolares, baseando-se para tal em diferentes documentos, mas nada dizem sobre a permanência das crianças nos lares, sobre a Educação Infantil do/no Campo e suas crianças. Na entrevista com a Professora, foi possível saber mais sobre tais aspectos que, mesmo sendo referentes a uma comunidade específica, podem representar a realidade de tantas outras. Visto que, ao final da entrevista, quando convidada a considerar todos os relatos e informar se a forma como vivenciou a pandemia em sua escola também foi uma realidade vivenciada por outros professores das escolas do campo do município pesquisado, em momentos de conversas e trocas de informações em planejamentos, grupos do WhatsApp de professores e outras mídias sociais, com seus colegas de trabalho, a entrevistada respondeu:

Professora: Certeza. Eu acho que as dificuldades que eu tive, os outros professores do campo também tiveram. Porém, eu já acho que teve uma diferença na questão da cidade, porque, assim, o acesso a mídia, o pessoal... os alunos da cidade, eles têm, tiveram um acesso maior do que o pessoal do campo. Então a gente sentia essa dificuldade, a gente sentia a dificuldade da informação chegar até o aluno, porém, os professores da cidade não tinham tanto essa dificuldade. Então, tinha essa diferença, porém, o pessoal do sítio, do campo, era a mesma dificuldade. Todos [os/as professores/as do campo] relataram as mesmas dificuldades de alunos, de os pais acompanharem, de tarefinha sendo feita por outras pessoas que a gente sabia que não era aluno. As tarefinhas bem-feitinhas. Então essas dificuldades foram entre a gente, realmente. Só que o pessoal da cidade, a gente via que tinha algo a mais. Tinha um acesso a mais da mídia [digital] e do [Google] Meet também. Eles, quase todos, assistiam, então a gente sentiu essa dificuldade maior. A gente teve um peso maior em cima da gente, em relação a isso que a gente ia até o aluno, até a casa do aluno, deixar essas atividades. Aqui [na cidade], não. Pra deixar é ali, né, na casa vizinha, na outra rua. Lá, não. Às vezes era no outro sítio. Tinha que ir, tinha que entregar. [...] na época da pandemia tinha do sítio [...], a maioria era tudo do sítio [...]. Então tinha que me deslocar até lá, porque eu não podia deixar esse aluno... [sem atividades].

Ante o exposto, embora não tenha sido possível entrevistar outras/os professoras/es do campo, o relato da docente detalha dificuldades enfrentadas por ela, que representa a experiência compartilhada pelos demais docentes das escolas do campo, durante o período das aulas remotas.

5.2.4 O Conselho Municipal de Saúde (CMS)

As únicas atas disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Saúde foram referentes ao ano de 2021, totalizando quatro reuniões, realizadas entre os meses de março e agosto. A primeira reunião, realizada em 29 de março, foi destinada à eleição dos novos membros do Conselho Municipal de Saúde (CMS), sendo este composto por representantes do governo (25%), trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde (25%) e representantes de usuários do SUAS (25%). Em seguida, duas reuniões trataram de compra de tablets para Agentes Comunitários de Saúde, aquisição de nova ambulância para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), compra de carro e motos para a Atenção Básica e construção de um centro de especialidades odontológicas.

O tema da pandemia só foi mencionado na última reunião, em 20 de agosto. Na ata foi registrada apenas a realização da V Conferência Municipal de Saúde, cujo tema foi “O fortalecimento do SUS no contexto da pandemia da Covid-19”, porém, as discussões, propostas realizadas pelo município e outros detalhes acerca da conferência não foram registradas na ata.

A Secretaria Municipal de Saúde também disponibilizou tabelas com os casos confirmados de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021 no município, contendo dados como idade dos pacientes, o que permitiu conhecer o número de crianças infectadas pelo vírus e impactadas diretamente pela pandemia. Tais dados foram apresentados no Capítulo 4.

Durante a entrevista, a Enfermeira afirmou que foram distribuídas máscaras, álcool e os medicamentos prescritos por médicos para o tratamento da infecção pelo vírus, no entanto, não há registros acerca das comunidades rurais contempladas. Aqui, mais uma vez, vê-se um conselho em silêncio não apenas em relação às crianças, mas em relação a toda população. A pandemia reduziu-se ao tema da conferência, realizada após mais de um ano em que a pandemia havia sido decretada pela OMS.

Pilotti (2011) lembra que, com a promulgação do ECA e a aprovação em nível internacional da Convenção sobre os Direitos das Crianças, acreditava-se que os novos

marcos jurídicos seriam agentes poderosos de mudanças sociais, capazes de transformar os “menores” em crianças cidadãs. Inspiradas em grande parte na doutrina dos direitos humanos, tais legislações passaram a propor novas abordagens com base na participação da sociedade civil e dos governos locais na proteção integral das crianças. No entanto, a situação da infância apresenta avanços e retrocessos. Os documentos comprovam isso tanto quando falam e selecionam as crianças (CMAS), como quando silenciam, como fez o CMS e o CMDCA em um momento de crise sanitária com impactos alarmantes.

5.3 Campo: território invisível para os conselhos e as secretarias municipais?

Os dados de caracterização do município pesquisado, apresentados no Capítulo 2, apontam uma população na qual a proporção de pessoas ocupadas, em relação à população total, era de 7,74 %, o que equivale a 793 pessoas, conforme dados do IBGE (2022). Isso indica que o município possui um mercado de trabalho restrito, com pouca movimentação econômica, demonstrando uma baixa capacidade de geração de empregos formais, predominando empregos informais, sazonais (temporários) ou precários, com alternativas de renda escassas, sinalizando uma situação de vulnerabilidade socioeconômica entre seus habitantes. Já os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE), diretamente ligados à população do campo, mostram a prevalência da agricultura familiar e a presença das mulheres nesse espaço de trabalho, revelando uma dependência das famílias em relação às suas próprias atividades produtivas. O cenário descrito por esses dados reforça a necessidade de políticas públicas voltadas aos sujeitos do campo, evidenciando a importância dos conselhos municipais no processo de formulação e/ou monitoramento das políticas de educação, saúde e assistência social que contemplem as necessidades específicas das crianças do campo e de suas famílias, visto que este é um espaço de debate importante para tratar da adequação das políticas às especificidades dos territórios.

No entanto, a análise das atas dos conselhos e das entrevistas mostram que as crianças do campo não foram prioridade e os territórios rurais, em sua totalidade, não foram contemplados por ações que visavam mitigar os efeitos da pandemia. Se os territórios rurais não foram lembrados, os sujeitos que os compõem e lhes dão vida também foram esquecidos. A única reunião do CMAS que menciona as crianças e se refere ao campo (22/04/2020), o restringe ao distrito do município. O campo foi esquecido como lugar de vida? Se a pandemia da Covid-19 ameaçava diretamente a vida, tanto pela infecção pelo vírus como pelos efeitos decorrentes do necessário isolamento social, o campo e suas crianças precisavam ser

contemplados em sua totalidade no processo de implementação de políticas. No entanto, a partir das entrevistas, verifica-se que o acesso a benefícios por muitas famílias do campo com crianças dependeu da procura das famílias.

Embora se tenha visto um distanciamento entre o legal e o real quanto à efetivação do direito à proteção integral que as crianças possuem, o artigo 4º do ECA assegura que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação de muitos direitos que as crianças possuem. Em seu parágrafo único, é especificado que a garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (Brasil, 1990).

Ao analisar os documentos, é notório que as crianças do campo não foram preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e não foram destinatárias privilegiadas dos recursos públicos. Como observam Silva e Strang (2020), a garantia de prioridade “Não se trata de direitos especiais, mas sim de considerar a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e, portanto, merecedora de cuidado especial, haja vista a teoria da proteção integral adotada pela nossa CF de 1988, cuja expressão se concretiza no ECA (p. 04). Pode-se afirmar que, de acordo com o período analisado, as crianças do campo não foram prioridade em nenhuma das duas gestões municipais (a que estava vigente em 2020 e a iniciada em 2021) no que se refere a projetos e ações relativos à pandemia e seus impactos. As crianças do campo não foram pauta das reuniões.

Quando as participantes da pesquisa foram questionadas se havia sido realizados projetos ou ações, direcionados às crianças do campo, em parceria entre a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Secretarias de Trabalho e Ação Social, relativos à pandemia e seus impactos, estas foram as respostas das entrevistadas:

Professora: Sim, principalmente a busca ativa. Essa busca ativa ajudou muito, em todos os sentidos, porque a gente ia... se formava a equipe de professores e, às vezes, alguém da [Secretaria de] Ação Social, e a gente ia até essa casa, a gente fazia reunião com esses pais. Às vezes juntava escola com esses pais, pra fazer esse reforço, pra fazer essa busca a esses alunos para a sala de aula.

Assistência Social: Foi realizado. Com certeza realizou em conjunto, né? É tanto que um dos programas, que a gente chama PSE [Programa Saúde na Escola], que é um programa de saúde, educação e saúde, mas não deixa de incluir os demais profissionais, mas, em conjunto, principalmente com essas três secretarias, se fez um

trabalho educativo de prevenção, né, pós-pandemia. Durante a pandemia em si, não, porque as escolas pararam, né? Mas, assim, quando flexibilizou, eu lembro direitinho que a gente começou a fazer esse trabalho educativo, realmente, de cuidados e de prevenção.

Enfermeira: Não me sinto à vontade para responder essa [pergunta]. Não me lembro.

As falas mostram que foram realizadas algumas ações intersetoriais, no entanto, focadas no período pós-pandemia e, mais especificamente, após a flexibilização das medidas de distanciamento social, indicando como essas infâncias estiveram (ou não) em pauta no âmbito do planejamento e implementação das políticas de educação, saúde e assistência social do município pesquisado.

Considerações finais

A ideia do campo como um lugar esvaziado ou a visão direcionada a este como um espaço inferior, influenciou e ainda influencia sua história. Não sem lutas, a cada dia sua população (re)existe nas diferentes áreas rurais desse Brasil tão vasto, mostrando que nelas há vida, saberes, culturas e tradições e, especialmente, crianças que precisam ter seus direitos garantidos.

No Brasil, as conquistas democráticas marcaram um novo momento, preconizando, através da Constituição Federal de 1988, a garantia do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade a todos os cidadãos brasileiros (Brasil, 1988). No entanto, o acesso a estes direitos continua sendo um desafio para os sujeitos residentes nos territórios rurais, principalmente no que se refere ao direito à propriedade, cuja efetivação é fundamental para lhes garantir vida, liberdade, igualdade e segurança. No campo, é pela terra que se tem lutado e é nela que se trabalha diariamente pela subsistência familiar. Todavia, é primordial ressaltar que a CF de 1988 apresenta conquistas históricas para a população brasileira, defendendo os direitos de brasileiros/as, mas que a efetivação destes ainda segue sendo um desafio para muitos grupos e, entre eles, a população camponesa, composta também por crianças residentes nos diferentes territórios rurais. A concentração fundiária tem raízes históricas, sendo marcante na trajetória do camponato brasileiro e segue resultando em desigualdades no acesso à terra por quem dela precisa para cultivar, para morar e para viver. Este entrave, aliado à ausência de outros direitos, resulta em desigualdades nos territórios rurais.

As lutas dos movimentos sociais mostram a histórica invisibilização dos sujeitos do campo, evidenciando que estar nos textos das leis é essencial, mas que a luta pela efetivação dos direitos e acesso às políticas sociais é constante, principalmente no campo da Educação Infantil. A Educação Infantil e, conseqüentemente, a Educação Infantil do/no Campo, são políticas sociais que contemplam interesses diversos e, entre estes, aqueles ligados ao anseio de que as crianças tenham acesso a creche e a pré-escola, que sejam acolhidas em instituições públicas, gratuitas e de qualidade, onde possam brincar e interagir, serem cuidadas e educadas. Estas instituições também atendem às necessidades da classe trabalhadora, de pais, mães e demais responsáveis por crianças pequenas e que precisam garantir a subsistência familiar. Em particular, também contribui para a equidade de gênero, sendo um local de apoio para as mães ou mulheres responsáveis por crianças e que estão inseridas no mercado de trabalho. A Educação Infantil do/no Campo, que deve atender às especificidades das crianças

campesinas, respeitando suas culturas e modos de vida, ainda enfrenta desafios como a oferta de vagas nas comunidades onde as crianças residem, falta de recursos pedagógicos, etc, cujos desafios são mostrados em pesquisas realizadas no âmbito do PPGEd/UFCG, apontando que o acesso à Educação Infantil do/no Campo por muitas crianças não é universal. A luta pelo direito à educação do/no Campo ainda se faz presente em muitas comunidades, o que leva ao questionamento sobre a visão que os dirigentes políticos à frente do Estado possuem sobre esses territórios e como outros direitos das crianças do campo estão sendo ameaçados ou negados. Através das pesquisas analisadas, constatou-se que as dificuldades que já vinham sendo enfrentadas por esses sujeitos acentuaram-se no período da pandemia da Covid-19, impactando assim as crianças que compõem essa população de diversas formas, especialmente no âmbito da educação.

O período da crise sanitária foi repleto de tensões, de modo que houve conflitos de interesses entre o governo Bolsonaro e os grupos que defendiam o bem-estar da população acima dos interesses neoliberais. Viu-se um governo federal que dificultou o acesso da população às vacinas, um governo negacionista, um governo que não se preocupou com a oferta efetiva das políticas sociais, conforme demandado naquele momento. Nesse contexto, a gestão da crise sanitária pelo presidente Bolsonaro ocorreu de modo descomprometido com o combate à propagação do vírus e demais impactos da pandemia, destacando-se então as ações implementadas no âmbito do Consórcio Nordeste, como o Comitê Científico de Combate ao Coronavírus, responsável pelas medidas que buscaram conter a propagação do vírus nos estados da região Nordeste e, com relação às crianças, o Consórcio contou com a Frente Nordeste Criança, composta por um coletivo que voltou o olhar para as crianças e seus direitos nesse período. No entanto, as desigualdades na gestão foram expressivas, principalmente pelo fato de que nem todos os estados organizaram-se dessa forma e nem tomaram as medidas necessárias para conter a disseminação do vírus SARS-CoV-2, causador da Covid-19, e evitar o colapso do sistema de saúde, como no caso de Manaus, situação que, certamente, afetou as crianças manauaras de forma direta ou indireta. A análise da atuação do Consórcio Nordeste permite afirmar seu importante papel na proteção das infâncias nordestinas, porém, tomando como exemplo o caso de Manaus, nota-se as desigualdades da gestão da crise sanitária nas diferentes regiões do país que, conseqüentemente, transformaram-se em desigualdades regionais, indicando a necessidade de estudos que considerem os diferentes impactos da pandemia na vida das crianças dos diferentes territórios brasileiros.

O mapeamento da produção acadêmica acerca dos impactos da pandemia da Covid-19 na vida das crianças do campo, através da análise de estudos que tratam destas no período pandêmico e da forma como foram impactadas pela crise sanitária, considerando o período de 2020 a 2024, além dos dados coletados nas entrevistas com as profissionais da educação, saúde e assistência social do município, e demais pesquisas apresentadas no decorrer da dissertação, revelam a necessidade de que novos estudos sejam realizados, considerando, entre outros marcadores sociais da diferença, os marcadores de geração e território, para que se conheça a diversidade das infâncias que, ao mesmo tempo, remetem-se a particularidades vividas em um momento de crise global, mas que se tornou uma experiência única e particular para cada sujeito, para cada grupo e em cada local do Brasil. A forma como as crianças vivenciaram a pandemia foi atravessada pelos marcadores sociais da diferença, resultando em um acesso desigual a muitos direitos que lhes são garantidos por lei e, entre eles, o direito à educação, principalmente entre aquelas pertencentes às classes populares e residentes em territórios rurais, que tiveram dificuldades para acessar um ensino não presencial, pela impossibilidade de acesso aos recursos digitais. Junto a isso, houve também a impossibilidade de oferta de auxílio nas atividades por parte de alguns familiares, por diferentes motivos, incluindo o fato de não serem pessoas alfabetizadas.

O campo é composto por crianças e adolescentes, por pessoas adultas e por pessoas idosas, por sujeitos que têm uma forte ligação com a natureza, que se constituem nas relações que estabelecem com o território, com a história do seu povo, com a cultura e com os saberes. O campo precisa ser considerado enquanto um lugar de vida, fato que não foi notado nas análises das atas dos conselhos, que compõem os primeiros dados coletados e analisados na pesquisa.

Analisando os documentos (atas do CME, CMAS, CME e CMDCA), observou-se as informações registradas, mas também captou-se o silêncio destes em relação à população do campo em sua totalidade, incluindo as crianças que, conforme o ECA (Brasil, 1990), possuem direito à proteção integral e devem ser prioridade em diferentes âmbitos, inclusive na execução das políticas sociais públicas. O silêncio dos documentos é uma expressão do silêncio dos conselhos, do silêncio da sociedade civil e, pode-se dizer, da gestão municipal. As crianças do campo não foram amplamente contempladas nas ações mencionadas nas atas do CMAS, que visavam mitigar os efeitos da pandemia no município estudado. Quais crianças são sujeitos de direitos? A defesa destas como cidadãs detentoras de direitos ainda encontra-se apenas nos textos dos marcos legais e segue clamando por efetivação.

As pesquisas e as entrevistas desvelam as desigualdades que afetam as crianças, atravessando sua vida escolar e adentrando nas residências, evidenciando a impossibilidade de pensar as políticas para a infância de forma dissociada, exigindo o fortalecimento das políticas sociais e um diálogo entre as áreas, especialmente saúde, educação e assistência social, com ações intersetoriais que contemplem suas múltiplas necessidades, principalmente em tempos de crise, priorizando as crianças no processo de planejamento e implementação das políticas sociais, especialmente aquelas que compõem as áreas rurais.

Os dados disponibilizados pela Secretaria de Saúde do município mostram que crianças foram diretamente impactadas pela crise sanitária, através da infecção pelo vírus causador da Covid-19 e, de outros modos, pelos seus desdobramentos, conforme os relatos das entrevistadas. No âmbito da educação e da assistência social, a entrevista com a Professora e a Assistente Social contribuiu para conhecer as demandas das crianças do campo e suas famílias durante a pandemia, evidenciando a importância direta de programas sociais, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na vida das crianças do campo e das suas famílias.

Embora marcado por desigualdades, o campo também é lugar de vida, de vivência comunitária, de cultura e de alegria, principalmente para as crianças, no entanto, o que não se pode é ignorar os dados que informam sobre suas condições de vida, sobre diferentes aspectos que compõem seu território.

É importante salientar que a não realização da escuta das crianças e/ou suas famílias pode limitar as compreensões. Portanto, para continuar conhecendo os reflexos da pandemia da Covid-19 na vida das crianças residentes em áreas rurais, os dados coletados e analisados nesse estudo podem ser aprofundados a partir da escuta desses sujeitos.

Mesmo que não tenha sido realizada a escuta das crianças e das suas famílias, a partir dos dados coletados e analisados, principalmente aqueles diretamente ligados ao município pesquisado, propomos que o referido município invista em estudos para mapear as condições de vida das crianças do campo e a oferta das políticas sociais, especialmente em momentos de crise pandêmica, que envolve uma questão de saúde pública grave e global, como a pandemia da Covid-19. Em tempos de crise, na implementação das políticas da educação e assistência social, nas quais os agentes possuem maior aproximação com as crianças e suas famílias, recomendamos que sejam construídos instrumentos que viabilizem a escuta desses sujeitos, conhecendo suas condições socioeconômicas e mantendo os vínculos, para que seus direitos sejam garantidos. No processo de visita à Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Secretaria de Trabalho e Ação Social para solicitação dos documentos e acesso àqueles

disponibilizados, as gestoras relataram um apagamento dos dados, em decorrência da mudança de gestão, o que impossibilitou a disponibilização de informações acerca da gestão anterior (vigente até dezembro de 2020) por meio de registros oficiais em documentos. Ante o exposto, sugerimos que a gestão crie mecanismos de registros de informações que possam ser alimentados e acessados no decorrer de todas as gestões, garantindo o acesso aos documentos públicos e garantindo a plena continuidade das políticas sociais, mesmo após as eleições municipais e mudança de gestão. Recomendamos, ainda, a implementação de um programa de capacitação para os/as conselheiros, gestores/as e equipes técnicas, com foco em metodologias de monitoramento e avaliação de políticas, visando fortalecer o controle social, a intersetorialidade e o compromisso com as crianças do campo no processo de planejamento e implementação das ações no âmbito das políticas de educação, saúde e assistência social.

Referências

ALBINO, Luciano. Brasil em tempos sombrios. *In*: BARBOSA, José Luciano Albino; AGRA, Nadine (Orgs.). **O Brasil na covid-19: adoecimento e retrocesso**. Campina Grande: EDUEPB, 2021, p. 55-70.

ALVES, Ana Elizabeth Santos; TIRIBA, Lia. APRESENTAÇÃO: CIO(S) DA TERRA, A PROPÍCIA ESTAÇÃO...*In*: ALVES, Ana Elizabeth Santos; TIRIBA, Lia. (Orgs.). **Cios da Terra: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e educação do campo**. Uberlândia-MG: Editora Navegando, 2022, p. 17-28.

ANDRADE, Laurenice Gomes. **A organização e a oferta da educação infantil para as crianças camponesas no município de Barra de Santana-PB**. 2023. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2022. Disponível em: http://www.ppged.ufcg.edu.br/images/4/40/Dissertacao_Laurenice_formatada.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Direitos da criança e do adolescente: um debate necessário. **Psicologia Clínica**, v. 24, n. 1, p. 45–56, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/6ZscSQSMjyRwMw3Cmdq5gwR/>. Acesso em: 16 set. 2024.

ARAÚJO, Marcella Oliveira; SILVA, Ana Paula Soares da. Crianças de 0 a 3 anos: um estudo etnográfico sobre o dia a dia no espaço rural. *In*: SILVA, Isabel de Oliveira e; SILVA, Ana Paula Soares da; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). **Infâncias do campo**. Belo Horizonte Autêntica Editora, 2013. (Coleção Caminhos da Educação do Campo), p. 41-58.

ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. *In*: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 65-86.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Apresentação. *In*: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 7-18.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Corpos precarizados que interrogam nossa ética profissional. *In*: ARROYO, Miguel Gonzalez; SILVA, Maurício Roberto da. **Corpo-infância: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 23-54.

AVIZ, Fernanda Regina Silva de; SANTOS, Tânia Regina Lobato dos. Experiências socioculturais e a educação de crianças extrativistas da Amazônia Paraense. **Rev. Educ., Cult. Soc.**, Sinop/MT/Brasil, v. 11, n. 1, p. 55-69, jan./jun.2021. Disponível em: https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:_MTIw-oeaqsJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=0,5&scilib=1. Acesso em: 16 ago. 2024.

BARBOSA, Liliane Monteiro. **O direito à educação escolar indígena e a perspectiva**

ambiental: desafios decoloniais do bem-viver a partir das comunidades potiguaras da Paraíba. 2024. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2023. Disponível em: <http://www.ppged.ufcg.edu.br/images/8/86/VersaofinalLILIANE.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BARBOSA, Maria Antonia Henrique. **Os direitos das crianças na base nacional comum curricular da educação infantil:** a perspectiva de docentes de uma escola do campo. 2023. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2023. Disponível em: http://www.ppged.ufcg.edu.br/images/9/92/Disserta_MARIA_ANTONIA.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

BARROS, Rosa Amélia de Queiroz. **A gestão e a organização das escolas/turmas multisseriadas nos municípios de Barra de Santana e Boqueirão - Paraíba.** 2020. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2020. Disponível em: http://www.ppged.ufcg.edu.br/images/b/bd/DISSERTA%C3%87%C3%83O_ROSA_AM%C3%89LIA_PARA_DEP%C3%93SITO.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

BECHER, Caroline Becher; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida; AMARAL JÚNIOR, José Carlos do. Proteção social e território rural: O campo como lugar das vulnerabilidades sociais. In: DAL BELLO, Marília Gonçalves; GODOI, Sueli; BERNARDINO, Virgílio Manuel Pereira (Orgs.). **Território e gestão de políticas públicas:** contribuições ao debate. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, p. 84-95.

BECHER, Caroline. **A Política Agrária no Brasil:** Uma análise sobre o Alcance da Proteção Social no Campo. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Londrina, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/900ba155-8257-4de0-a530-b1cdfb3e091/content>. Acesso em: 27 set. 2024.

BEHAR, Patrícia Alejandra. **O ensino remoto emergencial e a educação à distância.** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 9 set. 2024.

BEZERRA, Francis Oliveira. Políticas públicas de “assistência emergencial” em tempos de Covid-19: traços de crise e desigualdade em organização e proteção social no Brasil. In: BARBOSA, José Luciano Albino; AGRA, Nadine (Orgs.). **O Brasil na covid-19:** adoecimento e retrocesso. Campina Grande: EDUEPB, 2021, p. 71-84.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** De 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.** Resolução Complementar CNE/CEB N° 2, de 2008.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 06 maio 2024.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo** (Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002). Brasília, DF: MEC/SEF, 2002.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal de 1988, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2059%2C%20DE%2011%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202009&text=208%2C%20de%20forma%20a%20prever,ao%20%C2%A7%203%C2%BA%20do%20art. Acesso em: 9 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº.8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde - **COVID-19 NO BRASIL**. 2025. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 5, de 17 de dezembro de 2009. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13684-resolucoes-ceb-2009>. Acesso em: 9 ago. 2024.

BRASIL. Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008. **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório final da CPI da Pandemia**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>. Acesso em: 29 dez. 2023.

BUENO, Alexei. **As máscaras**. São Paulo: Patuá, 2020.

BUSS-SIMÃO, Márcia; LESSA, Juliana Schumacker. Um olhar para o (s) corpo (s) das crianças em tempos de pandemia. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1420-1445, dez./dez., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980-4512.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/78165>. Acesso em: 15 maio 2024.

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 147-158.

CAMPELLO, Tereza. (coord.). **Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás**. Brasília, DF: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais; Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2017.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda *et al.* A colaboração em tempos de pandemia e o protagonismo do Consórcio Nordeste. In: CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; SILVA, Brunno Costa do Nascimento (Orgs.). 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020. **Em tempos de pandemia: contribuições do Observatório das Metrópoles - núcleo Natal**, p. 44-57. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/em-tempos-de-pandemia-contribuicoes-do-observatorio-das-metrolopes-nucleo-natal/>. Acesso em: 30 dez. 2023.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A atualidade e o ineditismo do Consórcio Nordeste. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 21, p. 165-174, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9702/1/BRUA21_Opiniao1.pdf. Acesso em: 30 dez. 2023.

CONSÓRCIO NORDESTE. **Comitê científico do Consórcio Nordeste encerra atividades**, 2023. Disponível em: <https://consorcionordeste.gov.br/noticia/comite-cientifico-do-consorcio-nordeste-encerra-atividades>. Acesso em: 02 jan. 2024.

COUTINHO, Angela Scalabrin Coutinho; CÔCO, Valdete. Educação Infantil, políticas governamentais e mobilizações em tempos de pandemia. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2016266, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 16 set. 2024.

COUTINHO, Angela Scalabrin; SANTOS, Maria Walburga dos; SIQUEIRA, Romilson Martins. Infâncias à Margem na Pandemia - Olhares que se Entrecruzam: Trabalho Docente, Instituições, Práticas Pedagógicas, Desigualdades e Movimentos Sociais. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, Brasil, v. 33, n. 4, p. 770-780, 2023. DOI: 10.18224/frag.v33i4.14476. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/14476>. Acesso em: 5 set. 2024.

CRUZ, Fernanda Santos da. **Crianças e experiências brincantes nos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola no campo**. Campina Grande, 2023. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2022. Disponível em: http://www.ppged.ufcg.edu.br/images/8/87/DISSERTACAO_Fernanda.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

EUFRASIO, Cintia Leticia Bittar de Araújo. **Garantia do direito à educação escolar das comunidades quilombolas: desafios e perspectivas**. 2021. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021. Disponível em:

http://www.ppged.ufcg.edu.br/images/f/f0/Dissertacao_final_Cintia_Let%C3%ADcia_Bittar_de_Ara%C3%BAjo.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

FARIAS, Danilo de Souza. **O papel dos movimentos sociais pela efetivação do direito à educação do e no campo na Paraíba: resistências e proposições no período de 2010-2020**. 2022. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2022. Disponível em:

http://www.ppged.ufcg.edu.br/images/f/f2/DISSERTACAO_VERSAO_FINAL_DANILO_D E SOUZA FARIAS %281%29.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

FARIAS, Tiago José Vasconcelos de. **Política de nucleação das escolas no campo no município de Caraúbas-PB: contradições, desafios e perspectivas**. 2022. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2022. Disponível em:

http://www.ppged.ufcg.edu.br/images/9/9d/Dissertacao_Final_revisada.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma Caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 133-146.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 64 - 89.

GATTI, Bernardete; ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Acesso em: 23 fev. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri - SP: Atlas, 2022.

GOBBI, Márcia Aparecida; PITO, Juliana Diamante; MELEÁN, Simone Maria Magalhães (2020). Crianças e mulheres e nós-nada: reflexões a partir das vidas em despejo no acampamento Campo Grande do MST. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1255-1280, dez./dez., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980-4512. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22nespp1255>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/77480>. Acesso em: 16 maio 2024.

GOBBI, Márcia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos em assentamento do MST: representações e diferentes modos de ver e sentir da infância do campo. In: SILVA, Isabel de Oliveira e; SILVA, Ana Paula Soares da; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). **Infâncias do campo**. Belo Horizonte Autêntica Editora, 2013. (Coleção Caminhos da Educação do Campo), p. 59-76.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Infância e pandemia: exercícios de escuta. In: SILVA, Isabel de Oliveira et al. (Orgs.). **Infância e pandemia**: escuta da experiência das crianças. Belo Horizonte: Incipit, 2022, p. 09-24.

https://ijf.org.br/wp-content/uploads/2022/01/A-Desigualdade-Mata_Relatorio-Oxfam-2022.pdf. Acesso em: 29 dez. 2023.

GURGEL, Aline do Monte; SANTOS, Carla Caroline Silva dos; ALVES, Kelly Poliany de Souza; ARAUJO, Juciany Medeiros de; LEAL, Vanessa Sá. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25: 4945-4956, 2020.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fKJKgrTxtT7rg6xGHdCQtyC/?la>. Acesso em: 22 set. 2024.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Manutenção e reprodução da pobreza rural no Brasil e o desafio da sua superação por meio de políticas públicas. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 9, n. 18 Jun., 2014. DOI: 10.14393/RCT91826894. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26894>. Acesso em: 20 abr. 2025.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2024.

INSTITUTO BUTANTAN. **Portal do Butantan**. Por que as crianças se infectam com menor frequência pelo novo coronavírus?, 23 jun. 2021. Disponível em:

<https://butantan.gov.br/bubutantan/por-que-as-criancas-se-infectam-com-menor-frequencia-pe-lo-novo-coronavirus>. Acesso em: 24 dez. 2023.

JONSSON, Urban. As causas da fome. In: VALENTE, Flávio Luiz Schieck (Org.). **Fome e desnutrição**: determinantes sociais. Campina Grande: EDUEPB, 2021, p. 69-91.

KRAMER, Sonia. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 1-14. 2000. Disponível em:

www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/viewFile/23857/16830. Acesso em: 22 ago. 2023.

KUHLMANN JR, Moysés. FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **A Infância e sua Educação**: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LEAL, Fernanda de Lourdes Almeida. **Na mão e contramão da política**: a realização da política nacional de educação do campo em municípios do Cariri Paraibano. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Campina Grande, 2012.

LEAL, Fernanda de Lourdes Almeida. Reflexões sobre educação infantil antes e no contexto da pandemia: especificidades, tensões e desafios. In: BARBOSA, José Luciano Albino; AGRA, Nadine (Orgs.). **O Brasil na covid-19**: adoecimento e retrocesso. Campina Grande: EDUEPB, 2021, p. 161-178.

LEAL, Fernanda de Lourdes Almeida; CAMPOS, Kátia Patrício Benevides; SOUZA, Rayffi Gumerindo Pereira de. VIVER A PANDEMIA NA ZONA RURAL DO CARIRI PARAIBANO: CONVERSAS COM CRIANÇAS. In: **O que as pesquisas com e sobre crianças podem nos dizer em tempos de crise?** LEAL, Fernanda de Lourdes Almeida; CAMPOS, Kátia Patrício Benevides (Orgs.). Campina Grande: EDUEPB, 2022, p. 95-118.

LEMOS, Janieli Silvestre da Silva. **Educação Infantil do e no Campo**: a oferta de Educação Infantil para crianças que residem em áreas rurais de um município do brejo paraibano. 2022. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021. Disponível em: http://www.ppged.ufcg.edu.br/images/4/44/Dissertacao_Janieli_Silvestre_da_Silva_Lemos.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

LOPES, Laura Marques. **Pandemia da covid-19, orfandades e políticas públicas no Consórcio Nordeste**: uma análise a partir da antropologia. 2023. 66 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/34024>. Acesso em: 20 mar. 2025

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2.ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MACEDO, Elina Elias. Desigualdade e pandemia nas vidas das brasileiras e dos brasileiros. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1404-1419, dez./dez., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/77746>. Acesso em: 21 abr. 2023.

MACEDO, Renata Mourão; MEDEIROS, Thamires Monteiro de. Marcadores sociais da diferença, interseccionalidade e saúde coletiva: diálogos necessários para o ensino em saúde. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 144, e9507, jan.–mar. 2025. DOI: 10.1590/2358-289820251449507P. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/HjCmwPDynQscSJ5DL5GMsYN/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2025.

MACHADO, Susana de Gusmão Silveira. **Experiências de professoras da educação infantil na pandemia da COVID-19**: histórias, dilemas e reflexões. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/10889>. Acesso em: 16 maio 2024.

MARCHIONI, Dirce Maria Lobo; BÓGUS, Cláudia Maria. O Direito Humano à Alimentação Adequada como diretriz de políticas públicas. **Jornal da USP**, 21 dez. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-direito-humano-a-alimentacao-adequada-como-diretriz-de-politicas-publicas/>. Acesso em: 22 set. 2024.

MARINS, Mani Tebet; RODRIGUES, Mariana Nogueira; SILVA, Jéssica Maldonado Lago da; Silva, Karen Cristina Martins da; CARVALHO, Paola Loureiro. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 36, Número 2, Maio/Agosto 2021, 669-689. DOI: 10.1590/s0102-6992-202136020013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xJ7mwmL7hGx9dPDtthGYM3m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso

em: 11 set. 2024.

MARQUES, Fernanda Pedrosa Coutinho *et al.* Emoções e sentimentos das crianças em tempos de pandemia. In: SILVA, Isabel de Oliveira et al. (Orgs.). **Infância e pandemia: escuta da experiência das crianças**. Belo Horizonte: Incipit, 2022, p. 117-154.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MATOS, Camila Trigo *et al.* O brincar, as relações sociais e tarefas domésticas realizadas pelas crianças durante o isolamento social. In: SILVA, Isabel de Oliveira et al. (Orgs.). **Infância e pandemia: escuta da experiência das crianças**. Belo Horizonte: Incipit, 2022, p. 89-116.

MELO, Ana Cláudia Figueiredo Brasil Silva *et al.* Crianças e escolas no contexto do isolamento social: aprendizagens e sociabilidades entremeadas. In: SILVA, Isabel de Oliveira et al. (Orgs.). **Infância e pandemia: escuta da experiência das crianças**. Belo Horizonte: Incipit, 2022, p. 61-88.

MENDES, Elizabeth. **A educação do campo no município de Queimadas-PB: política, caminhos e desafios**. 2022. 197f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2022. Disponível em: http://www.ppged.ufcg.edu.br/index.php/Disserta%C3%A7%C3%B5es_2021. Acesso em: 30 jul. 2024.

MENICUCCI, Telma; GOMES, Sandra. **Políticas Sociais: conceitos, trajetórias e a experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018. (Coleção Temas em Saúde).

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 1-177, abr. 2011. Disponível em: <https://portalbiblioteca.ufra.edu.br/images/Ebook/letrasportugues/educacaodocampo.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Chefe da Organização Mundial da Saúde declara o fim da COVID-19 como uma emergência de saúde global**, 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/230307-chefe-da-organiza%C3%A7%C3%A3o-mundial-da-sa%C3%BAdede-declara-o-fim-da-covid-19-como-uma-emerg%C3%Aancia-de-sa%C3%BAdede>. Acesso em: 02 jan. 2024.

NICOLELIS, Miguel Angelo Laporta. O Comitê Científico de Combate ao Coronavírus (C4) do Consórcio Nordeste e a Pandemia de COVID-19 no Brasil. In: SANTOS, Alethele de Oliveira; LOPES, Luciana Toledo (Orgs.). **Planejamento e gestão**. Coleção Covid-19, v. 2. Brasília - DF: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2021, p. 126-145. Disponível em: <https://www.rets.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/biblioteca/covid-19-volume2.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2023.

OXFAM. **Relatório A Desigualdade Mata**, 2022. Disponível em: https://ijf.org.br/wp-content/uploads/2022/01/A-Desigualdade-Mata_Relatorio-Oxfam-2022.pdf. Acesso em: 29 dez. 2023.

PALUDO, Conceição; SILVEIRA, Dynara Martinez. Contribuições para a História da Educação Infantil do Campo no Brasil. **Revista Contrapontos** - Eletrônica, Vol. 14 - n. 1 - jan-abr, 2014. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/5045>. Acesso em: 09 ago. 2024.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. Estatuto da Criança e do Adolescente, 25 anos de história. In: VIEIRA, Ana Luisa; PINI, Francisca; ABREU Janaina (Orgs.). **Salvar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. 1. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2015, p. 10-13.

PRATA, Welton de Araujo. **O brincar na Educação Infantil em uma escola do campo no Município de Humaitá-AM**. 2021. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades) - Universidade Federal do Amazonas, Humaitá-AM, 2021. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/8338/12/Disserta%C3%A7%C3%A3o_WeltonPrata_PGECH.pdf. Acesso em: 16 maio 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Andrêssa Glaucyara Silva; VIEIRA, Emília Peixoto; LEAL, Fernanda de Lourdes Almeida; MORAES, Lavinia Brasilino de. O papel da sociedade civil organizada na pandemia de COVID-19 no Brasil: A relevância da ANPED e do MIEIB na defesa das crianças e infâncias. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 33, n.4, p. 1000-1014, 2023. DOI: 10.18224/frag.v33i4.13836. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/13836>. Acesso em: 24 set. 2024.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. II VIGISAN: relatório final. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 09 fev. 2024.

ROSEMBERG, Fúlvia. Criança pequena e desigualdade no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. Editora Cortez, 2006. p. 49-86.

ROSEMBERG, Fúlvia. Sísifo e a educação infantil brasileira. **Pro-Posições**, Campinas, v. 14, n. 1 (40), p.177-194, jan./abr. 2003. Disponível em : <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2183/40-artigos-rosemerg.pdf>. Acesso em 05 dez. 2023.

ROSEMBERG, Fúlvia. “Educação para quem”. **Ciência e Cultura** - São Paulo, SBPC, 28 (12): 1466-1471, dez. 1976.

ROSEMBERG, Fúlvia; ARTES, Amélia. O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos. In: BARBOSA, Maria Carmem Silveira *et. al.* (Orgs.). **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012, p. 13-70.

ROSSETTO, Edna Rodrigues Araújo; SILVA, Flávia Tereza da. Ciranda Infantil. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 127-130.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para aprender políticas públicas**. Brasília: IGEPP, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/34786900/PARA_APRENDER_POL%C3%8DTICAS_P%C3%9ABLICAS. Acesso em: 10 set. 2024.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *In*: **Educação & Sociedade**, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005, p 361-378. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PLsn8PhMzxZJzvdDC3gdKz/?lang=pt> . Acesso em 05 dez. 2023.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos delimitando o campo. *In*: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. (coords.) **As crianças: contextos e identidades**. Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança, 1997. Disponível em <https://pactuando.files.wordpress.com/2013/08/sarmento-manuel-10.pdf>. Acesso em 04 dez. 2023.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e Estudo da Infância. *In*: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de; SARMENTO, Manuel Jacinto. **Infância (In)visível**. Araraquara, SP: Junqueira e Marin, 2007, p. 25 - 49.

SANTOS, Marlene Oliveira dos. **PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, SAÚDE, TRABALHO E MAL-ESTAR DOCENTE**: o que revelam os sentimentos manifestados na pandemia de Covid-19. 2022. Trabalho apresentado no GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos. XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste. São Luís, novembro de 2022. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/regionais/p/nordeste2022/trabalhos>. Acesso em: 27 out. 2023.

SANTOS, Solange Estanislau dos; SARAIVA, Marina Rebeca. O ano que não tem fim: as crianças e suas infâncias em tempos de pandemia. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1177-1187, dez./dez., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/78765>. Acesso em: 22 abr. 2023.

SEGATA, Jean. A importância das Ciências Humanas na pesquisa e combate às pandemias. **Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/UFRGS)**, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/a-importancia-das-ciencias-humanas-na-pesquisa-e-combate-as-pandemias>. Acesso em: 05 abr. 2023.

SERAFIM, Olindina Cirilo Nascimento. **Prática docente na pandemia em territórios quilombolas do Espírito Santo**: aquilombar para aprender e ensinar. 2022. 201f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/27223>. Acesso em: 16 maio 2024.

SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo**, 2010.

SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana Bezzon da. **Educação Infantil do campo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Docência em Formação: Educação Infantil / coordenação Selma Garrido Pimenta).

SILVA, Frederico Barbosa da; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: JACCOUD, Luciana. **Questão Social e Políticas Públicas no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_8-10.pdf. Acesso em: 24 set. 2024.

SILVA, Isabel de Oliveira e *et al.* Escutar as crianças em um contexto de crise: percurso metodológico e perfil dos participantes da pesquisa. In: SILVA, Isabel de Oliveira et al. (Orgs.). **Infância e pandemia**: escuta da experiência das crianças. Belo Horizonte: Incipit, 2022, p. 27-60.

SILVA, João Estevão da. **Escola Negros do Osso**: concepções, práticas pedagógicas e significados culturais de uma comunidade quilombola em Pesqueira - PE. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018. Disponível em: http://www.ppged.ufcg.edu.br/images/5/55/MESTRADO_FINAL-03-12-2018_%281%29.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

SILVA, Rogério Correia da. Mau-olhado e quebranto: o que podemos aprender com os povos indígenas sobre suas crianças mesmo quando eles desconfiam de nossa educação infantil?. In: SILVA, Isabel de Oliveira e; SILVA, Ana Paula Soares da; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). **Infâncias do campo**. Belo Horizonte Autêntica Editora, 2013. (Coleção Caminhos da Educação do Campo), p. 149-166.

SILVA, Wanessa Maciel Ferreira da. **A demanda por educação infantil do/no campo**: a perspectiva das famílias do Assentamento Zé Marcolino, no Cariri paraibano. 2019. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019. Disponível em: http://www.ppged.ufcg.edu.br/images/1/18/DISSERTA%C3%87%C3%83O_VERS%C3%83O_FINAL_WANESSA_MACIEL_OK.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

SOARES, Raí Vieira; NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. O GOLPE DE ESTADO NO BRASIL EM 2016 E INFLEXÕES NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 22, n. 2, p. 799-822, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321158845010/html/>. Acesso em: 29 dez. 2023.

SOUZA, Rayffi Gumercindo Pereira de. **Educação infantil do/no campo**: como a pré-escola vê e vive as culturas infantis?. 2020. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2020. Disponível em: http://www.ppged.ufcg.edu.br/images/f/fe/DISSERTA%C3%87%C3%83O_27_02_20_Rayffif_Gumercido.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos. Crianças ribeirinhas brincando na pré-escola. In: SILVA, Isabel de Oliveira e; SILVA, Ana Paula Soares da; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). **Infâncias do campo**. Belo Horizonte Autêntica Editora, 2013. (Coleção Caminhos da Educação do Campo), p. 187-203.

VASCONCELOS NETO, José Euriques de. **O direito à educação das comunidades camponesas em contexto de fechamento de escolas públicas**: uma análise a partir de Solânea - PB. 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021. Disponível em: http://www.ppged.ufcg.edu.br/images/5/58/Dissertacao_Jose_Euriques_Assinaturas.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

VENDRAMINI, Célia Regina. O FAZER-SE CLASSE TRABALHADORA: AS MIGRAÇÕES CAMPO-CIDADE. In: ALVES, Ana Elizabeth Santos; TIRIBA, Lia. (Orgs.). **Cios da Terra**: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e educação do campo. Uberlândia-MG: Editora Navegando, 2022, p. 29-45.

VIEIRA, Daniele Marques; TOMAZZETTI, Cleonice Maria; HENRIQUES, Afonso Canella. Construindo percursos para uma metodologia de Pesquisas em Rede. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, Brasil, v. 33, n.3, p. 494-506, 2023. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/13837>. Acesso em: 5 set. 2024.

VIEIRA, Daniele Marques; VIEIRA, Emilia Peixoto; LEAL, Fernanda de Lourdes Almeida. Infâncias, Crianças e Educação Infantil do e no Campo. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 17, n. 39, 2023. DOI: 10.22420/rde.v17i39.1911. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1911>. Acesso em: 9 ago. 2024.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 25–44, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/#ModalHowcite>. Acesso em: 30 jan. 2024.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário - os estudos rurais no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. Disponível em: <https://editoraunicamp.com.br/catalogo/?id=1711>. Acesso em: 29 jan. 2024.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232612/000740449.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 jan. 2024.

WESTIN, Ricardo. Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios. Agência Senado, **Jornal do Senado**, 14 set. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios#:~:text=No%20Segundo%20Reinado%2C%20o%20Brasil,e%20n%C3%A3o%20em%20pequenas%20propriedades>. Acesso em: 01 fev. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

Questões a serem analisadas nos documentos
<ol style="list-style-type: none">1. Como as crianças do campo e/ou a população do campo aparecem no texto dos documentos?2. Durante a pandemia, foram direcionados para as crianças do campo ou para a população do campo, de modo geral, projetos, serviços, programas ou ações de combate a Covid-19 e aos impactos causados por esta?3. Houve ações conjuntas entre as Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Trabalho e Ação Social relativas à pandemia?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PROFESSORA DO CAMPO

● PERGUNTAS PARA A PROFISSIONAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PERFIL DOS SUJEITOS

- 1- SEXO: () Feminino () Masculino
- 2- FORMAÇÃO: () Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado
- 3- ÁREA DE FORMAÇÃO: _____
- 4- ATUA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE: () Educação () Trabalho e Ação Social
() Saúde
- 5- CARGO QUE OCUPA ATUALMENTE: _____
- 6- TEMPO DE ATUAÇÃO NO CARGO ATUAL: _____
- 7- TIPO DE VÍNCULO: () Efetivo () Contrato

REFLEXOS DA PANDEMIA NA VIDA DE CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS

- 1 - Considerando que todas as perguntas são referentes ao período da pandemia da Covid-19, caso sinta-se confortável, fale um pouco sobre os desafios profissionais que enfrentou durante a crise sanitária.
- 2 - Foram ofertadas atividades pedagógicas para as crianças matriculadas na pré-escola? Se sim, como foram disponibilizadas?
- 3 - Fizeram uso de alguma plataforma ou aplicativo para envio de atividades?
- 4 - As crianças recebiam auxílio de familiares ou pessoas próximas para realizar as atividades? Como estava sendo a interação com familiares?
- 5 - Quais foram as estratégias utilizadas para manter-se em contato com as crianças e suas famílias?
- 6 - Quanto ao planejamento das estratégias adotadas, houve participação das crianças e suas famílias?
- 7 - Como era monitorada a participação delas?
- 8 - As crianças ou seus familiares relataram dificuldade para ter acesso a água potável e/ou alimentos suficientes durante a pandemia?
- 9 - A merenda escolar foi distribuída para as famílias das crianças matriculadas na Educação

Infantil? Se sim, como ocorria e qual era a periodicidade da distribuição?

10 - Foram registrados casos de transferências de crianças em decorrência da migração da família para outras localidades durante o período do ensino remoto emergencial?

11 - As crianças relataram algum sentimento relacionado ao fato de não poderem ir à escola?

12 - As crianças relataram algum sentimento relacionado ao período de distanciamento social em decorrência da pandemia?

13 - As crianças relataram como eram as brincadeiras e com quem brincavam durante o período de distanciamento social?

14 - As crianças ou familiares testaram positivo para Covid-19?

15 - Quando as atividades presenciais retornaram?

16 - Foram adotadas estratégias para o retorno das atividades presenciais?

17 - Todas as crianças retornaram? Caso não, mantiveram as atividades remotas para aquelas que não retornaram?

18 - Houve casos de famílias que não matricularam as crianças na Educação Infantil no ano de 2021?

19 - Quais foram as principais dificuldades enfrentadas por docentes do campo durante a pandemia?

20 - A Secretaria de Educação realizou projetos ou ações, direcionados às crianças do campo, em parceria com as Secretarias de Trabalho e Ação Social e/ou Saúde do município, relativos à pandemia e seus impactos?

21 - Para finalizar, como você definiria o campo e as crianças que o compõem?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM A ASSISTENTE SOCIAL

● PERGUNTAS PARA A PROFISSIONAL DA SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

PERFIL DOS SUJEITOS

- 1- SEXO: (☐) Feminino (☐) Masculino
- 2- FORMAÇÃO: (☐) Graduação (☐) Especialização (☐) Mestrado (☐) Doutorado
- 3- ÁREA DE FORMAÇÃO: _____
- 4- ATUA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE: (☐) Educação (☐) Trabalho e Ação Social
(☐) Saúde
- 5- CARGO QUE OCUPA ATUALMENTE: _____
- 6- TEMPO DE ATUAÇÃO NO CARGO ATUAL: _____
- 7- TIPO DE VÍNCULO: (☐) Efetivo (☐) Contrato

REFLEXOS DA PANDEMIA NA VIDA DE CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS

- 1- Considerando que todas as perguntas são referentes ao período da pandemia da Covid-19, caso sinta-se confortável, fale um pouco sobre os desafios profissionais que enfrentou durante a crise sanitária.
- 2- Houve desafios relativos à população do campo? E relacionados às crianças do campo?
- 3- As famílias do campo procuraram a Secretaria de Trabalho e Ação Social durante a pandemia? Se sim, com que frequência e quais eram as demandas mais recorrentes?
- 4- Neste período, houve demanda para recebimento de benefícios eventuais por parte de famílias do campo com crianças na composição familiar?
- 5- As famílias do campo, atendidas durante a pandemia, relataram ter alguma dificuldade de acesso à água potável e/ou alimentos?
- 6- Receberam demandas de famílias do campo que, com crianças na composição familiar, tenham tido o Auxílio Emergencial, Auxílio Brasil ou BPC bloqueados ou suspensos?
- 7- A Secretaria de Trabalho e Ação Social realizou distribuição de máscaras e álcool para a população do campo?
- 8- Foram distribuídos alimentos para famílias residentes em territórios rurais? Se sim, houve critérios para a seleção das famílias beneficiadas? Quais foram as estratégias utilizadas para a

distribuição?

9- A Secretaria de Trabalho e Ação Social dispunha de programas que contemplassem especificamente as crianças do campo?

10- A Secretaria de Trabalho e Ação Social realizou projetos ou ações, direcionados às crianças do campo, em parceria com as Secretarias de Educação e/ou Saúde do município, relativos à pandemia e seus impactos?

11 - Para finalizar, como você definiria o campo e as crianças que o compõem?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM A ENFERMEIRA

● PERGUNTAS PARA A PROFISSIONAL DA SECRETARIA DE SAÚDE

PERFIL DOS SUJEITOS

- 1- SEXO: () Feminino () Masculino
- 2- FORMAÇÃO: () Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado
- 3- ÁREA DE FORMAÇÃO: _____
- 4- ATUA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE: () Educação () Trabalho e Ação Social
() Saúde
- 5- CARGO QUE OCUPA ATUALMENTE: _____
- 6- TEMPO DE ATUAÇÃO NO CARGO ATUAL: _____
- 7- TIPO DE VÍNCULO: () Efetivo () Contrato

REFLEXOS DA PANDEMIA NA VIDA DE CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS

- 1- Considerando que todas as perguntas são referentes ao período da pandemia da Covid-19, caso sinta-se confortável, fale um pouco sobre os desafios profissionais que enfrentou durante a crise sanitária.
- 2- Houve desafios relativos à população do campo? E relacionados às crianças do campo?
- 3- As famílias do campo, atendidas durante a pandemia, relataram ter alguma dificuldade de acesso à água potável e/ou alimentos?
- 4- Foram registrados casos de Covid-19 entre a população do campo?
- 5- Houve casos confirmados de crianças do campo que testaram positivo para Covid-19?
- 6- A Secretaria de Saúde realizou distribuição de máscaras e álcool para a população do campo?
- 7- A Secretaria de Saúde realizou campanhas com informações sobre o combate ao novo coronavírus? Se sim, quais foram os meios utilizados?
- 8- Quanto às campanhas de vacinação no município, em quais locais ocorreram?
- 9- Havia dias reservados para vacinar grupos específicos?
- 10- Houve adesão satisfatória da população do campo à vacina?

11- As famílias do campo procuraram a Secretaria de Saúde durante a pandemia? Se sim, com que frequência e quais eram as demandas mais recorrentes?

12- Agentes Comunitários de Saúde (ACS) apresentaram demandas relativas à saúde das crianças do campo durante a pandemia?

13- Durante a pandemia, a Secretaria de Saúde recebeu encaminhamentos de outras secretarias relativos às crianças do campo?

14- A Secretaria de Saúde realizou projetos ou ações, direcionados às crianças do campo, em parceria com as Secretarias de Educação e/ou Secretaria de Trabalho e Ação Social do município, relativos à pandemia e seus impactos?

15 - Para finalizar, como você definiria o campo e as crianças que o compõem?

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

ESTUDO: INFÂNCIAS DO CAMPO E COVID-19: UM ESTUDO SOBRE OS REFLEXOS DA PANDEMIA NA VIDA DE CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS DE UM MUNICÍPIO DO SERTÃO PARAIBANO

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Eu, (inserir o nome, profissão, residente e domiciliado na(o) _____, portador(a) da Cédula de identidade, RG _____, e inscrito no CPF/MF _____ nascido(a) em ____/____/_____, abaixo assinado(a), concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário(a) do estudo “*INFÂNCIAS DO CAMPO E COVID-19: UM ESTUDO SOBRE OS REFLEXOS DA PANDEMIA NA VIDA DE CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS DE UM MUNICÍPIO DO SERTÃO PARAIBANO*”. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente que:

I) A pesquisa objetiva analisar os reflexos da pandemia da Covid-19 na vida das residentes em áreas rurais de um município do Sertão Paraibano. De modo que busca:

- Verificar quais foram as ações relacionadas à Covid-19 nas áreas de educação, saúde e assistência social para as crianças do campo no município pesquisado;
- Identificar se e como as crianças do campo foram consideradas no processo de planejamento e implementação das ações relacionadas à Covid-19 no município pesquisado;
- Compreender como as crianças do campo do município pesquisado vivenciaram a pandemia.

II) A pesquisa possui relevância social, caracterizando-se como uma pesquisa sobre e para crianças, e justifica-se por objetivar compreender como as crianças residentes em áreas rurais de um município do Sertão Paraibano foram impactadas pela pandemia da Covid-19, considerando aspectos como saúde, educação e assistência social, possibilitando a educadores/as, gestores/as e demais interessados/as conhecerem as especificidades desses sujeitos e suas demandas em tempos de crise, contribuindo também para a formulação ou reformulação de políticas, com a inclusão destas demandas nas agendas das políticas públicas do município no qual será realizada a pesquisa. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa possui um percurso metodológico de natureza básica, por objetivar preencher uma lacuna no conhecimento relativo aos impactos da pandemia nas crianças residentes em territórios rurais do município. Caracteriza-se como exploratória, por permitir uma maior aproximação com o problema da pesquisa, utilizando diferentes fontes de dados. Possui uma abordagem qualitativa, utilizando dados qualitativos (da pesquisa documental e entrevistas) para melhor compreender o problema da pesquisa. É uma pesquisa do tipo estudo de caso, que coleta e analisa informações sobre um indivíduo, um grupo ou uma comunidade, visando estudar situações da vida real e descrever uma situação em determinado contexto. Compõem o projeto de pesquisa “Do outro lado da margem: desafios e proposições no enfrentamento das desigualdades sociais das infâncias em pandemia”.

III) Compreendo que há **riscos** de origem psicológica envolvidos na minha participação, visto que, ao falar sobre a pandemia da Covid-19, são evocadas memórias que podem gerar desconforto e desencadear sentimentos desagradáveis. No entanto, estou ciente que o estudo

adota medidas minimizadoras dos riscos, ao garantir que: antes de responder às perguntas da entrevista, serei informado/a sobre os tópicos que serão abordados; as entrevistas serão realizadas individualmente e em ambiente reservado, respeitando meus valores, cultura e crenças; tenho a liberdade de me recusar a responder a qualquer pergunta que me pareça constrangedora e/ou comprometedora, bem como interromper minha participação, sem que isso me traga prejuízo ou penalidade. Quanto aos **benefícios**, entendo que a pesquisa contribuirá para compreender como as crianças residentes em áreas rurais do município foram impactadas pela pandemia da Covid-19, possibilitando a formulação ou reformulação de políticas, com a inclusão destas demandas nas agendas das políticas públicas do município;

IV) Os sujeitos participantes da pesquisa serão acompanhados durante o período de um semestre letivo;

V) A participação é voluntária e tenho a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração na pesquisa a qualquer momento, sem que isso me traga nenhum prejuízo ou penalidade;

VI) Todas as informações obtidas serão sigilosas e meu nome não será identificado em nenhum momento;

VII) Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação científica dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário;

VIII) Atestado de interesse pelo conhecimento dos resultados da pesquisa:

() Desejo conhecer os resultados desta pesquisa

() Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

IX) Você ficará com uma via assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa poderá ser requisitada a pesquisadora, Andrêssa Glaucyara Silva Ramos, a orientadora da pesquisa, Prof^a. Dr^a. Fernanda de Lourdes Almeida Leal, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/HUAC/UFCG, cujos dados para contato estão especificados abaixo.

X) Caso me sinta prejudicado(a) por participar desta pesquisa, poderei recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos – CEP, do Hospital Universitário Alcides Carneiro - HUAC, situado a Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n, São José, CEP: 58401 – 490, Campina

Grande- PB, Tel: 2101 – 5545, E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br; Conselho Regional de Medicina da Paraíba e a Delegacia Regional de Campina Grande.

DADOS PARA CONTATO COM A ALUNA PESQUISADORA

Nome: Andrêssa Glaucyara Silva Ramos

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)

Endereço: Rua Mãe Umbelina, nº 120, Centro, Bonito de Santa Fé – PB

Telefone:(83) 99603-7236

Email: andressa.glaucy02@gmail.com

DADOS PARA CONTATO COM A ORIENTADORA DA PESQUISA

Nome: Prof^a. Dr^a. Fernanda de Lourdes Almeida Leal

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

Endereço profissional: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Unidade Acadêmica de Educação (UAEd), localizada na Rua Aprígio Veloso, 882- Universitário, Campina Grande - PB, 58429-900.

Email: fernandalealufcg@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Bonito de Santa Fé-PB, _____ de _____ de 2024.

Assinatura ou impressão digital do(a) voluntário(a)

Andrêssa Glaucyara Silva Ramos
Pesquisadora

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE ANUÊNCIA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO)

TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Eu, _____ Secretária de Educação do município de _____ PB, autorizo o desenvolvimento da pesquisa intitulada: "INFÂNCIAS DO CAMPO E COVID-19: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DE CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS DE UM MUNICÍPIO DO SERTÃO PARAIBANO" na referida instituição e nas escolas pertencentes a rede municipal de ensino, tendo como pesquisadora responsável Andrêssa Glaucyara Silva Ramos, sob a orientação da Profª Drª Fernanda de Lourdes Almeida Leal, ambas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

_____, PB, 23 de fevereiro de 2024.

ANEXO B - TERMO DE ANUÊNCIA (SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO
SOCIAL)

TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Eu, _____, Secretária de Trabalho e Ação Social do município de _____ PB, autorizo o desenvolvimento da pesquisa intitulada: "INFÂNCIAS DO CAMPO E COVID-19: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DE CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS DE UM MUNICÍPIO DO SERTÃO PARAIBANO" na referida instituição, tendo como pesquisadora responsável Andréssa Glaucyara Silva Ramos, sob a orientação da Profª Drª Fernanda de Lourdes Almeida Leal, ambas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

_____, PB, 24 de Janeiro de 2024.

ANEXO C - TERMO DE ANUÊNCIA (SECRETARIA DE SAÚDE)

TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Eu, _____, Secretária de Saúde do município de _____ PB, autorizo o desenvolvimento da pesquisa intitulada: "INFÂNCIAS DO CAMPO E COVID-19: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DE CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS DE UM MUNICÍPIO DO SERTÃO PARAIBANO" na referida instituição, tendo como pesquisadora responsável Andréssa Glaucyara Silva Ramos, sob a orientação da Profª Drª Fernanda de Lourdes Almeida Leal, ambas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

_____, PB, 26 de fevereiro de 2024.

ANEXO D - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA EM ARQUIVOS E/OU
DOCUMENTOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA EM ARQUIVOS E/OU DOCUMENTOS

Eu, _____, responsável pelos arquivos e/ou documentos da Secretaria de Educação do município de _____ PB, declaro estar de acordo com a execução da pesquisa intitulada "INFÂNCIAS DO CAMPO E COVID-19: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DE CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS DE UM MUNICÍPIO DO SERTÃO PARAIBANO", que inclui como uma das fontes de dados os arquivos e/ou documentos da instituição, tendo como pesquisadora responsável Andrêssa Glaucyara Silva Ramos, sob a orientação da Profª Drª Fernanda de Lourdes Almeida Leal, ambas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

- Foi garantido que:

- 1) Os dados serão usados unicamente para fins científicos.
- 2) Em nenhum momento da pesquisa os nomes dos/as participantes que constam nos arquivos e/ou documentos serão divulgados.
- 3) Poderei desistir de permitir o acesso aos arquivos e/ou documentos a qualquer momento, sem ser penalizado fisicamente, financeiramente e moralmente.
- 4) Ao final da pesquisa, se for do interesse da instituição, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados com a pesquisadora.

- Caso queira entrar em contato com a pesquisadora responsável, poderei fazê-lo pelo número (83) 99603-7236.

- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino esta autorização.

_____ - PB, 23 de Janeiro de 2024.

ANEXO E - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA EM ARQUIVOS E/OU
DOCUMENTOS (SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA EM ARQUIVOS E/OU DOCUMENTOS

Eu, _____ responsável pelos arquivos e/ou documentos da Secretaria de Trabalho e Ação Social do município de _____ PB, declaro estar de acordo com a execução da pesquisa intitulada "INFÂNCIAS DO CAMPO E COVID-19: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DE CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS DE UM MUNICÍPIO DO SERTÃO PARAIBANO", que inclui como uma das fontes de dados os arquivos e/ou documentos da instituição, tendo como pesquisadora responsável Andrêssa Glaucyara Silva Ramos, sob a orientação da Profª Drª Fernanda de Lourdes Almeida Leal, ambas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

- Foi garantido que:

- 1) Os dados serão usados unicamente para fins científicos.
- 2) Em nenhum momento da pesquisa os nomes dos/as participantes que constam nos arquivos e/ou documentos serão divulgados.
- 3) Poderei desistir de permitir o acesso aos arquivos e/ou documentos a qualquer momento, sem ser penalizado fisicamente, financeiramente e moralmente.
- 4) Ao final da pesquisa, se for do interesse da instituição, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados com a pesquisadora.

- Caso queira entrar em contato com a pesquisadora responsável, poderei fazê-lo pelo número (83) 99603-7236.

- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino esta autorização.

_____, PB, 24 de fevereiro de 2024.

ANEXO F - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA EM ARQUIVOS E/OU
DOCUMENTOS (SECRETARIA DE SAÚDE)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA EM ARQUIVOS E/OU DOCUMENTOS

Eu, [REDACTED] responsável pelos arquivos e/ou documentos da Secretaria de Saúde do município de [REDACTED] PB, declaro estar de acordo com a execução da pesquisa intitulada "INFÂNCIAS DO CAMPO E COVID-19: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DE CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS DE UM MUNICÍPIO DO SERTÃO PARAIBANO", que inclui como uma das fontes de dados os arquivos e/ou documentos da instituição, tendo como pesquisadora responsável Andréssa Glaucyara Silva Ramos, sob a orientação da Profª Drª Fernanda de Lourdes Almeida Leal, ambas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

- Foi garantido que:


- 1) Os dados serão usados unicamente para fins científicos.
- 2) Em nenhum momento da pesquisa os nomes dos/as participantes que constam nos arquivos e/ou documentos serão divulgados.
- 3) Poderei desistir de permitir o acesso aos arquivos e/ou documentos a qualquer momento, sem ser penalizado fisicamente, financeiramente e moralmente.
- 4) Ao final da pesquisa, se for do interesse da instituição, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados com a pesquisadora.

- Caso queira entrar em contato com a pesquisadora responsável, poderei fazê-lo pelo número (83) 99603-7236.

- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino esta autorização.

[REDACTED] PB, 26 de janeiro de 2024.

ANEXO G - PARECER DE APROVAÇÃO DA PESQUISA EMITIDO PELO CEP

<p align="center"> UFCG - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE / HUAC - UFCG </p>		
---	--	---

Continuação do Parecer: 6.861.607

Declaração de Pesquisadores	TERMO_COMPROMISSO_PESQUISA DORES_assinado.pdf	04/04/2024 17:37:10	RAMOS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto_assinada.pdf	04/04/2024 17:34:21	ANDRESSA GLAUCYARA SILVA RAMOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINA GRANDE, 03 de Junho de 2024

Assinado por:
Andréia Oliveira Barros Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: CAESE - Rua Dr. Chateaubriand, s/n.
Bairro: São José **CEP:** 58.107-670
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)2101-5545 **Fax:** (83)2101-5523 **E-mail:** cep@huac.ufcg.edu.br